

**A integração social e cultural dos emigrantes portugueses na Suíça
(Cantão de *Vaud*)**

Virgília Piedade Amaro Camões

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Educação Social- Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientada por:

Professora Doutora Maria do Nascimento Esteves Mateus

Bragança
dezembro 2019

**A integração social e cultural dos emigrantes portugueses na Suíça
(Cantão de *Vaud*)**

Virgília Piedade Amaro Camões

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Educação Social- Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientada por:

Professora Doutora Maria do Nascimento Esteves Mateus

Bragança
dezembro 2019

Dedicatória

Aos meus pais, avó, irmão e sobrinhos.

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi seguramente um desafio para mim, tanto a nível pessoal como profissional.

Quero agradecer a todos os que, de várias formas, me ajudaram para a sua concretização.

Em primeiro lugar à Professora Doutora Maria do Nascimento Esteves Mateus, pelo trabalho, ajuda e dedicação durante todo este processo.

Aos meus professores do Curso de Educação Social da Escola Superior de Educação que durante estes anos contribuíram, com o seu conhecimento e ensinamento, para que eu pudesse concretizar este trabalho.

À Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa (AACP) na Suíça, pela disponibilidade, ajuda e carinho.

Ao Doutor Nuno, a disponibilidade, ajuda, prontidão e oportunidade de conhecer o trabalho realizado na associação que contribui para a integração da comunidade portuguesa, divulgação e preservação da cultura portuguesa na Suíça.

Aos emigrantes que contribuíram para a realização deste trabalho.

Às minhas amigas pelo apoio incondicional que me deram durante este processo.

À Dona Leonor pelo carinho, conselhos e amizade.

À Carina, pela ajuda, durante todo este trabalho.

Aos meus pais, irmão e sobrinhos, que são o propósito da concretização deste trabalho.

A todos os emigrantes.

Obrigada!

Resumo

Este estudo intitulado, *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses residentes na Suíça*, tem como principal objetivo compreender a integração e inclusão social dos emigrantes portugueses residentes no *Cantão de Vaud*.

Para tal, formulamos o problema *Será que os portugueses a residir na Suíça (Cantão de Vaud), se sentem integrados socialmente e culturalmente?* e definimos os objetivos, *conhecer o perfil dos emigrantes portugueses, residentes no Cantão de Vaud; identificar quais os fatores que levaram os portugueses a emigrarem para a Suíça; compreender as dificuldades dos emigrantes portugueses para se sentirem integrados na sociedade de acolhimento e analisar como apoio assistencial e o apoio associativo dado aos emigrantes portugueses facilitam a sua integração.*

Esta investigação apresenta-se como um estudo de caso, não sendo possível a generalização dos resultados. A metodologia utilizada foi de natureza mista, quantitativa e qualitativa, e os instrumentos de recolha de dados foram um inquérito por questionário, aplicado por administração direta e uma entrevista com guião, realizada ao presidente da Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa (AACP) e cuja análise de conteúdo permitiu completar e compreender a narrativa do entrevistado. A amostra intencional, não probabilística, era constituída por 24 elementos, num universo de 216 clientes/sócios.

Os resultados obtidos demonstram que a comunidade portuguesa residente na Suíça está integrada socialmente, contudo, sentem algumas dificuldades na sociedade de acolhimento. A AACP e outras associações de carácter desportivo, social e cultural, bem como o associativismo, facilitam a integração ajudando a resolver problemas e a ultrapassar dificuldades. Os suíços respeitam a comunidade portuguesa, que mantém as suas tradições culturais, e que não pensa regressar, pois os apoios para o retorno não são aliciantes.

Palavras-chave: emigrantes, integração, associativismo, associações culturais, retorno.

Abstract

This Study entitle the *Social and cultural Integration of Portuguese resident emigrants in Switzerland* its main objective is to understand the integration and social inclusion of Portuguese emigrants living in the *Canton of Vaud*.

To do this, we formulate the problem *Do the Portuguese residing in Switzerland (Canton of Vaud), feel socially and culturally integrated? And we define the objectives, know the profile of Portuguese resident emigrants, in the Canton of Vaud; identify which factors led the Portuguese to emigrate to Switzerland; understand the difficulties of Portuguese emigrants in feeling integrated into the host society and analyze how assistance support and voluntary support given to Portuguese emigrants facilitate their integration.*

This research presents itself as a case study, and it is not possible to generalize the results. The methodology used was mixed, quantitative and qualitative in nature, and the data collection instruments were a questionnaire survey, applied by direct administration and one in the script interview, conducted by the president of Portuguese Community Support Association (AACP) and whose content analysis the narrative of the interviewee. The intentional, non-probabilistic sample consisted of 24 elements in a total of 216 clients.

The results obtained show that the Portuguese community living in Switzerland is socially integrated, however, they experience some difficulties in the host society. The AACP and other sports, social and cultural associations, as well as association, facilitate integration by helping to solve problems and overcome difficulties. The Swiss respect the Portuguese community, which maintains its cultural traditions, and which does not intend to return, because the support for return is not attractive.

Keywords: emigrants, integration, associativism, cultural associations, return.

Índice geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Introdução	1
Capítulo I	3
Enquadramento teórico	3
1. Considerações gerais sobre migrações	3
2. Tipologias e categorias relacionadas com as migrações.....	7
3. A emigração portuguesa	10
4. Políticas europeias para integração de migrantes	18
5. Regresso dos emigrantes portugueses.....	21
6. A emigração na Suíça	28
7. Breve caracterização da Suíça	31
7.1. Aspetos linguísticos, demográficos e administrativos.....	31
7.2. Aspetos económicos e sociais.....	32
7.3. Educação e Formação.....	33
7.4. Estrutura familiar dos migrantes.....	36
8. O associativismo na integração dos migrantes	36
9. A intervenção social em contexto migratório	39
10. A importância de um educador social na intervenção para a integração na comunidade local	42
Capítulo II	44
O problema, os objetivos, a amostra, metodologia, caracterização dos participantes e a recolha dos dados	44
1. Formulação da questão problema e dos objetivos	44
2. Seleção da amostra e procedimentos utilizados.....	45
3. Metodologia.....	45
3.1. Natureza da investigação	46
3.2. Instrumentos de recolha de dados	47
3.3. Questões éticas da recolha de dados	50
3.4. Tratamento da informação	51
Capítulo III	53

Apresentação, análise e discussão dos resultados	53
1. Análise da caracterização sociodemográfica do/as inquirido/as.....	53
2. Processo migratório causas, dificuldades e in(ex)clusão social	57
3. Educação e Formação	62
4. Associativismo como fator de integração social.....	70
5. Regresso dos emigrantes.....	78
6. Análise de conteúdo da entrevista com guião.....	80
6.1. Análise da categoria A. Constituição da AACCP	80
6.1.2. Análise à subcategoria A2. Dificuldades sentidas na criação da AACCP	81
6.1.3. Análise à subcategoria A3. A integração dos emigrantes portugueses.....	81
6.2. Análise da categoria B. Apoios da AACCP	83
6.2.1. Análise da subcategoria B1. Apoio assistencial e social aos emigrantes	83
6.2.2. Análise da subcategoria B2. Divulgação da cultura portuguesa.....	84
6.2.3. Análise da subcategoria B3. Parcerias e protocolos da AACCP com outras entidades	85
6.2.4. Análise à subcategoria B4. Apoio ao regresso dos portugueses.....	86
4. Discussão dos resultados	87
Considerações finais	90
Referências bibliográficas	93
Anexos	101
Anexo 1- Inquérito por questionário	102
Anexo 2 - Termo de consentimento livre e esclarecido ao presidente da AACCP.....	108
Anexo 3 - Termo de consentimento livre e esclarecido aos inquiridos/as	109
Anexo 4 - Guião de entrevista estruturada	110
Anexo 5 – Análise de conteúdo.....	113

Índice de tabelas

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica do/as inquirido/as.....	54
Tabela 2. Motivos para emigrar.....	57
Tabela 3. Dificuldades de integração	58
Tabela 4. Como a sociedade suíça recebe os emigrantes portugueses	61
Tabela 5. Percurso escolar e formação realizada na Suíça	62
Tabela 6. Tipo de discriminação	63
Tabela 7. Idiomas que consegue escrever e falar corretamente	64
Tabela 8. Cursos(s) para aprender idiomas	65
Tabela 9. A importância, como emigrante, em aprender mais do que um idioma	66
Tabela 10. Como e onde aprender português	67
Tabela 11. Língua mais falada no seio familiar/social	68
Tabela 12. Pedidos de ajuda aos serviços.....	71
Tabela 13. Serviços a que os inquiridos recorreram na AACCP	71
Tabela 14. Trabalho de integração realizado pela AACCP	72
Tabela 15. Integração da comunidade portuguesa instalada na Suíça.....	73
Tabela 16. Escala de atitude face à integração dos emigrantes portugueses na Suíça ...	76
Tabela 17. Regresso a Portugal	78

Siglas

AACP- Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa na Suíça

ACM- Alto Comissariado para as Migrações

BFM- Departamento Federal de Migração Suíço

CE- Comunidade Europeia

CEE- Comunidade Económica Europeia

GAE- Gabinete de Apoio ao Emigrante

GAEM- Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante

GARE- Gabinete de Apoio ao Regresso do Emigrante

INE- Instituto Nacional de Estatística

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PEM- Plano Estratégico para as Migrações

PME- Plano de Mentores para Emigrantes

PPT- Programa Português para Todos

RAV- Centro de Emprego Regional Suíço

UE- União Europeia

Introdução

O presente estudo sobre *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses residentes na Suíça (Cantão de Vaud)* incide sobre a integração social e cultural de emigrantes portugueses residentes nesse cantão suíço.

Sendo a problemática das migrações um fenómeno sempre presente na vida dos portugueses, com o fenómeno da globalização tornou-se cada vez mais abrangente e heterogénea. É um fenómeno económico, social e cultural quer no país de origem quer no país de destino, em que as relações com as comunidades migrantes podem ser um potencial de desenvolvimento, pelo que se torna importante criar e fomentar relações entre os países de origem e de destino, para que a integração possa ser fácil.

A motivação desta investigação prende-se sobretudo com o facto de ser fundamental conhecer as dificuldades vividas pelos emigrantes e as formas de intervenção que podem ser prestadas através da Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa (AACP).

Ao estudar esta problemática e partindo da formulação do problema - *Será que os portugueses a residir na Suíça (Cantão de Vaud), se sentem integrados cultural e socialmente?*, evidenciamos problemas e dificuldades sociais e culturais, que afetam a comunidade portuguesa, pelo que definimos objetivos que nos levassem a compreender se a integração é uma realidade, nomeadamente, *Conhecer o perfil dos emigrantes portugueses, residentes no Cantão de Vaud; Identificar quais os fatores que levaram os portugueses a emigrarem para Suíça; Compreender as dificuldades dos emigrantes portugueses para se sentirem integrados na sociedade de acolhimento; Analisar como o apoio assistencial e o apoio associativo dado aos emigrantes portugueses facilitam a sua integração.*

A estrutura do presente estudo apresenta três capítulos. No capítulo I, o enquadramento teórico, demonstra uma abordagem teórica sobre as migrações em que descrevemos os seus significados, as várias tipologias das migrações, fazemos uma breve referência à emigração portuguesa, às políticas de integração de migrantes, ao regresso dos emigrantes portugueses e por fim, descrevemos a emigração portuguesa na Suíça, na qual, explicamos, de uma informativa, os vários aspetos relacionados com a emigração e a intervenção social em contexto migratório.

No capítulo II, relativo ao estudo empírico, formulamos o problema e definimos os objetivos supracitados.

Serão também apresentados os procedimentos e métodos utilizados para a seleção da amostra por conveniência que se constitui como não probabilística, apenas constituída por 24 inquiridos, em uma população de 216 clientes/sócios. O número reduzido de participantes deve-se ao facto da disponibilidade dos mesmos, por não serem assíduos na colaboração, e porque só procuravam ajuda da AACCP em situações que exigem pouca intervenção.

Esta investigação é um estudo de caso, o que não permite a generalização dos resultados, e a metodologia utilizada é de natureza mista, quantitativa e qualitativa.

Serão explicados os instrumentos de recolha de dados, constituídos por um inquérito por questionário, aplicado por administração direta e por uma entrevista semiestruturada aplicada ao presidente da AACCP. Abordamos as questões éticas subjacentes à investigação e a forma como a informação obtida vai ser tratada.

No capítulo III, será feita a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos através do inquérito por questionário e da entrevista realizada, cuja análise de conteúdo nos permitirá avaliar as respostas dadas pelo entrevistado. A análise dos dados será apresentada através de tabelas, que irão demonstrar os números e percentagens relativos a uma análise estatística, uma análise apresentada de uma forma descritiva e justificativa, complementando os dados obtidos no inquérito. Através destes dois métodos pretendemos evidenciar a problemática da emigração portuguesa e como uma intervenção social através do associativismo pode diminuir e ajudar a combater situações de exclusão social.

Consideramos que a comunidade portuguesa residente no Cantão de *Vaud* está socialmente integrada, dispõe de uma diversidade de associações que facilitam a sua integração e, apesar de ser confrontada com algumas dificuldades e situações de risco, consegue solucionar essas dificuldades. A imagem que os suíços têm da comunidade portuguesa é de que é uma comunidade respeitadora, trabalhadora e que fomenta o desenvolvimento.

Nas considerações finais abordaremos os resultados da investigação refletindo sobre o trabalho realizado. Por fim, apresentaremos as referências bibliográficas que sustentaram o estudo e os anexos necessários para a compreensão do estudo.

Capítulo I

Enquadramento teórico

Neste capítulo será apresentada uma abordagem teórica dos temas que irão sustentar o estudo em causa, considerações gerais sobre migrações, nomeadamente sobre emigração, imigração, migrações de longa e curta duração, permanentes e temporárias, tipologias e categorias, bem como as políticas europeias para integração de migrantes. Será feito um enquadramento global da emigração portuguesa e das medidas adotadas para reintegração dos emigrantes, focando-nos em aspetos considerados pertinentes para uma integração na sociedade suíça, distinta da do país de origem e onde será realizado o estudo empírico. Destacamos o papel do associativismo pois é, em nosso entender, um fator importante na integração da comunidade portuguesa, bem como o papel do educador social, que através da sua intervenção, que consideramos fundamental na inclusão de uma nova sociedade com normas e regras distintas das do país de origem.

Apresentamos, em seguida, algumas considerações gerais sobre as migrações.

1. Considerações gerais sobre migrações

A problemática das migrações é um dos fenómenos mais recorrentes, ao longo da história da humanidade. As sociedades modernas são predominantemente sociedades migratórias pois com o fenómeno da globalização o fluxo migratório tornou-se mais abrangente e heterogéneo.

Os movimentos migratórios estiveram presentes na Europa e se, em uma primeira fase se caracterizavam essencialmente por serem migrações transatlânticas para outros continentes como o americano e a Oceânia, após a Segunda Guerra Mundial teve a necessidade de se reconstruir, recebendo novos fluxos migratórios, intraeuropeus (Padilha & Ortiz, 2012). Neste contexto, migração entende-se como um

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (Perruchoud, 2009, p. 40).

Com a globalização, as migrações são uma temática presente, pois se em certa medida são uma solução para determinados países e um problema para outros, em uma primeira fase, depois da Primeira Guerra Mundial, visavam os “reagrupamentos políticos, territoriais das explosões massivas da população e as perseguições ideológicas, étnicas e políticas” (Ortega, 2007, p. 1).

O panorama migratório europeu, nos últimos anos, transformou-se devido às dicotomias socioeconômicas presentes em alguns países, os países do Norte e do Centro Europeu assumem-se como os mais industrializados permitindo a países do Leste e Sul a saída massiva de muitos migrantes. Porém, a mão-de-obra anteriormente procurada era menos qualificada, sendo que, atualmente, são procuradas pessoas com requisitos mais qualificados (Marques & Góis, 2016).

Quando falamos de movimentos migratórios temos de considerar a emigração e a imigração. Assim, entendemos por emigração o

Abandono ou saída de um estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e, que apenas em circunstâncias muito limitadas, podem os Estados impor restrições ao direito de um indivíduo abandonar o seu território (Perruchoud, 2009, p.24).

É importante delinear algumas características da população migrante, considerando migrações temporárias/sazonais e/ou definitivas/permanentes (Malheiros, 2010).

Entende-se por migrante de curta duração

Pessoa que se desloca para um país diferente do da sua residência habitual por um período superior a três meses, mas inferior a um ano, excepto nos casos em que a deslocação para esse país tem finalidades recreativas, de férias, de visita de familiares ou amigos, de negócios ou de tratamento médico (Perruchoud, 2009, p. 44).

As migrações permanentes diminuíram essencialmente para países da Europa, fruto das políticas restritivas de muitos países, mas as migrações permanentes resultam muitas das vezes da segunda geração estar integrada já no país de destino. Outro padrão das migrações permanentes são as filiações que estão instaladas no país de destino, e outros familiares estão no país de origem, o que favorece a integração a nível laboral e social

para que o indivíduo se instale definitivamente no país de destino. (Marques & Góis, 2014).

Imigração é o “Processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem” (Perruchoud, 2009, p. 33).

Este tema é do domínio da análise social, sendo um tema complexo, um problema que afeta a realidade social, tendo como causas, entre outras, o desemprego, a precariedade e a procura de melhores condições de vida.

Neste sentido, é necessário encararmos as migrações como um fenómeno social tanto no país de origem como no país de destino, pois consideramos que os estados dos países de acolhimento e de origem devem estar preparados para receber e acolher os migrantes. O governo do país de destino deve estar consciente que é necessário disponibilizar informação aos migrantes para que assim seja mais fácil a sua inserção nesse país. Por outro lado, o país de origem deve estar consciente, que tem que melhorar as condições de vida e redefinir a sua estratégia de governação e medidas para que os fluxos migratórios diminuam e também para que possam integrar os emigrantes que regressam. O ato de migrar é um direito consagrado no artigo 13.º da Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas, em que está descrito que “todo o ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado e que todo o ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar” (Gonçalves, 2017, p. 60).

Em consonância com o referido é necessário desenvolver estratégias que promovam a integração dos migrantes, pois estes são considerados como fonte de desenvolvimento em diversos setores. Também podemos referir que as migrações permitem equilibrar a demografia podem contribuir para diminuir o envelhecimento da população de um país, bem como enriquece-lo culturalmente (Ferreira & Rodrigues, 2014).

Salientamos, que as relações com as comunidades migrantes podem ser um potencial de desenvolvimento para o país de origem, a nível económico, social e político, é importante criar e fomentar relações entre esta díade, para que o regresso dos emigrantes seja, cómodo, fácil e integrativo. Os movimentos migratórios vão estar sempre em crescimento e

(...) os perfis dos migrantes são diversificados, como, (1) estudantes estrangeiros em regime de mobilidade; (2) os estudantes estrangeiros com diploma no ensino

superior; (3) os estrangeiros reformados com visto de residência; (4) os estrangeiros empregadores; (5) estrangeiros com trabalho por conta própria e (6) estrangeiros com visto de residência para atividade de investigação (Castro, Vidigal & Baracsi, 2015, p. 23).

Os estrangeiros com estes perfis escolhem Portugal para país de acolhimento, originando um aumento contínuo destes migrantes e alterando o contexto migratório comum, pois são criadas estratégias de mobilidade entre os países de destino e de origem.

Neste sentido, a competição de trabalhadores qualificados por novas oportunidades de trabalho começa a surgir criando novos destinos migratórios, como por exemplo a China e a Coreia do Sul. Porém, os países de acolhimento devem investir no contexto das migrações e na sua integração para que possa haver a cooperação de políticas integradoras entre estados, permitindo assim um desenvolvimento coeso (Castro et al., 2015).

Assim, é inevitável referir que a migração está relacionada com a interação entre países pois os povos deslocam-se a fim de encontrar outras culturas, melhores condições de vida, ou por outras razões, como, as de conflito, catástrofes naturais que obriguem populações a deslocar-se em massa, daí ser necessário a cooperação entre os países de origem e os de destino (Marques & Góis, 2016).

As deslocações acarretam vários problemas, se de um lado (país de origem) as pessoas emigram por motivos que lhe são intrínsecos, por outro lado, no país de destino verificamos o contrário porque na maior parte das vezes esses países privilegiam melhores condições de vida em que a migração é vista como um fator de desenvolvimento em vários setores.

Os migrantes podem contribuir para o desenvolvimento económico e social do seu país de origem, não só devido às remessas que são enviadas como à criação de negócios que são benéficos a nível dos “mercados de trabalho, da produção, do crescimento económico, (...) do empreendedorismo, a inovação, desenvolver o capital humano e aliviar a pressão de proteção social em países com a população mais envelhecida” (Ferreira, 2017 p. 47).

As migrações apresentam desafios, tais como, a segurança, a igualdade de oportunidades, a pobreza, a exclusão social e o fenómeno da fuga de cérebros (*brain-drain*). É, pois, necessário criar políticas para diminuir e combater estes problemas que estão associados às migrações, pois são um risco para o desenvolvimento O panorama

migratório exige medidas em diversos sentidos, uma vez que, vivemos num mundo globalizado cujas deslocações são defendidas como uma forma de desenvolvimento, na medida em que previnem ou diminuem problemas em países mais desenvolvidos pois, a “diminuição do envelhecimento, redução da pobreza, melhoria das condições e acesso à educação, saúde, um aumento do investimento e aumento das competências e conhecimentos” (Ferreira & Rodrigues, 2014, p. 139).

A fuga de cérebros é uma emigração qualificada que contribui para a desertificação da mão-de-obra qualificada nos países de origem, sendo que os países de destino beneficiam deste tipo de migração a custo zero e têm ao seu dispor emigrantes qualificados que contribuem para o seu desenvolvimento, mas que oferecem condições de trabalho mais apelativas do que no país de origem.

Para além dos benefícios já referidos é de salientar o contributo das diásporas nas comunidades emigrantes pois têm uma função importante como “intensificar as relações comerciais bilaterais e o investimento direto estrangeiro no país de origem”, pelo que devem existir políticas que reforçam este investimento e corroboramos a ideia de que a emigração na UE acarreta diversas vantagens na medida em que, “os migrantes contribuem mais em impostos e contribuições sociais do que recebem em benefícios, pelo que a sua integração deve ser considerada um investimento e não um custo” (Ferreira, 2017, pp. 46 - 48).

Salientamos, que as relações com as comunidades migrantes podem ser um potencial de desenvolvimento para o país de origem, a nível económico, social e político, é importante criar e fomentar relações entre esta díade, para que o regresso dos emigrantes seja, cómodo, fácil e integrativo.

Perante a complexidade do fenómeno migratório ao longo dos tempos vários autores evidenciaram várias tipologias e categorias relacionadas com as migrações. Neste sentido, julgámos pertinente abordar algumas tipologias recentemente formuladas e que apresentamos em seguida.

2. Tipologias e categorias relacionadas com as migrações

Podemos designar as migrações como “multidimensionais”, ou seja, assumem diversas “categorias” cuja dimensão social está presente na condição de como cada migrante se desloca, na forma como é realizada a tomada a decisão de migrar, no perfil

socioprofissional de cada migrante e se este deseja migrar temporária ou definitivamente. Referindo-nos ao perfil do migrante destacamos as migrações “indiferenciadas” caracterizadas por migrantes com habilitações académicas baixas ou sem quaisquer especializações e as migrações “qualificadas” em que os migrantes possuem habilitações académicas elevadas e com especialização (Nolasco, 2016, p. 8). Os critérios mais comuns para categorizar os movimentos migratórios são considerados como sendo o

Tipo de limites territoriais atravessados, que permitem determinar se as migrações são internas ou internacionais; (...) duração ou periodicidade do movimento, que diferenciam as migrações numa escala cronológica que vai das temporárias às definitivas; (3) grau de voluntariedade da migração (...) migrações como “livres”, isto é sem constrangimentos, ou “forçadas” onde há coação para que a mobilidade aconteça; (4) motivações (...) de carácter laboral, político, ambiental, entre outros; (5) (...) atividade ou inatividade do migrante; (6) estatuto profissional do migrante, ou situação na profissão; (7) nível de instrução ou qualificação profissional (...); (8) estatuto administrativo do migrante (...) situação legal ou ilegal; (9) (...) percurso individual em que cada migrante se pode encontrar uma migração “primária”, “secundária”, de “retorno”, ou ainda em “migrações múltiplas” (Peixoto, 1998, citado por Nolasco, 2016, pp.7 - 8).

Estas categorias classificam os movimentos migratórios, ajudam a perceber melhor as diferentes tipologias existentes associadas às migrações permitindo relacionar as condições de como cada indivíduo migra.

Os fluxos migratórios na Europa acentuam-se cada vez mais pois só no ano de 2015, 4,7 milhões de indivíduos tornaram-se migrantes, sendo a maioria proveniente de países da União Europeia (UE), nomeadamente da Bulgária, Irlanda, Grécia, Roménia, Espanha, Chipre, Polónia, Letónia e Portugal em que, a emigração excede a imigração. Esta deslocação é realizada para outros países da UE (França, Andorra, Bélgica, Luxemburgo, ou para países europeus que não pertencem à UE, como a Suíça resultando numa instabilidade tanto a nível social e económico nos países de origem.

Relativamente às deslocações provenientes de países não europeus, verifica-se um aumento significativo, pois as estimativas indicam que chegaram à Europa, no ano de 2015, mais de 1 milhão de migrantes e refugiados, tanto por via terrestre como por via

marítima ou área, tendo potenciando vários problemas tanto nos países de origem como nos de acolhimento. Todavia, as estruturas etárias da população estrangeira dos países europeus de acolhimento tendem a ser mais jovens do que a população autóctone, sendo um fator importante para o desenvolvimento do país (Ferreira, 2017).

Nesta abordagem, podemos ainda referir outras tipologias que estão associadas às migrações europeias e que, no nosso entender, definem muitas culturas e povos, nomeadamente, as migrações temporárias/sazonais e/ou as migrações permanentes/definitivas. Estes dois tipos de migração tiveram grande importância na história dos emigrantes, contudo, atualmente, a migração temporária e sazonal predomina, sobretudo em países europeus.

Assim sendo, uma das vantagens associadas à migração temporária e sazonal é o regresso frequente ao país de origem, sem que o emigrante perca os seus direitos, a migração temporária desenvolve mais rapidamente repostas de mão-de-obra para trabalhos temporários, o que é uma vantagem para ambos os países.

A migração permanente e definitiva caracteriza-se pela residência definitiva do emigrante no país de acolhimento (Nolasco, 2016).

A migração temporária e sazonal é, de alguma forma, utilizada como meio de combate à emigração ilegal garantindo, de uma forma viável e justa, o retorno ao país de origem. A tipologia de uma migração temporária e sazonal, integra políticas migratórias na UE no sentido de responder às necessidades laborais de determinados países, no que diz respeito ao equilíbrio da mão-de-obra, encontrando um balanço entre os emigrantes mais qualificados e os menos qualificados, contribuindo para um desenvolvimento mais coeso e equilibrado (Góis, 2010).

Esta tipologia de migração é frequentemente utilizada quando o indivíduo emigrante pretende adquirir recursos financeiros imediatos, porém, a migração temporária pode representar a instalação temporária do emigrante a nível académico. Esta tipologia é uma estratégia por parte da Comunidade Europeia, para incentivar o investimento e ajudando ao investimento de países menos desenvolvidos da UE (Marques & Góis, 2014).

Associamos também a migração temporária à circular, pois entendemos que este tipo de migração é mais usual e mais frequente entre a comunidade portuguesa. A migração circular refere-se à “dupla residência”, isto é, o emigrante regressa

frequentemente ao seu país de origem, sendo o seu movimento feito em função de trabalho e negócios temporários. Tal, permite que se “reduza o risco de um compromisso a longo prazo” com o país de destino (Oliveira, Candeias, Peixoto, Azevedo & Malheiros, 2016, pp.15 - 16).

A título de exemplo, referimos algumas medidas ou programas utilizados em Portugal de migração circular, com o objetivo de permitir a circulação de imigrantes, para a facilitação do acesso ao visto de residência, bem como, para os imigrantes terem acesso à educação e formação por um período de tempo estipulado, estando estas medidas e programas inseridos nos acordos entre países e entre instituições (Góis, 2010).

Em seguida iremos abordar a emigração portuguesa, pois a sua análise, embora de forma sintética, irá permitir uma melhor compreensão do fenómeno.

3. A emigração portuguesa

Portugal é um país cuja migração está associada à sua realidade cultural, pois, desde sempre, os portugueses foram além-fronteiras descobrir novos povos, novas oportunidades e novas culturas.

É de considerar que, ao longo da sua história, Portugal foi um país de emigrantes, pois desde a década de 20 a emigração direcionava-se para países como o Brasil, a Venezuela, a Argentina e os Estados Unidos da América, enquadrando-se no que se denominam de migrações transatlânticas. Por sua vez, a partir dos inícios da década de 60 até aos finais da década de 70 na chamada primeira vaga intraeuropeia os destinos de eleição eram a Alemanha e a França. Numa terceira fase, na década de 90 inícios do milénio, ela continua a ser intraeuropeia para países como a Suíça, Espanha, Luxemburgo e Andorra (Padilla & Ortiz, 2012).

Portugal, na década de 90, vê a emigração diminuir e a imigração aumentar, ou seja, muitos estrangeiros escolhem Portugal como país de destino, nomeadamente os brasileiros, os africanos, os ucranianos, os búlgaros, os chineses e os indianos, criando, “uma nova realidade sociocultural” no nosso país (Mateus, 2009, p. 6).

Consideramos que as migrações integram cooperação e desenvolvimento e a história de Portugal assenta em relações “multilaterais” com diversos países onde se instalam as comunidades portuguesas (Marques & Góis, 2016, p. 3).

Como já mencionado com a globalização, os fluxos migratórios têm-se intensificado e Portugal sendo um país da Europa não é exceção, apesar de ter sido sempre um país de emigrantes. Contudo, podemos verificar que a emigração portuguesa tem, ao longo dos tempos apresentado balanços, mais ou menos positivos, relativamente a esta temática (Padilla & Ortiz, 2012).

Portugal, devido à sua história migratória, insere-se no sistema migratório lusófono e no sistema migratório europeu. O sistema migratório lusófono é um dos sistemas mais “(...) bem estruturado, estável e consistente, que é mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos” e os emigrantes lusófonos encontram em Portugal um país “central (recetor) e um país periférico (emissor)”, e “pluricontinental”, permitindo a livre circulação e tendo a função de “plataforma giratória” para os restantes países europeus (Baganha, 2009, citado por Marques e Góis, 2011, pp. 214 - 215).

O sistema migratório europeu intensificou-se na década de 80, afirmando-se como um fluxo migratório intraeuropeu, ou seja, Portugal, passa de um país de “centro para as suas colónias, para um país periférico da Europa”, tendo como países de destino, ainda a França e Alemanha, mas também, Suíça, Luxemburgo, Espanha, Andorra e mais tarde o Reino Unido. A presença portuguesa nestes países passou, num curto espaço de tempo, de uma comunidade pequena para comunidades maiores, tornando-se uma das comunidades emigrantes mais significativas (Góis & Marques, 2016b).

Os movimentos migratórios portugueses resultam de vários fatores que são conjugados com o que acontece em outras regiões do mundo, especialmente onde os “portugueses estiveram presentes quer como colonizadores quer como emigrantes” (Padilla & Ortiz, 2012, p. 162).

Assim sendo, afirmamos que Portugal é estruturalmente influenciado por diferentes fluxos migratórios, o que permite que os portugueses umas vezes saiam em maior número e outras vezes em menor número. Porém, a emigração portuguesa teve uma desaceleração relativamente aos países da Europa na década de 70, devido à recessão económica que na época abalou as grandes potências europeias como a França e Alemanha que eram as mais procuradas (Marques & Góis, 2011, p. 220).

A emigração portuguesa é parte integrante da história do povo português, pois desde muito cedo a população encarou este fenómeno como uma solução para melhorar as condições de vida precárias, em que a grande maioria da população era analfabeta, trabalhava desde tenra idade, a pobreza era uma constante enraizada na vida dos portugueses. Sabemos que, na época do regime do Estado Novo, a emigração era clandestina, sobretudo em localidades do norte interior (Trás-os-Montes) e centro do país. Abandonaram as suas terras onde trabalhavam, o que contribuiu para uma desertificação de alguns territórios, provocando um aumento do envelhecimento demográfico. Porém a emigração em direção à Europa transformou-se numa conquista do povo português, que conseguiu encontrar melhores condições de vida, construir um futuro melhor para os seus descendentes, descobrir novos estatutos a nível social e económico (Bandeira, Azevedo, Gomes, Tomé, Mendes, Batista & Moreira, 2014).

Muitos dos emigrantes faziam-no clandestinamente, sendo a emigração clandestina definida como uma

Migração secreta ou encoberta em violação das exigências em matéria de imigração. Pode ocorrer quando um estrangeiro viola os regulamentos de entrada de um país ou, tendo entrado legalmente, nele permanece em violação dos regulamentos de imigração (Perruchoud, 2009, p. 40).

Este tipo de emigração era a forma que muitos portugueses encontravam para melhorar as suas condições de vida, arriscando a sua vida para chegar ao país de destino. Para trás, na terra de natal, ficavam as mulheres com os seus filhos para criar, ficava o sentimento de incerteza sobre se o homem, pai e marido, chegaria ao destino são e salvo (Pimentel & Martins, 2016).

Nesta época a emigração era encarada como um crime e um desrespeito à nação, por isso, em muitos casos era difícil obter autorização legal para sair do país e aquando à chegada ao país de destino, a integração era muito difícil.

Ainda entre as décadas de 70 e 80 verificamos que Portugal consegue ser um país de imigrantes, em que a imigração é evidenciada não só pelos africanos que escolhem Portugal para viver devido à independência dos países africanos sob o domínio português e, como tal, a consequente vinda de muitos dos portugueses retornados (Mateus, 2009).

Perante este facto, entre década de 80 início da década de 90, a discrepância entre a emigração e a imigração portuguesa foi significativa, na medida em que a imigração

para o nosso país tronou-se uma realidade à qual a sociedade portuguesa não estava habituada. Neste sentido, a emigração tronou-se quase inexistente, o que levou a muitos investigadores, políticos e *mass media* a declararem o “fim da emigração portuguesa” (Marques, 2010, p. 216). Ainda segundo o autor não existem dados sobre a emigração portuguesa para a Suíça anteriores a 1960, pois só a partir desta data é que a comunidade portuguesa é referida nos dados estatísticos suíços em que o número de portugueses era de 373, o que representava menos de 0,1% dos 495,638 de estrangeiros residentes em território helvético.

Fazendo uma análise da emigração portuguesa nos últimos anos, podemos evidenciar que estamos perante um paradigma em que, até ao ano de 2016, os fluxos de saídas dos emigrantes foram em massa, em que se registou um valor com cerca de 120 mil saídas devido também à recessão económica vivida por Portugal. Os destinos migratórios portugueses, entre os anos 2010 e 2014, foram o Reino Unido e a Suíça, recebendo em massa a comunidade portuguesa (Pires, Pereira, Azevedo, Vidigal & Veiga, 2017).

Nos últimos três anos a emigração em Portugal conseguiu diminuir progressivamente, pois muitos emigrantes optaram por voltar, devido à melhoria económica que o país atravessa pois,

Globalmente, a nova fase de declínio ligeiro mais sistemático da emigração a partir de 2014 explica-se pela retoma do crescimento económico em Portugal, expresso na revitalização do mercado de trabalho, com crescimento do emprego e descida do desemprego (Pires, et al., 2017, p. 31).

Dados estatísticos demonstram que Portugal continua a ser o país da UE com mais emigrantes em proporção à população residente, em 2015, cerca de dois milhões e trezentos mil emigrantes portugueses nasceram no país de acolhimento o que significa que 22% dos portugueses vivem fora do país, sendo que, estes emigrantes residem permanentemente em países da Europa. Apesar de a emigração ter diminuído entre 2014 e 2016, não significa que o número de saídas tenha reduzido substancialmente, pois as discrepâncias entre Portugal e os países de destino ainda são consideráveis, no que diz respeito às desigualdades salariais e aos incentivos sociais. As estimativas, ainda indicam que, de acordo com as Nações Unidas, a população emigrante tende a aumentar, neste sentido, nas últimas décadas verificamos, que a emigração portuguesa tem várias

oscilações, pois em 1960 viviam na Europa cerca de 16% dos portugueses, em 1990 viviam 53% e em 2015 atingiu o seu pico máximo com 62% dos portugueses a residir em países europeus, ou seja, mais de 1.4 de milhões de portugueses emigrados (Pires et al., 2017).

Estima-se que entre 2015 e 2080, Portugal perderá 10,3 milhões para 7,5 milhões em 2031, o que remete para um acréscimo da população idosa que de 2,1 passará para 2,8 milhões de idosos em Portugal. Em consequência, o número de jovens em idade ativa ficará reduzido a 0,9 milhões o que demonstra a diminuição do número de nascimentos. Estes dados afirmam os resultados da crescente emigração portuguesa e das consequências que esta problemática provoca, no país e na sua demografia (INE, 2017).

A emigração portuguesa apresenta diversas características ao longo dos tempos, assumindo-se como uma das mais complexas realidades sociais, económicas e políticas. Nos últimos anos verificamos uma emigração mais temporária e sazonal, muitas das vezes estas saídas temporárias são realizadas pelo mesmo migrante que está no país de acolhimento por um tempo determinado e limitado, volta para o seu país de origem e no ano seguinte retoma a emigração. Este tipo de emigração é uma característica comum em muitos emigrantes portugueses em que os trabalhos temporários são considerados como uma oportunidade para combater as dificuldades e falta de trabalho no país de origem, permitido ao indivíduo garantir o seu sustento por um longo período.

Considera-se que em 2016 tenham saído do país, temporariamente, um total de 58878 indivíduos num período entre 3 meses e inferior a 1 ano, 72% de saídas do sexo masculino e 28% do sexo feminino, sendo ainda de referenciar que os emigrantes temporários têm vindo a aumentar nos últimos anos. Os países escolhidos para residir temporariamente por muitos portugueses são dentro da Europa nomeadamente a França, Alemanha, Suíça e Reino Unido. A emigração deste tipo incide sobretudo no mercado laboral de setores de atividade como da agricultura e indústria. Já os emigrantes permanentes em 2016 que residem no estrangeiro num período igual ou superior a 1 ano foram um total de 38273 indivíduo em que 61% eram do sexo masculino e 39% eram do feminino e o ano em que saíram mais portugueses e residem no estrangeiro permanentemente foi o de 2013, num total de 53786 indivíduos, igualmente nos países anteriormente referidos (Pires et al., 2017).

A procura de melhores condições de vida, leva a muitos portugueses a emigrar sendo as regiões do norte e centro e sobretudo interior de Portugal as mais afetadas, o que se traduz num envelhecimento populacional e isolamento de muitas regiões. A emigração acarreta “ruras espaciais e temporais, em que o indivíduo emigrante sofre mudanças psicológicas, físicas, biológicas, sociais, culturais, familiares e políticas”, pois tem de se adaptar a um novo contexto, tem de ser capaz de contornar os problemas que se verificam no seu quotidiano enquanto emigrante (Ramos, 2006, p. 330).

O indivíduo emigrante tem de se adaptar a uma nova cultura, o que implica ser capaz de superar as dificuldades, sendo a língua do país de acolhimento um dos maiores constrangimentos bem como uma certa hostilidade do meio, nomeadamente o clima, a gastronomia, a saúde, a educação e a própria sociedade com os seus valores, normas e modelos de comportamento.

Todos estes fatores resultam em mudanças traduzidas pela assimilação dos valores culturais do país de acolhimento no sentido de combater a marginalização, pois a não - aceitação desses valores e a não abdicação da sua cultura de origem conduz à separação e só haverá integração com a aceitação dos valores e normas culturais de ambos os países (Dias, 2005).

A adaptação do indivíduo depende de várias estratégias e da forma como se processa a aculturação, que pode ser facilitada tendo em conta o associativismo, já integrado na sociedade de acolhimento, ou as referências do seu núcleo social, amigos e família. Por outro lado, a aculturação pode torna-se difícil na eventualidade de surgirem problemas de ordem social, económica e psicológica, provocando depressão, angústia, medo, ansiedade, confusão, marginalização, insegurança e perda de autoestima. Estes fatores de inadaptabilidade do emigrante reforçam problemas sociais como a exclusão e aumentam os sentimentos de racismo e xenofobia por parte da sociedade acolhedora, dificultando a integração social (Ramos, 2006).

As características da população emigrante na atualidade não são como antigamente, pois o perfil do emigrante português, em décadas anteriores, era do sexo masculino em idade ativa, analfabeto e de nível socioeconómico precário. No país de acolhimento normalmente o emigrante não sabia o que o esperava, as condições eram instáveis, pois não tinham acesso à saúde, ocupavam os bairros de lata perto do seu local de trabalho, Atualmente, estas características já não se evidenciam, o perfil ainda é o emigrante em

idade ativa, sexo masculino, embora com aumento do sexo feminino, com habilitações académicas mais elevadas, pois as novas estimativas indicam que, entre 2001 e 2011, a percentagem de emigrantes com formação superior ou média terá passado de 6% para 11% o que justifica maior facilidade de integração criando mais oportunidades no contexto cultural e laboral. De salientar que estes emigrantes optam pela migração temporária (Correia, 2015).

O novo panorama migratório português assenta essencialmente nas novas gerações em que as suas habilitações académicas são de nível superior. Portugal é um país em que a fuga de cérebros está presente. Mediante as estatísticas estima-se que em 2030 os panoramas internacionais em relação à emigração qualificada estejam associados a dois acontecimentos, por um lado, um cenário otimista em relação à fuga de cérebros na Europa e por outro lado, um cenário pessimista.

O cenário otimista aponta para o crescimento económico, para o desenvolvimento social e favorável nos vários países o que resulta numa competitividade entre estados em conseguir atrair mão-de-obra qualificada, para países desenvolvidos. O cenário pessimista remete-nos para um aumento da emigração qualificada, o que torna problemática a gestão dos fluxos migratórios da mão-de-obra qualificada. Para tentar solucionar este flagelo, os países da OCDE integram programas educacionais nos países em desenvolvimento para tenta criar incentivos para travar esta nova realidade migratória.

Esta nova realidade emigratória não é só uma problemática do meio académico, mas também do meio social e político, pois estas saídas massivas de mão-de-obra qualificada configuram as fragilidades de um país em fixar as suas populações, resultando claramente em outros problemas que afetam a sociedade (Correia, 2015).

Muitos emigrantes com qualificação superior emigram com a perspectiva de acabar os estudos de nível superior no estrangeiro, na maior parte, concluir o doutoramento e alguns estudos indicam, que os portugueses querem integrar esta experiência da sua vida com os objetivos de progredir ao nível pessoal e profissional, sendo uma mais-valia para que no futuro possam regressar, com novas visões, novas técnicas e sentir que a experiência vivida foi gratificante. Porém, este fenómeno emigratório remete para consequências no futuro, sendo elas, perdas significativas de investimento público que dificilmente será recuperável, dificultando também, a igualdade de oportunidades.

As causas mais generalizadas, que levam muitos jovens portugueses a emigrar, assentam no facto de muitos saírem para concluir os seus estudos e progredir na carreira, ou no facto de terem concluído os seus estudos em Portugal e não terem garantido um futuro profissional, dada a crise de emprego que vive o país. A este fator acresce a instabilidade para conseguir contruir uma família e a oferta de trabalhos temporários cujos salários não são bem remunerados, resultando para muitos em sentimentos de revolta, frustração e abandono.

De salientar que muitos jovens emigram com formação superior, contudo, não conseguem trabalho nas suas áreas de formação, o que leva a muitos à procura de trabalho fora da sua formação, resultando num sentimento de exclusão e de baixa-autoestima, mas mesmo assim, preferem trabalhar noutras áreas e terem oportunidades que em Portugal dizem não ter. Uma das formas para que os emigrantes tentem diminuir a falta dos seus familiares e amigos são as associações das comunidades portuguesas espalhadas pelos países de destino, em que é verificada uma integração de valores, comportamentos, cultura e educação portuguesa que permite ao emigrante não perder os laços culturais da sua sociedade, o que diminui o sentimento de exclusão (Gomes, Lopes, Vaz, Cerdeira, Peixoto, Ganga, Silva & Cabrito, 2015).

Portugal registou, nas últimas quatro décadas, um aumento significativo da emigração qualificada constituindo-se no maior país de UE com mão-de-obra jovem qualificada emigrante, com uma taxa de 19,5 % (Marques & Góis, 2014).

Considera-se importante que o Estado Português estabeleça contacto com as comunidades emigrantes, para que se consiga, de alguma maneira, entender a ligação entre as migrações e o desenvolvimento dos países de origem, pois muitas vezes os emigrantes querem regressar e sentem o seu país distante, sentimento que passa por verificarem entraves ao seu regresso, como a falta de apoio aos seus direitos como cidadãos que pretendem incluir-se na sociedade portuguesa da qual estiveram ausentes durante muitos anos de trabalho no exterior.

O estado português tem tentado uma melhoria de relações com estas comunidades, mas embora tenha criado legislação e programas, estes não têm ajudado, pois têm continuado a dificultar o seu o regresso (Marques & Góis, 2014).

O regresso dos portugueses emigrados deve estar sempre presente nas políticas migratórias do país de origem.

Consideramos ser importante referir as políticas europeias, definidas para que os migrantes se sintam integrados na sociedade de acolhimento, pelo que serão mencionadas em seguida.

4. Políticas europeias para integração de migrantes

Com os movimentos populacionais na Europa surgem problemas sociais, culturais e políticos, pois devido à recente crise financeira vivida em muitos países europeus levam a fenómenos de “rejeição”, racismo e xenofobia em muitas sociedades dominantes influenciando a criação de “guetos” nas grandes cidades europeias provocando situações de violência (Ortega, 2007, p. 3). Na mesma linha de pensamento, a migração é um fenómeno vantajoso para o desenvolvimento de um país, porém, atualmente as sociedades europeias encaram este fenómeno com consequências a nível social e político.

Para conseguir encontrar, soluções para resolver estas problemáticas relacionadas com os fenómenos migratórios, a classe política europeia, ao longo dos tempos tem tentado implementar medidas e estabelecer acordos entre todos os países Europeus, não somente os referentes à UE, mas entre outros países como, a Turquia, a Suíça e Inglaterra.

As políticas europeias relacionadas com os migrantes tiveram início na década de 90, com o tratado de Maastricht em 1992, que permitia a livre circulação de cidadãos europeus nos países na UE e após alguns anos, com a Convenção de Schengen celebrada no ano de 1995 é possível a livre circulação dos cidadãos europeus nos países não integrados na UE. O Conselho Europeu de Tampere em 1999 inseriu a temática das migrações como parte integrante das políticas europeias consagrando a “cooperação policial e judiciária em matéria penal” permitindo salvaguardar os direitos do migrantes a nível de asilo e migração (Ferreira, 2017, p. 71).

O Conselho Europeu de Tampere salienta as abordagens na regulamentação dos fluxos migratórios integrando os direitos humanos, implementando a necessidade de diálogo entre os países de destino e de acolhimento de migrantes. Assim, as medidas estabelecidas residem nas “campanhas de informação”, em que os migrantes podem ser informados das possibilidades legais da migração no país de destino, evitando possíveis formas de migração clandestina e tráfico humano. Em 2002, celebra-se o Tratado de Nice complementando o que já era feito com a prevenção do combate ao racismo e à xenofobia, e permite a salvaguarda de “vistos”, “asilo”, “imigração” e livre circulação de pessoas no

território dos países do Estados membros durante um período limitado a três meses (Ortega, 2007, p. 9).

Nos anos seguintes, estabelecem-se outros acordos propostos pela UE sobre a livre circulação de pessoas e sobre os direitos dos refugiados, em que as finalidades sobre as políticas migratórias assentam na necessidade de se elaborarem estratégias de prevenção, para controlar a migração ilegal e clandestina e também medidas no sentido de proteger os migrantes com estatuto de refugiados, reservando apoio ao nível económico, social e educacional, bem como a cooperação entre instituições públicas.

Atualmente, a UE está a considerar medidas para facilitar a integração dos emigrantes e também o retorno voluntário aos seus países de origem, propostas estas que visam estabilizar os movimentos migratórios (Ortega, 2007).

Recentemente, destacam-se outros acordos no que concerne à gestão das políticas migratórias, como o Tratado de Lisboa em 2007, que no Art.º3.º refere que

A União proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno (Ferreira, 2017, p. 72).

Na implementação deste acordo, os países na UE apresentam-se como territórios de “liberdade”, “segurança” e “justiça”, desenvolvem políticas de migração com a finalidade de integração. Não só por acordos passam as políticas de migração da UE, pois são também criados programas e agências para controlar e fomentar as políticas estabelecidas pelos países. Referimos a agência FRONTEX criada em 2005, em que o seu objetivo principal é o controlo das fronteiras (Ortega, 2007, p. 6).

O Conselho Europeu para o Desenvolvimento, em 2017, reitera a importância de uma preparação dos países para o fenómeno da migração, sendo esta encarada como uma mobilidade que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento e crescimento sustentável, auxiliando a “integração sustentável dos migrantes nas comunidades de acolhimento, bem como, apoiar a integração socioeconómica dos migrantes que regressam aos seus países de origem” (Ferreira, 2017, p. 74).

O fenómeno das migrações pode levar a diversas contradições, pois atualmente pode considerar-se a migração como um problema nas sociedades europeias. Contudo,

neste contexto, achamos que as migrações aliadas ao desenvolvimento sustentável promovem e contribuem para o desenvolvimento de um país. Para isso, foi necessária a criação da Estratégia Europa 2020 que

(...) reconhece plenamente o potencial da migração para a construção de uma economia competitiva e sustentável e estabelece como objetivo político claro a integração efetiva dos migrantes legais, tendo como base o respeito e a promoção dos direitos humanos e garantindo direitos, oportunidades e obrigações comparáveis às dos cidadãos europeus (Ferreira, 2017, p. 79).

Atualmente, todas estas medidas estão a ser implementadas em todos os Estados Membros da UE, para conseguir equilibrar os massivos fluxos migratórios que nos últimos anos têm afetado a Europa. Porém, nem sempre estas estratégias são implementadas da melhor forma pelos países europeus, o que demonstra alguma insensibilidade por parte dos países mais ricos, nomeadamente na desigual distribuição pelos países.

Ainda dentro destas políticas de migração, os Estados Membros, no decorrer deste ano, reuniram-se para delinear o Pacto Global que aborda os aspetos humanitários dos migrantes, bem como a gestão da migração relacionada com a fuga de cérebros, incentivando uma migração temporária e circular. Ainda neste Pacto existe a preocupação de ajudar os migrantes que são forçados a sair do seu país de origem, quer por motivos de crise quer porque se encontram em situação de conflito (Ferreira, 2017).

Neste sentido, a Europa tem de continuar a trabalhar para conseguir criar condições credíveis para a integração dos migrantes, pois é na Europa que se encontra a maioria dos países desenvolvidos que são uma atração para muitos, embora nem sempre estejam preparados para receber os migrantes que arriscam para melhorar as suas condições de vida. Atualmente, existe uma enorme crise migratória que afeta a Europa devido ao conflito armado que se faz sentir em muitos países norte africanos e árabes, o que está bem patente na travessia do Mediterrâneo.

Para minimizar esta crise migratória que a Europa atravessa, os Estados Membros têm criado medidas para conseguir integrar todos os migrantes que chegam à Europa e que passam essencialmente por

(1) aumentar o orçamento das operações conjuntas da Frontex, o que permite à Frontex exercer uma dupla função na coordenação das fronteiras, (2)

desmantelar as redes criminosas clandestinas, em que se aproveitam de migrantes vulneráveis,(3) a Europol reforçará as sua intervenção em operações marítimas, (4) dar resposta às chegadas de migrantes, com um sistema de distribuição temporário de moda a garantir a partilha equitativa e equilibrada de todos migrantes pelos Estado-Membros, (5) Trabalhar em parceria com os países terceiros para gerir a migração, para tomar medidas concretas, nomeadamente, ser criados apoios alargados com programas de proteção e desenvolvimento regional em países cujo conflito armado está presente e a pobreza é uma problemática enraizada e (6) Criar mais apoios nos países de “primeira linha” da UE, para se proceder de imediato à identificação dos migrantes recém-chegados e mais financiamento (Comissão Europeia, 2015, pp.4 - 8).

Todas estas medidas destinam-se a solucionar a crise migratória atual que a Europa atravessa, mas esta tem de continuar a trabalhar além-fronteiras, fomentando e reforçando a cooperação entre os seus aliados. Consideramos que os migrantes quando chegam à Europa não deviam deparar-se com determinadas situações e com atitudes de obstinação. As comunidades europeias devem estar sensíveis a esta situação fazendo os possíveis para a integração dos migrantes. Para a resolução dos problemas que são inerentes às migrações destacamos uma intervenção, na área social, pois os migrantes, devido a vários fatores, sentem-se discriminados sendo a sua integração nos países de destino difícil dadas as políticas próprias de cada país.

Muitos são os emigrantes portugueses que pretendem regressar ao seu país e esse regresso deve ser acompanhado pelas entidades portuguesas que devem promover condições para que a sua integração seja feita de uma forma plena, criando medidas adequadas para que tal aconteça.

Em seguida apresentaremos medidas a considerar, no regresso dos emigrantes.

5. Regresso dos emigrantes portugueses

O regresso dos emigrantes portugueses é uma realidade para a qual a sociedade de origem deve estar preparada e consciente pois muitos fazem intenção de regressar, ou para usufruírem da sua reforma ou porque decidiram optar por uma emigração temporária e querem regressar ao seu país de origem.

O regresso dos emigrantes é “(...) parte integrante de um sistema circular de relações sociais e económicas e de trocas que facilitam a reintegração dos migrantes, e ao mesmo tempo, transmitem a estes últimos conhecimento, informação e sentimento de pertencimento” (Cassarino, 2013, p. 33).

O regresso dos emigrantes tem sido um tema que nos últimos tempos tem suscitado interesse à comunidade científica pois, como já mencionado, a recessão económica vivida na Europa e a recuperação de Portugal levaram muitos emigrantes a pensar em regressar, pelo que “(...) entre o início de 2001 e março de 2011 regressaram a Portugal pelo menos 233 mil emigrantes” (Oliveira, Candeias, Peixoto, Malheiros & Azevedo, 2017, p. 7).

Muitos estudos indicam que a saída de Portugal é temporária e que os portugueses querem regressar a curto ou médio prazo. São emigrantes, na sua maioria, jovens com habilitações académicas superiores e os motivos mais comuns para o seu regresso são os laços familiares, os amigos, o reatar a ligação com a sua terra natal, com a sua cultura e sobretudo o regresso “ao conforto, à saudade, ao clima às suas gentes e sobretudo querem regressar como forma de uma recompensa, de uma vida árdua de trabalho” (Correia, 2015, p. 55).

Porém, uma das dificuldades que os fazem não regressar mais cedo são as condições de vida no país de acolhimento e também as dificuldades em arranjar um novo emprego no país de origem (Correia, 2015).

O regresso ao país de origem só é realizado quando o emigrante tem a certeza que quer voltar e para isso toma a iniciativa de recolher informação, recursos financeiros para conseguir garantir todas as condições sustentáveis face ao seu regresso. Salienta-se também que existe um maior regresso nos últimos tempos, pois a emigração vivida é maioritariamente temporária e, muitas das vezes, a família fica no país de origem sendo um dos motivos mais propensos a que o emigrante regresse (Cassarino, 2013).

Como já mencionado, houve um período em que a emigração abrandou, embora se tenha verificado um regresso ainda pouco significativo de emigrantes, pois “(...) estima-se que entre 2001 e 2011, regressaram cerca de 233 mil emigrantes dos quais cerca de 214 mil tinham 20 ou mais anos de idade”, estavam a residir em França. Um número menos significativo de emigrantes regressados diz respeito aos que se encontravam na Suíça e no Reino Unido (Azevedo, Candeias, Oliveira, Peixoto & Malheiros, 2016, p.19).

Destes 233 mil emigrantes regressados, 42,2% encontram como principal meio de sustento o seu próprio negócio, já 25% vivem com a sua reforma/pensão e 33,9% encontram-se em uma situação de desemprego ou de trabalho por conta de outrem. O país de proveniência dos emigrantes é principalmente a França, em que mais de metade da população emigrante já é envelhecida. Da Suíça regressaram cerca de 50,5%, da Espanha regressaram 53,8% e 55,3% regressaram do Reino Unido, destes três últimos países todos os emigrantes que regressaram encontram-se em idade ativa (Oliveira et al., 2017).

Devido à grande afluência de emigrantes regressados, é importante entendermos como é o perfil do emigrante que regressa. Na sua maioria são do sexo masculino, em idade ativa, com habilitações académicas superiores e os países de onde regressam são países do centro e norte da Europa.(Azevedo et al., 2016).

Entre 2001 e 2011, houve uma vaga de regresso de emigrantes, estes na sua maioria eram do sexo masculino, cerca 57,5% regressaram em idade ativa, sendo que os emigrantes em idade de reforma foram apenas 18,2%. A vaga de regresso tem origem em vários destinos, mas principalmente de destinos europeus (Oliveira et al., 2017).

Quanto maior é o nível de escolaridade dos emigrantes que regressam, mais probabilidades têm em arranjar trabalho em Portugal pois consideram que o conhecimento adquirido ao longo da sua estadia em um outro país pode ser uma vantagem para ingressar no mercado de trabalho. Por outro lado, os emigrantes menos qualificados, por norma, só regressam quando reformados, pois, consideram que a procura de emprego é difícil (Azevedo et al., 2016). Estudos indicam que os que pretendem regressar queriam “(...) reintegrar o mercado de trabalho na origem, as competências e a experiência que adquiriram enquanto estiveram a residir fora podem ser mais valorizadas do que as obtidas se não tivesse havido a emigração” (Marques, Góis, & Pinho, 2017, p. 30).

Muitos emigrantes optam pelo regresso sabendo que as qualificações adquiridas ao longo da sua estadia fora, podem ser valorizadas no mercado de trabalho, o que facilita a integração do emigrante regressado. Porém, este fenómeno só é visível para emigrantes qualificados que trabalharam na sua área de formação no país de destino, pois os emigrantes que não possuem habilitações académicas qualificadas optam por ficar a trabalhar e a residir no país de destino, julgando que o seu país de origem não se encontra apto para os reintegrar.

Outro fenómeno, associado à reintegração dos emigrantes regressados, é o facto de muitos optarem pelo empreendedorismo, isto é, terem um negócio próprio, porque muitos emigram temporariamente na expectativa de poupar para adquirir o seu próprio negócio. Contudo, o empreendedorismo em Portugal é visto por muitos emigrantes como um problema pois a carga burocrática e fiscal é muito elevada, os incentivos, horários e direitos não são reconhecidos como era suposto. Para que, os emigrantes regressados sejam reintegrados a nível social, económico e político é necessário que o Estado seja capaz de criar e fomentar medidas para a sua integração, pois considera-se que o emigrante regressado é visto unicamente como sendo um transmissor de capital entre os países de origem e de destino, porém, se não houver um reajuste nas sociedades de origem para a integração dos emigrantes estes podem voltar e emigrar, no sentido de acharem que já não se enquadram na sociedade de origem. O processo de reintegração demora o seu tempo, porque devemos ter em conta alguns fatores, como o período que o emigrante esteve a residir no país de destino, se a sua experiência migratória está a ser aceite pela população residente. Outro fator importante é a mobilidade frequente do emigrante entre o país de destino e de origem, o que incluiu as férias e as ligações com os familiares deixados, permitindo ao emigrante, aquando do seu regresso definitivo que este seja mais integrativo e facilitado. No censo de 2011 é perceptível que cerca de 20% dos emigrantes regressaram ao país “(...) e 1 em cada 5 portugueses teve já uma ou mais experiências de residir num país estrangeiro, contudo regressou a Portugal”(Marques et al., 2017, p. 17).

O regresso de muitos emigrantes em idade ativa só é eficiente se o seu país de origem lhes der condições para tal, pois muitos jovens emigrantes são qualificados e o desejo de regressar está presente, mas o Estado tem de criar condições para que o regresso seja facilitado. Muitos destacam a necessidade do trabalho qualificado ser mais bem remunerado e as condições de vida serem melhores no país de destino (Correia, 2015).

Sendo importante a reintegração dos emigrantes no seu país de origem consideramos pertinente apresentar algumas medidas facilitadoras dessa integração.

5.1. Medidas adotadas para reintegração dos emigrantes

Consideramos que o regresso dos emigrantes traz potencialidades de desenvolvimento do país, tanto a nível local como regional, das regiões de partida que, por sua vez, são as mais envelhecidas. Por estes motivos é importante que o Estado

Português consiga delinear estratégias, programas e políticas para que a reintegração seja realizada de forma coerente, para que o emigrante não deseje voltar ao país de destino.

Assim, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) juntamente com o governo português e outras entidades públicas, criaram algumas propostas para a reintegração dos emigrantes, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE) que é uma estrutura criada pelo ACM para monitorizar as medidas e ações inscritas no Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020, mais precisamente no seu Eixo V- reforçando a ligação, o acompanhamento e apoio aos cidadãos portugueses emigrantes que querem regressar a Portugal (Comissão Europeia, 2015).

Em nosso entender, o Plano Estratégico para as Migrações, integra políticas direcionadas para a integração dos emigrantes e dos refugiados, visando combater e prevenir problemas sociais tais como, a migração ilegal, o desequilíbrio demográfico e comportamentos de racismo e xenofobia.

O Plano Estratégico para as Migrações está integrado no programa Escolhas em que a principal finalidade é colocar Portugal numa realidade migratória mais “complexa e desafiante”, permitindo criar novas políticas migratórias tanto a nível nacional como europeu bem como, dar resposta aos migrantes que desejam residir em Portugal por opção ou para aqueles que queiram regressar (Alto Comissariado para as Migrações, 2016, p. 6).

Analisando o Plano Estratégico para as Migrações, este assenta em cinco eixos prioritários, sendo que o primeiro diz respeito às políticas de integração de imigrantes, o segundo direciona-se para as políticas de promoção da integração dos novos nacionais, nomeadamente os “imigrantes que pretendem adquirir a nacionalidade portuguesa através de ações nos domínios da educação, formação profissional, transição para o mercado de trabalho, participação cívica e política, inclusão digital, empreendedorismo e capacitação”. Relativamente ao terceiro eixo, este enquadra-se nas políticas de coordenação dos fluxos migratórios, com o intuito de mostrar Portugal como destino para migrar, a seguir o quarto eixo direciona-se para as políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios, isto é, reforçar o entendimento entre as entidades públicas e privadas na intervenção das políticas migratórias (Alto Comissariado para as Migrações, 2016, pp. 28 - 29).

Por último, o quinto eixo reforça as políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes neste sentido, pelo que julgamos essencial referir e explicar este eixo, pois é de referenciar as políticas governamentais para incentivar o regresso dos nossos emigrantes. O Eixo V tem como principal objetivo apoiar o cidadão emigrante que queira regressar, reforçando a rede consular até ao ano de 2020 e são importantes as medidas incluídas no Eixo V, tais como,

(1) a integração, participação política e cívica dos emigrantes nas sociedades de acolhimento através do apoio a instituições escolares que existam no país de destino; (2). Promover a atração do emigrante empreendedor para Portugal, com os incentivos da criação do seu próprio negócio; (3) Incentivar as relações comerciais de investimento das comunidades portuguesas em Portugal e (4) Promover as políticas de apoio ao regresso dos cidadãos nacionais com a implementação de Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE); nas câmaras municipais, como veículo de informação sobre as questões inerentes ao regresso e reinserção dos emigrantes a nível social, jurídica, económica, investimento, emprego e educação (Alto Comissariado para as Migrações, 2016, pp. 119 - 125).

Para além destas medidas este plano disponibiliza, o Programa Mentores para Emigrantes (PME) com a finalidade de promover a troca de experiências, entreajuda e apoio entre cidadãos nacionais residentes e não residentes, com vista a apoiar o regresso sustentado em projeto profissional. É também possível a inscrição de emigrantes portugueses na plataforma onde é disponibilizada uma rede de municípios e de programas para ajuda da reintegração dos emigrantes (Alto Comissariado para as Migrações, 2016).

O PME complementa alguns programas para garantir ainda mais a ligação entre as comunidades portuguesas e Portugal, programas como o Escolhas, que em 2015 divulgou em vários postos consulares. Este programa criou parcerias com várias instituições portuguesas, sediadas em países europeus, com maior taxa de comunidades emigrantes portuguesas em que foram assinados dois protocolos de cooperação para dinamização de projetos. O plano apoia ainda os emigrantes portugueses com habilitações académicas qualificadas, no sentido de ligar empresas portuguesas a jovens residentes no estrangeiro, com a promoção e divulgação de oportunidades de trabalho em Portugal através de ferramenta *online*, onde está integrado o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante

(GAEM), com o objetivo de divulgar informação sobre os recursos disponíveis na área do empreendedorismo (Alto Comissariado para as Migrações, 2016, pp. 127 - 128).

Perante estas medidas, o governo português espera encontrar motivações para o regresso dos emigrantes, contudo muitos emigrantes não se sentem seguros em regressar, referindo que não sentem garantias que os projetos de regresso tenham potencial de mudar e de facilitar a reintegração. A ideia de regresso para muitos emigrantes requer tempo para tomar a decisão de voltar, mas o que os move são decisões essencialmente de carácter pessoal, como o estar mais próximo da família e dos amigos. Por outro lado, os motivos que levam à sua saída e são decisivos para não regressar são as oportunidades profissionais e o nível de vida em Portugal (Marques et al., 2017).

Deve ter-se em conta que nem todos os emigrantes retornados se encontram em condições favoráveis para investir, porque nem sempre a experiência migratória foi favorável e recompensadora, muitos emigrantes regressados chegam ao seu país de origem em situação muitas vezes vulnerável, pelo que se devem distinguir os emigrantes regressados tendo como base a sua experiência migratória (Cassarino, 2013).

O regresso dos emigrantes associa-se a um processo de retorno que pode ser desenvolvido de uma forma autónoma, se a experiência for longa o suficiente para que o emigrante consiga retornar com condições favoráveis. Para isso é importante que se estabeleça uma articulação entre as políticas de migração, cooperação e desenvolvimento, com a finalidade de que o emigrante de forma concreta e segura consiga um “investimento produtivo” (Marques & Góis, 2016, p. 11), criando oportunidades para que os emigrantes possam garantir o seu regresso de uma forma segura, tanto para aqueles que puderam usufruir de uma experiência migratória gratificante, como para aqueles que não conseguiram alcançar os seus objetivos.

Em nosso entender, a emigração identifica-se com dois polos distintos, isto é, por um lado acarreta problemas sociais para os quais o país de origem deve estar atento no sentido de combater este flagelo. Por outro lado, a emigração está ligada ao desenvolvimento de um país, pois a população emigrante quando retorna ao seu país de origem, traz consigo muitas experiências e conhecimentos, que podem servir de alavanca ao desenvolvimento.

Portugal tem no seu “ADN” uma realidade migratória constante, as comunidades portuguesas espalhadas por diversos países do mundo demonstram que a adaptabilidade

e aculturação são dois conceitos subjacentes a um povo que sempre procurou melhores condições de vida, embora nunca esquecendo a sua origem.

Torna-se importante salientar a emigração portuguesa para a Suíça, dado ser esse o local onde pretendemos desenvolver o nosso trabalho empírico.

6. A emigração na Suíça

A emigração portuguesa assiste a uma mudança no que concerne a novos destinos, a partir da década de 80, sendo a Suíça um desses destinos em que muitos portugueses veem oportunidades para melhorar as suas condições de vida. Portugal registou um aumento significativo da emigração para a Suíça, nos últimos tempos.

Este fenómeno deveu-se ao facto de crise petrolífera nos anos 70 ter afetado países como a França e a Alemanha, o que impôs uma reestruturação das fronteiras. Assim, muitos portugueses viram na Suíça uma solução para melhorar as suas condições de vida escolhendo-o como país de destino (Marques, 2000).

A emigração portuguesa ganha cada vez mais influência no território helvético em que se confirma um aumento das estadias permanentes, estando estas ligadas ao reagrupamento familiar com cerca de 45 % das entradas que entre 1985 e 1991 foram de 59% dos emigrantes portugueses (Marques, 2017).

Analisando a evolução da emigração portuguesa para a Suíça, podemos referenciar que o acordo de livre circulação entre países da União Europeia e a Suíça, em 1999, facilitou ainda mais, a entrada de muitos migrantes. Assim a emigração para este país caracteriza-se por

(...) um fluxo migratório tradicional com raízes nas assimetrias geo - económicas de ambos os países, composto por migrantes económicos com motivações tradicionais, objetivos específicos e “sonhos de retorno” e que foram economicamente incorporados no mercado de trabalho suíço como substitutos de imigrantes precedentes (Marques, 2000, p. 1).

Perante esta análise podemos afirmar que, a longo prazo, a população permanente portuguesa tenha duplicado entre 1985 e 2015, o que demonstra que a comunidade portuguesa é uma das maiores neste país. Neste sentido, somos da opinião que se devem reforçar os laços diplomáticos entre estes dois países e criar ou reforçar políticas capazes

de afirmar a estabilidade da comunidade portuguesa na Suíça. Estima-se que o número de entradas de emigrantes portugueses no ano de 2016 para a Suíça foi de 10 mil, o que representa cerca de 6% do total de imigrantes portugueses residentes, considerando-se o terceiro país com uma das maiores comunidades portuguesas instaladas (Pires et al., 2017).

É pertinente entender o processo de residência dos imigrantes seja, permanente ou sazonal, neste sentido, explicamos a aplicação de autorização de residência. A população residente na Suíça tem aumentado gradualmente pois a residência de permanência tem registado um aumento significativo. Para se adquirir a residência de permanência, ou seja, os documentos para estrangeiros de autorização B e C são necessários alguns requisitos, como por exemplo, um contrato de trabalho válido por um período de nove meses e/ou até doze meses e permanecer cinco anos seguidos. Só assim é que o emigrante consegue adquirir o estatuto de permanência, que atingiu um valor máximo de autorizações C em 1991 (Marques, 2016).

Na Suíça é estabelecido um “único diploma a entrada e permanência dos estrangeiros ativos e não ativos e daqueles que, embora residam no estrangeiro, trabalham na Suíça” (Marques, 2008, p.139). Perante a afirmação, a lei de estrangeiros é regulamentada por quatro tipos de autorização de permanência, fazendo algumas distinções mediante a situação de residência do estrangeiro. Neste âmbito, temos a autorização de permanência sazonal (*Permis A*) que é concebida ao estrangeiro quando reside por um período máximo de nove meses e é obrigatório que este resida no seu país de origem durante três meses, após a saída da Suíça, a autorização de permanência (*Permis L*) é, na sua maioria, atribuída aos estrangeiros para permanecerem legalmente no país com uma duração entre nove meses a um ano, ou, seja, os designados como temporários e os emigrantes que possuem este documento podem estar sem trabalho até 3 meses; a autorização de permanência anual (*Permis B*) que é atribuída ao estrangeiro por um período de um ano, tendo este de requerer esta autorização todos os anos. Mediante a sua situação laboral e económica, é permitida a mudança de trabalho ou atividade, bem como a mudança de cantão e o reagrupamento familiar, caso a situação económica seja favorável. Esta autorização é sujeita a avaliação por parte das autoridades, devido à grande afluência de pedidos; por fim, a autorização de residência (*Permis C*) é atribuída ao estrangeiro após “uma permanência legal e ininterrupta de cinco a dez anos

(conforme a sua nacionalidade)” (Marques, 2008, p.142). Esta autorização é mais limitada em relação às restantes, só é renovada de três em três anos e avaliada a situação para o emigrante poder continuar com esta autorização. Segundo o mesmo autor, a autorização de (*Permis C*) é a mais objetiva, tendo o estrangeiro maior possibilidade de manobra para mudar de profissão, de cantão e de obter mais regalias que as restantes autorizações não permitem. O estrangeiro que obtenha esta autorização encontra-se em par de igualdade de obrigações e direitos como sendo um cidadão suíço. A sua validade expira quando um estrangeiro permanece fora da Suíça por um período de seis meses, sem qualquer requisição de autorização. Assim sendo, nas últimas décadas, o aumento de autorizações a estrangeiros na Suíça potenciou regras nas entradas para o país, resultando numa política migratória mais rigorosa, para cidadãos não pertencentes à UE, permitindo a facilitação a estrangeiros que já tenham referências no país.

Contudo, nem todos estatutos de permanência dizem respeito a novas entradas para o país, pois muitos estatutos de permanência foram atribuídos a emigrantes que já se encontravam instalados há mais de cinco anos. Os novos estatutos foram atribuídos entre os anos 2009 e 2015. Para além da emigração de permanência vivenciada neste país, podemos considerar que a emigração temporária/sazonal é uma característica da população portuguesa, pois muitas vezes é procurada mão-de-obra temporária em determinadas áreas laborais como a agricultura, a construção civil, a hotelaria e restauração, sendo esta caracterizada sobretudo por mão-de-obra masculina, aproximadamente 50%, embora esta percentagem tenha vindo a diminuir a partir de 2009. Os trabalhadores temporários portugueses representam cerca de 11,9% do total de estrangeiros a trabalhar temporariamente em 2015 (Marques, 2016).

A realidade migratória portuguesa na Suíça é, sem dúvida, uma questão que devemos considerar para fomentar para melhorar as relações entre os dois países. A comunidade portuguesa é uma das mais contributivas e mais antigas neste país, permitindo-nos debruçar sobre como esta comunidade está inserida na sociedade de acolhimento, bem como, as dificuldades encontradas.

Será apresentada uma breve caracterização da Suíça, nomeadamente, a nível económico, territorial, social, cultural, educacional e estrutura familiar para percebermos como funciona o país.

7. Breve caracterização da Suíça

7.1. Aspetos linguísticos, demográficos e administrativos

A Suíça é um país de forte diversidade cultural e linguística (falam-se quatro idiomas oficiais, o alemão, o francês, o italiano e o romanche), onde, apesar de ser um território pequeno, vivem pessoas oriundas de 140 nações. Atualmente a população residente é cerca de 7,8 milhões de pessoas, mais de um terço desta população vive em cinco grandes cidades, Genebra, Zurique, Basileia, Berna e Lausanne, mais de metade do país é composto por montanhas, onde vive cerca de 10% da população.

O panorama demográfico na Suíça é ligeiramente diferente em relação a muitos países da Europa, pois já há várias décadas que a imigração é um fator importante e a principal causa de crescimento demográfico, permitindo ser um país com mais população jovem. O número de habitantes da Suíça aumentou de 3,3 milhões do início década de 90, para 8,4 milhões de habitantes na atualidade, ou seja, a população aumentou cerca de 1,1%, sendo que a maioria da população residente na Suíça sejam 2 milhões estrangeiros o que corresponde a 25% da população total, em média nascem 1,5 crianças por mulher, a esperança média de vida é uma das maiores do mundo, pois, no sexo masculino é de 81,5 anos e no sexo feminino a esperança média de vida é de 85,3 anos (BFM, 2011).¹

Nos cantões da região alemã é onde se concentra mais de metade da população, ou seja, 70% da população, cerca de 20% fala o francês, 7% fala o italiano e o romanche é falado em apenas determinados locais como a região do cantão de *Graubunden* e a comunicação oral é utilizada por todos sem quaisquer divergências.

A nível político o sistema helvético funciona como federalismo e com a democracia direta, a capital é Berna, o conselho federal é o órgão máximo da confederação suíça, é representada pelos partidos políticos mais importantes eleitos democraticamente pelos cantões, o parlamento suíço é composto por duas câmaras, o conselho nacional é representado pelo povo e pelo conselho dos estados composto por 246 deputados, o seu território está dividido em 26 cantões que, por sua vez, estão divididos em mais de 2.300 municípios (*Communes*), sendo que cada cantão usufrui da sua autonomia em relação à Confederação, podendo decidir as suas leis sem se oporem à legislação federal.

Sendo a comunidade portuguesa na Suíça uma das maiores comunidades residentes, a sua distribuição territorial não é homogénea, pois esta comunidade está instalada em

¹ BFM: Bundesamt fur Migration: Departamento Federal de Migração Suíço

vários cantões é diversificada. Na região francesa, nos cantões, de “Vaud e Valais, residem, em cada um 22.3% de portugueses, em Genebra 13.8%. e na região alemã de Zurique 10.3%”, sendo estes os cantões com mais portugueses residentes com autorização permanente (Marques, 2016, p. 18).

7.2. Aspetos económicos e sociais

No que diz respeito ao nível económico, a Suíça tem uma das economias mais competitivas do Mundo, sendo a UE o seu maior parceiro comercial, em que cerca de 78% das importações provém da União e 43% das suas exportações destinam-se também aos países da União, a sua moeda é o franco suíço, composta por 100 cêntimos e o seu símbolo é CHF ou o Fr.

É um estado que assegura e dispõe de um sistema social que aporta as necessidades básicas a longo prazo em situações mais vulneráveis. Porém, estas situações só são permitidas quando os cidadãos estão em situação de vulnerabilidade e não são capazes de assumir a responsabilidade perante as questões do seu quotidiano, mas a constituição federal suíça esclarece que, mediante situações de vulnerabilidade social, cabe aos cantões e aos municípios prestarem e assegurarem a proteção necessária, nomeadamente, às questões económicas, de saúde e de educação. Caso o cidadão esteja desempregado deve inscrever-se no centro de emprego (RAV) no seu cantão em que irá ser apoiado na procura de um novo emprego, mas só usufruirá do subsídio de desemprego se tiver trabalhado, pelo menos, doze meses nos últimos dois anos.

O apoio à família também é assegurado, todas as mulheres que tenham uma profissão usufruem da licença de maternidade de 14 semanas ao pagamento de 80% do último salário e estas prestações também são atribuídas a desempregados com baixos rendimentos. Quando os rendimentos familiares não são suficientes para sobreviver o processo entra para a assistência social em que a responsabilidade é acionada pelos cantões e é financiada pelos impostos.

Relativamente à saúde, não existe serviço nacional, a saúde é assegurada pelos seguros de saúde, sendo que o cidadão ao ter direito à permanência de residência após três meses é obrigado a possuir o seguro de saúde, o valor do seguro de saúde depende do local onde reside e onde pretende assumir o resto das responsabilidades.

7.3. Educação e Formação

A educação e formação profissional são um ponto fulcral para a sociedade suíça, pois fazem parte do seu desenvolvimento, o sistema escolar é obrigatório até ao ensino secundário, a educação é assegurada por cada cantão, é gratuita em todos os níveis, existem apoios e programas para os alunos com mais dificuldades nomeadamente para os alunos estrangeiros. O sistema de ensino na Suíça abrange dois caminhos muito importantes, uma formação mais específica designada formação profissional em que o aluno pode escolher entre em continuar numa escola ou numa empresa para prosseguir nos estudos e para estas escolhas existem centros de apoio que integram profissionais como o professor e o pedagogo para ajudar tanto o aluno coma família a decidir.

As estatísticas indicam que, na sua maioria, os jovens optam pela formação profissional após a conclusão do ensino obrigatório, incorporando esta formação profissional a aprendizagem prática e formação teórica, tendo estes cursos, a duração entre dois a quatro anos. Os alunos que queiram usufruir deste tipo de formação têm de procurar uma empresa que queira utilizar este regime o que implica para o aluno o sentido de responsabilidade. Relativamente ao ensino superior este está dividido em universidades e escolas superiores de ciências aplicadas, técnicas, cujo ingresso pressupõe a conclusão do 12.º ano ou o diploma profissional.

A população migrante contribui para o enriquecimento económico, cultural e social do país, a legislação suíça implica que todos os seus habitantes sejam capazes de ser financeiramente independentes, a convivência entre todos deve ser pacífica, os direitos suíços assentam em diretrizes fundamentais, nomeadamente, ninguém pode ser excluído devido à sua orientação sexual, religião, origem e raça, a igualdade de oportunidades tem de estar implementada na sociedade helvética.

Os emigrantes que queiram escolher a Suíça como país de destino, devem ter em conta alguns fatores e requisitos importantes para residir e trabalhar neste país, desde autorização de residência, se for cidadão de um estado-membro da UE ou de um país membro da EFTA. Estes cidadãos usufruem da livre circulação, porém, se o indivíduo está sob o estatuto de refugiado ou autorização de residência humanitária e não pertencer a nenhum país da União está sob controlo da legislação do departamento federal de migração (BFM) que orientará o indivíduo migrante para todos os serviços e informações necessárias para que possa residir legalmente no país.

A Suíça assume-se como um país desenvolvido em que a migração é parte integrante da sua história e do seu desenvolvimento. Segundo a Confederação Suíça, o estrangeiro ao tomar a sua decisão de sair do seu país de origem é muito importante e implica várias mudanças da vida quotidiana das pessoas, como seja a adaptação a uma nova organização dos serviços, escola, saúde, comportamentos, sistema social pois vai confrontar-se com uma nova cultura e a adaptação deve ser uma característica primordial de um emigrante (BFM, 2011).

Urge, portanto, a necessidade de explicar as características sociais e familiares das crianças e dos jovens portugueses na Suíça, bem como a sua integração no meio escolar.

Assim, as diretrizes escolares assentam em três modelos importantes na integração das crianças e jovens estrangeiras, sendo eles, (1) escolas especializadas em acolher crianças e jovens com deficiências mentais ou físicas; (2) cursos destinados a estrangeiros que necessitem de apoio na aprendizagem da língua local, e (3) classes especializadas em receber crianças e jovens com problemas de aprendizagem e de comportamento. As crianças estrangeiras recém-chegadas à Suíça têm acesso obrigatório e gratuito ao ensino, este, por sua vez, assenta na oferta do ensino especializado a nível primário, a nível secundário e por fim, o nível pós-obrigatório².

Desde a década de 90, a presença das crianças e jovens portugueses no sistema formativo e escolar suíço tem sido uma constante, por esta razão, o sistema escolar sentiu a necessidade de encarar os cursos para migrantes uma prioridade, sendo os alunos portugueses um grande grupo a frequentar estes cursos, em grande parte devido ao reagrupamento familiar. Atualmente, segundo as estatísticas existe uma diminuição de alunos portugueses nascidos em Portugal, que não quer dizer que dominem a língua local pois, segundo alguns estudos existe uma quantidade de crianças e jovens portugueses que não conseguem dominar a língua local aquando da entrada em idade pré-escolar e isto resulta do ambiente familiar e social, em que a criança está inserida.

Daqui resulta uma situação que, em nosso entender, está intrínseca na comunidade portuguesa, pois pela norma formativa suíça, quando um aluno não consegue dominar a língua local, carece de capacidades cognitivas. Neste sentido, o aluno é encaminhado para uma classe especial em que lhe são proporcionadas estratégias e aprendizagens

² O aluno não é obrigado pelo sistema educativo suíço a seguir a área formativa normal, é-lhe fornecida a escolha de uma área profissional.

enquadradas no seu perfil. Para além do referido, é apontada a fraca relação entre os pais estrangeiros e os professores, ou seja, os encarregados de educação estrangeiros não procuram frequentemente os professores dos seus educandos, sendo uma das razões apontadas para esta instabilidade relacional o facto de não dominarem a língua local e a sua pouca formação, bem como, o desconhecimento do sistema educativo suíço.

Esta realidade é interpretada pelos pais portugueses como uma situação discriminatória por parte da escola, o que não significa que as crianças e jovens portugueses e outros estrangeiros, não tenham uma formação profissional qualificada. Mediante as estatísticas, os jovens portugueses são o grupo de estrangeiros com mais formação tanto a nível profissional como a nível académico o que revela um grupo integrado no sistema escolar suíço.

A integração dos jovens migrantes é uma temática importante, pois existem em vários cantões diversas medidas/programas para a integração dos mesmos no sistema escolar suíço. Esta questão é reforçada no que diz respeito tanto a jovens migrantes com a escola obrigatória já realizada no seu país de origem, como a jovens que ainda não finalizaram a escolarização obrigatória.

A integração dos jovens no sistema escolar inicia-se com o ensino primário entre os graus 1 e 3, os alunos migrantes são integrados nas classes regulares onde começam as primeiras aprendizagens como os restantes alunos. No grau 4 até ao grau 8 da escolaridade obrigatória frequentam uma classe de acolhimento a meio-tempo, ou seja, as classes de acolhimento são incluídas no sistema escolar devido à grande afluência de alunos estrangeiros, estando estas classes já formadas para receber os alunos migrantes. Assim, as classes de acolhimento iniciam-se no grau 1 até ao grau 3, em que a primeira abordagem no grau 1 é iniciada com a aprendizagem da língua local, durante 1 ano, no grau 2 acompanham ao aluno durante a escolaridade obrigatória, ajudando-o na inserção a nível laboral e a permanência varia de caso para caso, pois o objetivo é retirar o aluno o mais rápido possível das classes de acolhimento para que possa haver integração a nível laboral. Por fim, no grau 3 das classes de acolhimento, a finalidade é continuar com a integração, bem como, conseguir orientar o aluno até obtenção de um certificado para combater o abandono escolar.

A migração não deveria ser um pretexto para aumentar o abandono escolar, os percursos de formação dos migrantes são cada vez mais diversificados, existe uma maior

diversidade cultural nas turmas de acolhimento. Daqui resulta uma formação mais coesa e concisa sobre a mediação cultural, sendo a integração dos migrantes nas classes regulares uma prioridade (Evrard & Rastoldo, 2016).

7.4. Estrutura familiar dos migrantes

A estrutura familiar dos migrantes na Suíça é, na sua maioria, uma estrutura nuclear, sendo um fator positivo a seguir para melhor integração das crianças migrantes, o que é mais propenso a um percurso de integração mais uniforme e íntegro na sociedade de acolhimento. A título de exemplo, os pais de uma criança migrante, quando chegam, entram mais rapidamente no mercado de trabalho o que lhes permite adquirir recursos económicos que permitirão melhor integração a nível social e escolar. Contudo, as crianças provenientes de famílias monoparentais têm mais dificuldades na integração social e escolar, devido aos vários obstáculos que lhes são colocados pelas regras do país de acolhimento (Bader & Fibbi, 2012).

No processo migratório a estrutura familiar é fundamental para uma integração segura, isto é, no país de origem são tomadas as decisões para emigrar entre os elementos da família, já no país de destino é definido o contexto de integração que mais tarde pode, eventualmente, ser um fator de reencontro entre famílias. Assim, quando um ou mais elementos da família optam por emigrar, é possível que os restantes elementos se reencontrem no país de acolhimento. Mediante este processo, advêm outras questões relativas ao núcleo familiar e à migração, como os casamentos entre portugueses e suíços, em que estão intrínsecos os valores interculturais e étnicos (Fibbi, Bolzman, Fernandez, Gomensaro, Kaya, Maire, Merçay, Pecoraro & Wanner, 2010).

Considerando que as associações são fundamentais para manter a identidade cultural do país de origem destacaremos, a seguir, o seu papel na integração dos imigrantes.

8. O associativismo na integração dos migrantes

Os fluxos migratórios têm acompanhado a história de Portugal, pelo que muitas comunidades portuguesas ao instalaram-se em países europeus criaram, ao longo dos tempos, grandes laços entre e com as comunidades emigrantes residentes nos países de

acolhimento. Assim, começaram a surgir, de uma forma informal, associações com a finalidade de manter a identidade cultural do seu país de origem.

Contudo, a instalação do emigrante no país de acolhimento passa por diversas fases, caracterizadas por uma “ordem sequencial cronológica”, que se inicia por uma “intenção de partir”, em que o indivíduo toma a decisão de querer abandonar o seu país de origem e que incluiu os “preparativos da partida” em que recolhe as informações importantes sobre o país de destino, nomeadamente a “obtenção de documentos”, o “emprego” e as “obrigações de natureza familiar”. A fase seguinte é a “viagem”, fase das mais importantes, pois é a ligação entre o país de origem e o país de destino, que ao longo dos tempos foi mudando devido às várias formas de a realizar. A fase de “instalação” é uma fase caracterizada por ser transitória, porém, pode tornar-se permanente e, nesta fase, o indivíduo é “confrontado” com diversas situações em que só a sua capacidade individual vai estabelecer a sua integração e fixação no país de destino (Rocha-Trindade, 2010, p. 43). Deste processo resulta a integração do emigrante, em que as associações têm um papel fundamental, na medida que desenvolvem estratégias para que o emigrante se consiga integrar e incluir na sociedade de acolhimento.

(...) O Migrante fora da terra, numa que não é a sua, procura combater o isolamento com que se depara e o desgaste emocional causado pela vida no novo ambiente social e que passa a estar inserido, onde naturalmente ocorrem dificuldades de adaptação, através da procura de oportunidades de encontro e de convívio com conterrâneos ou com compatriotas (Rocha-Trindade, 2010, p. 44).

Perante a afirmação podemos analisar a importância das associações na integração dos emigrantes na sociedade de acolhimento.

O associativismo caracteriza-se como um meio, forma e instrumento social capaz de proporcionar soluções, através da ajuda, da transmissão do conhecimento, da informação, dos valores, das tradições. Assim, o associativismo emigrante assenta nos valores culturais de uma comunidade, promovendo melhores condições de vida a vários níveis, respondendo à comunidade no país de acolhimento.

Os desenvolvimentos das associações no país de acolhimento surgem devido a alguns fatores importantes, que são devidos à estadia a longo ou curto prazo, aos laços criados no país de acolhimento, como é o caso da segunda geração, ao casamento entre

os locais e os emigrantes e à necessidade de encontrar serviços tanto assistenciais como recreativos relacionados com a sua origem (Leonello & Cosac, 2009).

As associações das comunidades migrantes têm como finalidade defender os interesses na comunidade no país de acolhimento, contribuindo em muito casos para o processo de integração social (Blanch, 2005).

No caso em estudo, vamos recorrer a uma associação de apoio à comunidade portuguesa, entendemos que o abordar o associativismo, como forma de integração social no país de acolhimento, é um fator fundamental para o indivíduo migrante. Neste sentido, as primeiras associações portuguesas na Suíça surgiram com a primeira grande vaga de emigração portuguesa nos anos 80.

Surgem cada vez mais associações com a finalidade de transmitir a cultura e as tradições para a comunidade portuguesa. Estas associações caracterizam em diversas categorias, como desportivas, escolares, religiosas e assistenciais (Fibbi et al., 2010).

A comunidade portuguesa desenvolveu uma forte sociabilidade intercomunitária, com o objetivo de facilitar a integração na sociedade de acolhimento, no entanto, considera-se que a coletividade pode induzir para uma situação de “gueto” e reforçando o círculo da comunidade portuguesa, pode ser promotor de exclusão social.

Em nosso entender, as associações tem um papel fundamental no que diz respeito à tomada de decisão do emigrante, entre a emigração temporária e permanente, pois sente interajuda e apoio, sendo um dos aspetos positivos para a sua integração na sociedade de acolhimento.

Avaliando o papel e as funções ao longo dos tempos realizados pelas associações, verificamos que anteriormente eram voltadas para ajuda à emigração de trabalho e ajuda de retorno, para a ajuda às leis e às reivindicações que os trabalhadores emigrantes portugueses procuraram. Atualmente, o panorama modificou-se e constata-se uma diversidade de associações que apoiam o emigrante em diversos sentidos para diversas situações. Existe uma nova abertura para a sociedade de acolhimento, em que a comunidade portuguesa já não é somente vista como uma comunidade de trabalhos precários, mas como uma comunidade com trabalhos em diversas áreas, sendo fomentada, cada vez mais, a sua inclusão. Verifica-se também uma forte presença da segunda geração de emigrantes portugueses nas associações, demonstrando uma nova imagem na

divulgação da nossa cultura e uma abertura que até então não era reconhecida (Fibbi et al., 2010).

Por conseguinte, achamos fulcral desenvolver o papel das associações face à integração dos emigrantes no país de acolhimento, por um lado, porque divulgam a cultura, tradições e valores, mas por outro lado, permitem a ajuda e abertura da sociedade de acolhimento transmitindo segurança, credibilidade e satisfação por viver no país de destino.

Podemos afirmar que a comunidade portuguesa é uma das comunidades estrangeiras com mais movimentos associativos na Suíça e com maior diversidade, congratulando-se por ser uma comunidade integrada.

Todas as associações sediadas na Suíça devem contribuir para reforçar os laços e sobretudo criar condições para eventuais regressos dos emigrantes. Na nossa perspetiva, as associações devem criar parcerias em ambos os países, auxiliando os emigrantes na resolução dos seus problemas.

As associações que se enquadram no assistencialismo devem auxiliar a comunidade em várias valências, instrumentalizando e informando com a finalidade de integrar a comunidade na sociedade de acolhimento. O trabalho social enquadra-se na integração das comunidades emigrantes, conjugando a interculturalidade, colaborando com o indivíduo para proporcionar uma melhor integração no país de acolhimento.

Posteriormente, iremos abordar a intervenção social em contexto migratório, na medida em que é fundamental para que a integração seja bem-sucedida.

9. A intervenção social em contexto migratório

O panorama migratório atual leva-nos a refletir acerca da multiculturalidade existente nas sociedades europeias que ao longo dos tempos têm, através da intervenção, dado voz à diversidade cultural, como forma de promover a sua integração.

As diferenças culturais são cada vez mais evidenciadas criando, de algum modo, conflitos e problemas sociais relacionados com a deslocação massiva das populações mais desfavorecidas para países que oferecem condições mais favoráveis. Esta deslocação é vista como um problema para o qual as sociedades modernas não estão preparadas resultando em problemas sociais, como a discriminação, xenofobia, preconceito e exclusão social.

Partindo desta realidade, entendemos que abordar o multiculturalismo como forma de intervenção social permite mitigar, diminuir e combater problemas sociais. Para um trabalho social exequível relacionado com as migrações, devemos enquadrar nas intervenções sociais práticas como o multiculturalismo e a pedagogia para que as sociedades encarem a diferença cultural como uma normalidade (Oliveira, 2015), pois “as problemáticas da diversidade cultural e da interculturalidade implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico ao nível da investigação e da intervenção” (Ramos, 2007, p. 225). Assim, é fulcral implementar o trabalho social como uma prioridade na integração dos emigrantes, pois é reconhecível que este pode ser um grupo vulnerável e é importante estabelecer uma coesão social entre as comunidades de acolhimento e os emigrantes, entendendo que a diversidade cultural é um princípio para a construção de uma sociedade mais integrativa e normativa.

Para além das abordagens anteriormente mencionadas, incluímos na intervenção social em contexto migratório, a mediação intercultural tanto como instrumento para a intervenção, como para o perfil do educador social com a finalidade de mediar, educar, ajudar, sensibilizar, entre outras funções polivalentes. Um dos principais desafios, para as sociedades atuais, é sem dúvida, a integração eficaz dos migrantes.

Neste contexto, existem associações/organizações que permitem facilitar o conhecimento das diversas culturas e comunidades existentes nos países de acolhimento. Importa salientar que uma perspetiva intercultural é a resposta global e conjunta que consideramos na intervenção social, utilizando as práticas pedagógicas e de mediação em várias instituições/organizações que compõem a integração dos migrantes, com o objetivo de combater a discriminação, xenofobia e exclusão social (Eckman & Bolzman, 2002).

A integração dos emigrantes portugueses na Suíça é uma problemática que evidenciamos no nosso estudo, em que as políticas integradoras são, na sua maioria, diferentes dos restantes países da Europa, embora estes apresentem também políticas adequadas.

Apesar de Portugal ser um país de emigrantes, é por um lado um país de entrada para muitos que desejam a Europa, pelo que Portugal tem definidas políticas/medidas integradoras, em que destacamos o Programa Português para Todos (PPT) que consiste em disponibilizar gratuitamente um curso de língua portuguesa, que permite ao imigrante acesso à autorização de residência permanente, ao estatuto de residente de longa duração,

e ao benefício de cursos técnicos em vários setores, permitindo melhor acesso ao mercado de trabalho. O Estado português consagra ainda os gabinetes e planos de apoio a nível nacional e local, com o objetivo de reforçar a ligação à comunidade local possibilitando melhor acessibilidade à informação, com campanhas, ações de formação e educação, valorização da interculturalidade através da ajuda profissional que direciona o imigrante para o cumprimento dos seus deveres e direitos, bem como a ajuda a nível da saúde, educação e mediação. Podemos afirmar que Portugal, nos últimos tempos registrou uma grande afluência de entradas, demonstrando positivamente práticas, políticas e medidas (Casas, 2016).

A realidade Suíça, no que diz respeito ao trabalho social e à integração dos imigrantes no território helvético é ligeiramente diferente da realidade portuguesa, pois como país não pertencente à UE tem projetos e programas próprios e diferentes. Habitados desde muito cedo a receber emigrantes oriundos de todas as partes do mundo, o governo suíço encara a integração como uma prioridade delineada a vários níveis, ajudando os imigrantes a integrarem-se na comunidade local, adaptando as necessidades dos mesmos à cultura, valores e princípios do país de acolhimento.

A integração escolar das crianças imigrantes é um objetivo que o governo helvético define como essencial, e assenta numa prática pedagógica como um caminho inicial para a integração do imigrante, na sociedade de acolhimento. Este processo começa com um levantamento de crianças imigrantes inscritas nas escolas, após o qual é iniciada a aprendizagem na língua local, sendo a formação e o acompanhamento caminhos para melhorar não só a integração, mas também, a aquisição de conhecimentos e competências profissionais para o mercado de trabalho.

Corroboramos a ideia que “A integração e o sucesso educativo dos alunos originários de outras culturas e/ou descendentes de imigrantes é um importante indicador de integração social, de desenvolvimento e de coesão social” (Ramos, 2007, p. 225). Por este motivo, achamos importante, quando o contexto local o permite, podermos intervir o mais precocemente possível, para se conseguir realizar uma intervenção mais coesa, completa e integrativa.

A diversidade cultural tem grande impacto na sociedade suíça, pelo que existe um trabalho constante de ajuda social ao imigrante, evitando a exclusão social e evocando uma educação intercultural baseada na pedagogia e na mediação.

O trabalho para que os emigrantes se sintam integrados é realizado por vários profissionais que atuam em equipa multidisciplinar e destacaremos, em seguida, o papel do educador social como elemento dessa equipa.

10. A importância de um educador social na intervenção para a integração na comunidade local

Neste trabalho procuramos fomentar e explicar a intervenção do educador social na integração dos emigrantes, referindo como é importante o seu papel no apoio à integração na comunidade local.

O educador social é um técnico que deve interagir de diversas formas desenvolvendo uma integração social positiva nos vários contextos, pautada pela relação humana numa lógica pedagógica (Mateus, 2012).

Desenvolver uma intervenção social junto da população imigrante é um desafio, para o qual o profissional deve estar consciente, pois tem de refletir, a diferença cultural, o percurso migratório, os fatores que levaram à emigração. A posição do técnico deve ser imparcial, ou seja, demonstrar uma abertura em relação ao outro, procurar encontrar pontos fortes e diagnosticar os pontos mais frágeis, para resolver e incluir no seu processo de intervenção.

A intervenção em contexto migratório divide-se em três momentos, o primeiro é a “descentralização”, isto é, definir a cultura de cada interveniente, explicar em que consiste a cultura do país de acolhimento (códigos, regras sociais, o funcionamento dos serviços, a educação, as várias práticas religiosas), o segundo momento refere-se à “descoberta do quadro de referências do outro”, podendo surgir desafios para técnicos e clientes, como o caso da comunicação. Deve ser iniciado o processo de aculturação e da construção identitária em que o educador social ajuda o imigrante a encontrar a sua identidade cultural na sociedade de acolhimento. Por último, o terceiro momento, é o “processo de negociação e mediação intercultural”, em que o educador social tem um papel fundamental pois implica um investimento e uma motivação por parte do técnico para resolver eventuais conflitos de valores em que, em algumas situações, pode ser necessário recorrer a outras áreas, como resposta aos problemas (Boilard & Lanza, 2011, pp. 103 - 104).

O educador social deve fomentar a sua intervenção com imigrantes, o que implica um saber hermenêutico e prático em que a mediação sociocultural é uma das ferramentas a serem trabalhadas, pois concordamos que mediação deve ser “(...) associada a múltiplos contextos de diversidade social e cultural, com enfoque na integração de todos com vista a uma sociedade mais participada, justa e solidária” (Oliveira & Freire, 2009, p. 14).

Defendemos a relevância de que o educador social, nesta tipologia de intervenção, deve adquirir conhecimentos e competências em que os conceitos de mediação e interculturalidade devem estar implícitos na sua intervenção. Deste modo, a mediação sociocultural torna-se uma técnica e um método fundamental para que esta realidade intercultural se torne possível, assumindo-se como um processo comunicacional de transformação do social, requalificando as relações e concebendo novos percursos onde é possível entender o outro, como diferente (Oliveira & Galego, 2005, p. 57).

O educador social para completar o seu trabalho com a negociação e mediação recorre a quatro parâmetros:

- (1) reconhecer a hipótese de conflito de valores e não de comportamentos patológicos;
- (2) reconhecer que o cliente é um parceiro na procura de soluções;
- (3) Criar uma abordagem de aproximação ao imigrante e
- (4) Fomentar a participação cultural como estratégia de adaptação (Bailard & Leanza, 2011, p. 104).

É nesta linha que o educador social deve procurar, na sua intervenção com imigrantes, a mediação, a interculturalidade e a pedagogia, promovendo e reconhecendo a educação intercultural, na medida em que é um mediador e facilitador de diálogo com a finalidade de combater a exclusão social. A intervenção social neste contexto deve “procurar o diálogo intercultural promovendo uma educação na diversidade de todos e não uma educação para culturas diferentes” (Gonçalves, 2006, p. 115).

Após a fundamentação teórica, baseada na revisão de literatura, apresentamos, a seguir, no capítulo II o estudo empírico que nos propomos realizar, com a formulação do problema e dos objetivos, os critérios de seleção dos participantes e a caracterização dos mesmos, a metodologia e os procedimentos utilizados.

Capítulo II

O problema, os objetivos, a amostra, metodologia, caracterização dos participantes e a recolha dos dados

No sentido de obter dados que permitam realizar o estudo sobre *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses residentes na Suíça (Cantão de Vaud)*, formulamos o problema e definimos os objetivos que respondam à questão – chave, referimos o contexto em que o estudo é realizado, selecionamos e caracterizamos os participantes e a natureza da investigação a realizar. Será também referida a metodologia e os instrumentos de recolha de dados, não esquecendo as questões éticas subjacentes.

Em seguida, apresentamos a formulação do problema e a definição dos objetivos que irão clarificar a questão - chave.

1. Formulação da questão problema e dos objetivos

O paradigma do nosso estudo remete-nos para a situação de integração dos portugueses emigrantes na Suíça, a residir no Cantão de *Vaud* que se encontra inserido na região francesa em que residem 30,5% de população estrangeira, sendo 22, 3% de portugueses emigrados.

A Suíça como já mencionado é um dos países na Europa que mais acolhe portugueses, a comunidade portuguesa instalada é uma das mais antigas, assim achamos importante refletir sobre a integração social da comunidade portuguesa. Assim, foi considerado o problema:

Será que os portugueses a residir na Suíça (Cantão de Vaud), se sentem integrados cultural e socialmente?

Partindo desta questão e para melhor compreensão, recorreremos à Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa (AACP), associação sem fins lucrativos que visa não só defender os interesses, como informar, orientar, divulgar a língua e cultura portuguesa bem como reforçar a interculturalidade.

Procurando dar resposta ao problema formulado foram definidos os seguintes objetivos:

- *conhecer o perfil dos emigrantes portugueses, residentes no Cantão de Vaud;*
- *identificar os fatores que levaram os portugueses a emigrarem para Suíça;*

- *compreender as dificuldades dos emigrantes portugueses para se sentirem integrados na sociedade de acolhimento;*
- *analisar como o apoio assistencial e o apoio associativo dado aos emigrantes portugueses facilitam a sua integração.*

Em seguida apresentaremos os critérios inerentes à seleção da amostra e os procedimentos utilizados.

2. Seleção da amostra e procedimentos utilizados

Quando se faz uma investigação torna-se necessário selecionar uma parte do universo populacional, ou seja, selecionar uma amostra. Neste estudo, a seleção da amostra, sendo esta “um subconjunto da população usado para obter informação acerca do todo” (Morais, 2005, p.16), é apenas constituída por 24 inquiridos, numa população de 216 clientes/sócios. O número reduzido de participantes deve-se ao facto da disponibilidade dos mesmos, por exemplo não serem assíduos na colaboração, pois só necessitam da ajuda da associação em determinadas situações que exigem pouca intervenção e foram selecionados determinados casos mediante a intenção do estudo.

Esta amostra, segundo Marconi e Lakatos (2003) caracteriza-se como uma amostra não probabilística, com sentido intencional, constituída, segundo as intenções da investigação para estudar uma situação particular, com base no que dizem o/as inquirido/as e em que de forma informada e voluntária os mesmos se disponibilizaram para participar no estudo.

A cada inquirido foi atribuído um código correspondente à letra I, seguido de um dígito (1 a 9) e de um número (10 a 24) que identifica o número de participantes.

De seguida irá ser explicada a importância de utilização de uma metodologia, os instrumentos da recolha dos dados, a natureza da investigação, bem com as questões éticas associadas ao estudo e o tratamento da informação.

3. Metodologia

Realizado o enquadramento teórico que sustenta empiricamente o nosso estudo, é importante explicar o método e a natureza da investigação, que permitiram fundamentar cientificamente este trabalho.

3.1. Natureza da investigação

De salientar que

A investigação científica é, uma prática de permanente procura da verdade ou da realidade, um procedimento ou conjunto de procedimentos com métodos de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico para conhecer realidade ou descobrir verdades, um processo de construção do conhecimento (Morais, 2005, p. 2).

O método científico pressupõe organização, coerência, e o seu objetivo é obter o conhecimento científico da realidade a ser estudada (Izcarra – Palacios, 2014).

Para qualquer investigação é necessário recorrer a um método, que por sua vez origina os instrumentos que irão ser aplicados para a recolha e análise dos dados. Neste sentido, o nosso método recaiu sobre um estudo de caso em, segundo Mateus, (2008), “(...) é um estudo pormenorizado de uma situação bem definida, em que cada caso, embora semelhante a outros, tem sempre um carácter único que forma uma unidade dentro de um sistema (...)” (p. 164). A metodologia é do tipo qualitativo e quantitativo, pois ao utilizarmos o inquérito por questionário e a entrevista, estamos perante uma abordagem metodológica mista.

O método quantitativo caracteriza-se por um conjunto de questões específicas, organizadas, direcionadas ao/à inquirido/a com o intuito de obter respostas rápidas que demonstram de forma pragmática os resultados obtidos, pois “(...) é possível abordar quantitativamente alguns dos seus elementos estruturais e, assim, acrescentar argumentos sobre a qualidade de pesquisa, por meio de dados úteis à validação de metodologia e a delimitação do alcance dos resultados” (Souto & Korkischko, 2012, p. 33).

Desta forma podemos entender que o método quantitativo suporta os dados estatísticos, é normalmente apresentado em gráficos, tabelas ou quadros, tem uma índole racionalista, é apresentado em questões fechadas ou semiabertas, dando a liberdade de opinião ao/à inquirido/a. Acrescentamos ainda que permite identificar a amostra para um estudo qualitativo o que abrange maior conhecimento sobre a realidade a ser estudada (Morais & Neves, 2007).

O método qualitativo apresenta-se de uma forma interpretativa, baseia-se em interpretações e compreensão dos fenómenos sociais, o que permite uma descrição e análise crítica e reflexiva. Tem uma orientação mais naturalista, descreve-se a

interpretação do sujeito relativamente ao tema, sendo que os instrumentos mais usuais para a recolha de dados são sobretudo, entrevista, observação, questionários com questões abertas, estudos de caso e histórias de vida (Alves & Azevedo, 2010).

O método qualitativo e quantitativo, quando utilizados na mesma investigação origina, um estudo de natureza mista, em que esta

Constitui tentativas para projetar um conjunto finito de informação para uma população mais ampla: uma população de indivíduos no caso típico inquérito quantitativo, ou uma coleção de observações na análise qualitativa (...), o objetivo em qualquer análise é adequar a técnica à inferência, a afirmação à comprovação (Shaffer & Serlin, 2004, citado por Morais & Neves, 2007, p. 2).

Assim, o nosso estudo adequou os dois métodos, porque achamos que a realidade a ser estudada o permitia. Este estudo tem caráter descritivo, baseia-se em dar resposta à questão problema e aos objetivos contruídos perante a problemática estudada.

No próximo ponto será feita a descrição dos instrumentos de recolha de dados utilizados.

3.2. Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados do nosso estudo permitem dar resposta ao problema, aos objetivos enunciados, tendo a nossa escolha recaído na elaboração e aplicação de um inquérito por questionário e de uma entrevista com guião, pois,

Definir com quem se vai realizar a investigação é essencial para se poderem obter dados coerentes com os objetivos definidos, (...) é fundamental que se descreva os procedimentos realizados de forma clara e objetiva, como se vão obter dados, bem como o tipo de dados esperados, (...) decidir pela técnica de recolha de dados mais adequada (Morais, 2005, pp. 4 - 5).

Apresentamos, a seguir, os diferentes instrumentos de recolha de dados utilizados neste estudo.

3.2.1. Inquérito por questionário

O inquérito por questionário foi construído pela autora do estudo (anexo 1).

A sua estrutura organiza-se por quatro partes, em que a primeira diz respeito à caracterização sociodemográfica do/as inquirido/as, a segunda parte versa sobre questões sobre o processo migratório, dificuldades e causas, e na terceira parte as questões variam entre educação e formação, sendo focados aspetos como a língua, o processo educativo, o ambiente familiar e social e a aprendizagem da língua portuguesa. Por último, as questões incidem no associativismo e na importância para a integração dos emigrantes, em que uma tabela, com a escala de Likert, permitirá avaliar a opinião dos inquiridos sobre alguns aspetos importantes que podem influenciar a integração dos emigrantes na sociedade de acolhimento.

É constituído por questões de escolha múltipla e questões abertas nas quais pedimos justificação com o objetivo de obter mais informação e o tempo médio de duração de resposta às questões foi de 10 minutos.

Antes da aplicação do questionário foi feito um pré-teste, para verificar a compreensão das perguntas, tendo-se procedido a algumas alterações e após ter solicitado autorização ao presidente da AACP para a sua aplicação, tendo sido lavrado o consentimento livre e informado (anexo 2).

O inquérito por questionário foi aplicado na AACP, por administração direta, a 24 inquirido/as que frequentam assiduamente a referida associação. Alguns inquiridos frequentam esta Associação pela ajuda assistencial, pelos serviços e resolução de problemas em diversos aspetos, outros recorrem com a finalidade de divulgação, promoção da cultura portuguesa em diversos trabalhos ou projetos em colaboração com a AACP, para conseguir unir a comunidade portuguesa e a sociedade de acolhimento.

Foi aplicado durante o mês de maio e junho, após lavrado o consentimento livre e informado (anexo 3) e enquanto os/as inquiridos/as respondiam, por vezes, surgiam dúvidas e enquanto eram esclarecidas conseguimos entender algumas situações problemáticas de integração e de exclusão social, sendo perceptível em determinadas situações o quanto é difícil chegar a um país diferente, a uma cultura que não é a nossa e como o ser humano é capaz de se adaptar quando se defronta com diversas adversidades.

Para que as respostas pudessem ser claras e precisas, foi utilizado um vocabulário simples que facilitasse a sua compreensão e foi aplicado em um horário conveniente para todos, tal como referem Marconi e Lakatos (2003).

3.2.2. Entrevista com guião

A entrevista é “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social, (...), trata-se de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária” (Marconi & Lakatos, 2003, pp. 195 - 196). Permite observar as emoções, os gestos, os silêncios, avaliar atitudes.

Na entrevista com guião “as questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, (...)” (Amado, 2017, p. 210). O autor frisa que esta técnica permite um acesso àquilo que chama de “não-observável” nomeadamente, “opiniões, atitudes, representações, recordações, afetos, intenções, ideias e valores que animam uma pessoa a comportar-se de determinado modo” (pp. 213 - 214).

A entrevista com guião (anexo 4) foi construída pela autora do estudo e foi validada por dois docentes, não tendo havido necessidade de proceder a alterações. Foi gravada no dia 7 de junho, foi explicada a finalidade, salvaguardado o princípio do anonimato e da confidencialidade, tendo sido lavrado, como referido anteriormente, o consentimento livre e informado (anexo 2). O tempo médio de duração de resposta às questões foi de 20 minutos e foi realizada nas instalações da AACP. O entrevistado foi o Presidente da AACP, pois entre o grupo de colaboradores existentes a tempo inteiro na Associação, é o mais conhecedor da realidade estudada, pois os restantes colaboradores estão na Associação a tempo parcial, só trabalham quando são solicitados pelos clientes para resolver qualquer questão relativa aos seus interesses. O Presidente da associação é quem tem um primeiro contacto com os clientes, faz um diagnóstico da situação e tenta resolver os problemas tomando decisões e solicitando, por vezes, a ajuda de algum dos colaboradores.

A entrevista no nosso estudo constitui-se por duas categorias: a categoria A. Constituição da AACP e a categoria B. Apoios da AACP, sendo constituídas à prior.

Na *categoria A* foram consideradas três subcategorias: *A1. Razões pela qual surgiu a Associação; A2. Dificuldades sentidas na construção da AACP; A3. A integração dos emigrantes portugueses.*

Na categoria B foram consideradas quatro subcategorias: *B1. Apoio assistencial e social aos emigrantes; B2. Divulgação da cultura portuguesa; B3. Parcerias e protocolos da AACP com outras entidades; B4. Apoio ao regresso dos emigrantes.*

Em cada uma destas subcategorias são apresentadas várias questões e no final foi elaborada uma breve síntese para validar as respostas e feito um agradecimento pela disponibilidade e colaboração manifestada.

No ponto que se segue far-se-á referência às questões éticas que a recolha e tratamento de dados utilizados numa investigação devem respeitar.

3.3. Questões éticas da recolha de dados

Na realização de um trabalho científico é importante que o investigador considere importante respeitar os princípios de confidencialidade, informando os inquiridos/entrevistados em que consiste e para que fins se realiza esta investigação, quais os objetivos e a importância da participação, pelo que foi lavrado, um termo de consentimento e de responsabilidade assinado, tanto pela autora do estudo como pelos participantes (anexos 2 e 3).

Assim, encontramos nesta abordagem a preocupação do investigador sobre o que é moral, correto e confiável, em relação ao objeto de estudo. Como sublinha Ferreira (2013), “temos hoje uma comunidade científica mais consciente da necessidade de refletir sobre as suas práticas, e os princípios que devem pautar, sobre as tensões e dilemas que essas práticas conformam” (p. 175). Ainda, na mesma linha de pensamento, atualmente existe uma conduta moral que leva em consideração os outros, existindo uma relação de parceria em toda a investigação.

Partindo desta premissa em toda a nossa investigação foram tidos em conta estes princípios e em todas as circunstâncias foram explicadas as razões do estudo e a sua finalidade, para assim se conseguir uma melhor proximidade, compreensão e confiança.

O último ponto que será considerado diz respeito à forma como a informação recolhida vai ser tratada.

3.4. Tratamento da informação

Para o tratamento da informação dos dados recolhidos através da entrevista, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo em que foram consideradas categorias e respetivas subcategorias, já apresentadas no ponto 3.2.2. deste capítulo.

Foi feita análise de conteúdo, que “(...) é proceder à descrição objetiva, sistemática (...)” e “(...) é uma técnica de pesquisa documental que procura “arrumar” num conjunto de categorias os mais diversos tipos de comunicação” (Amado, 2017, pp. 302 - 303). Esta técnica foi utilizada com o objetivo de compreender o objeto de estudo de uma forma mais interpretativa.

A definição das subcategorias baseou-se na estrutura do guião de entrevista e as questões facilitaram a organização dos dados recolhidos. Estas subcategorias foram criadas de acordo com o enquadramento teórico e os objetivos da investigação e às quais foi atribuído um código. Foram formuladas e estruturadas em concordância com os objetivos, a questão-chave e o enquadramento teórico, para assim, conseguirmos completar e concluir a informação necessária para a realidade estudada. Procedemos à categorização e codificação, tal como já foi referido anteriormente.

É de referir que “(...) o princípio da análise de conteúdo é definido na demonstração da estrutura e dos elementos desse conteúdo para esclarecer diferentes características e extrair a sua significação” (Silva, Gobbi & Simão, 2005, p. 75).

Optámos pela entrevista estruturada com guião, em que estão subjacentes as categorias e subcategorias, de modo a clarificar o conteúdo estudado, seguidamente a este processo, constituíram-se as questões.

A finalidade foi conhecer as práticas integrativas a nível social, assistencial e cultural da AACP, na Suíça e corroboramos da opinião em que esta forma de recolha de dados “uma visão interpretativa da realidade do ponto de vista dos entrevistados” (Silva, Gobbi & Simão, 2005, p. 74).

Através da categoria A e das respetivas subcategorias pretendemos saber como surgiu a ideia de constituir a AACP e se através da sua criação foi possível promover a integração dos emigrantes portugueses, numa sociedade com características distintas da sociedade de origem, auscultando a opinião do Presidente da referida associação sobre o como, o durante e o porquê da sua criação.

Através da categoria B e das respetivas subcategorias abordamos o papel da AACCP enquanto agente divulgador da cultura portuguesa, do apoio social prestado na sociedade de acolhimento e no regresso dos que querem voltar às suas raízes, bem como a importância das parcerias com outras entidades.

A entrevista foi gravada em áudio e depois feita a transcrição da narrativa do entrevistado (anexo 5).

Para cada uma das subcategorias foram identificadas unidades de registo, palavras-chave ou indicadores de discurso que melhor caracterizam cada subcategoria. A unidade de registo é considerada como “o segmento determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria” (Vala, 1993, citado por Amado, 2017, p. 315).

Apresentada a metodologia e os instrumentos de recolha procedemos, no capítulo seguinte, à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos pela aplicação dos referidos instrumentos.

Capítulo III

Apresentação, análise e discussão dos resultados

Neste capítulo, procedemos à apresentação, análise e discussão dos resultados relativos à recolha de informação obtida através do inquérito por questionário, nomeadamente a caracterização sociodemográfica dos inquiridos, o processo migratório – causas, dificuldades e in(ex)clusão social, a educação e formação e o associativismo como fator de integração social, devidamente fundamentada com o exposto no corpo teórico do capítulo I. Será feita a análise de conteúdo da categoria A e suas subcategorias (A1, A2 e A3) e da categoria B e suas subcategorias (B1, B2, B3 e B4) e finalmente procederemos à discussão dos resultados.

Assim, com base nas respostas ao inquérito por questionário, procedemos à caracterização sociodemográfica do/as inquirido/as.

1. Análise da caracterização sociodemográfica do/as inquirido/as

Tal como foi referido no ponto 3.2 do capítulo II o inquérito por questionário é constituído por quatro partes. Na primeira parte é apresentada a caracterização sociodemográfica do/as inquirido/as, a segunda parte é constituída pelo processo migratório (causas, dificuldades e exclusão social), a terceira parte é constituída pela educação e formação e a última parte é constituída por uma tabela com uma escala de atitude face à integração dos emigrantes.

Na “análise dos dados podem-se obter indicadores, e conclusões acerca dos resultados em estudo, recorrendo a comparações, inferências, testes, estatísticos, correlações e medidas estatísticas” (Morais, 2005, p. 6).

As respostas serão apresentadas em 17 tabelas.

Na parte I do questionário, a tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica da amostra, tendo por objetivo delinear o perfil do emigrante português que recorre à AACCP.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica do/as inquirido/as

Inquiridos	Sexo	Idade (anos)	Habilitações académicas	Estado civil	Agregado familiar	Nº de anos no Cantão VD	Tempo que frequenta a AACP	Autorização de residência	Tipo de emigração	Situação profissional
I 1	F	28	Ens. Secund.	Casado	3	6 anos	1 ano	<i>Permi C</i>	Definitiva	Empregada de limpeza
I 2	F	Não respondeu	Doutoramento	Casado	3	4 anos	1 ano	<i>Permi B/L</i>	Definitiva	Assistente social
I 3	F	29	Licenciatura	Casado	3	8 anos		<i>Permi C</i>	Definitiva	Ajuda em cuidados
I 4	F	26	Licenciatura	Solteiro	4	4,5 anos	1 ano	<i>Permi B/L</i>	Definitiva	Assistente social
I 5	M	53	2º. CEB	Casado	3	29 anos	4 anos	<i>Permi C</i>	Definitiva	Cozinheira
I 6	F	51	2º. CEB	Casado	3	33 anos	3 anos	<i>Permi C</i>	Ambas	Serviço hoteleiro
I 7	M	54	2º. CEB	Casado	3	36 anos	2 anos	<i>Permi C</i>	Definitiva	Encarregado de obras
I 8	F	52	2º. CEB	Casado	4	22 anos	1 ano	<i>Permi C</i>	Definitiva	Governanta de um hotel
I 9	F	21	Ens. Secund.	Solteiro	3	3 meses	1 mês	<i>Nenhum</i>	Temporária	Empregada de balcão
I 10	F	30	Licenciatura	Solteiro	1	6 anos	6 meses	<i>Permi C</i>	Definitiva	Operadora de produção
I 11	F	37	2º. CEB /CFC	Casado	4	12 anos		<i>Permi C</i>	Definitiva	Restauração
I 12	F	53	Técnica	Divorciado	2	30 anos	2 anos	<i>Permi C</i>	Definitiva	Técnica de esterilização
I 13	F	48	Mestrado	Casado	2	1 ano	1 mês	<i>Permi B/L</i>	Definitiva	Aconselhamento financeiro
I 14	M	31	Ens. Secund.	Solteiro	3	13 anos	1 ano	<i>Permi B/L</i>	Ambas	Padeiro
I 15	M	58	Ens. Secund.	Casado	3	36 anos	8 anos	<i>Permi C</i>	Definitiva	Comercial de seguros
I 16	F	52	Ens. Secund.	Divorciado	1	7 meses	1 dia	<i>Nenhum</i>	Temporária	Baixa de seguro médico
I 17	M	48	2º. CEB	Divorciado	3	9 anos	2 anos	<i>Permi C</i>	Definitiva	<i>Garçon de office</i>
I 18	M	47	2º. CEB	Casado	5	4 anos	2 anos	<i>Permi B/L</i>	Definitiva	Carpinteiro
I 19	F	39	2º. CEB	Divorciado	4	5 anos	4 meses	<i>Permi B/L</i>	Definitiva	Empregada de limpezas
I 20	F	40	2º. CEB	Casado	4	5 anos	1 ano	<i>Permi B/L</i>	Definitiva	Ajudante de cozinha
I 21	M	41	1º. CEB	Casado	4	6 anos	1 ano	<i>Permi C</i>	Definitiva	Porteiro
I 22	M	61	1. CEB	Casado	2	12 anos	2 anos	<i>Permi C</i>	Definitiva	Reformado
I 23	F	66	1º. CEB	Casado	2	12 anos	2 anos	<i>Permi C</i>	Definitiva	Desempregada
I 24	M	19	Ens. Secund.	Solteiro	4	10 anos	1 semana	<i>Permi C</i>	Definitiva	Desempregado

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Os indicadores em questão são o sexo, a idade, as habitações académicas, o estado civil, os elementos que compõem o agregado familiar, a residência e a sua permanência, a sua situação profissional e o tempo que conhecem ou frequentam a supracitada associação.

No total dos inquiridos (n=24), destacamos que na sua maioria (n=15) são do sexo feminino e apenas (n=9) são do sexo masculino.

Estes dados são um pouco contraditórios em relação à população portuguesa emigrante nas últimas décadas, isto porque, o perfil do emigrante português era, na sua maioria, homem em idade ativa.

Atualmente, o perfil do emigrante português não é o mesmo pois existe um aumento da emigração do sexo feminino (Malheiros, 2011).

Esta realidade é devida à crise económica que Portugal atravessou e ao aumento do desemprego jovem que levou à crescente emigração a partir de 2010. Os homens representavam cerca de 45% *versus* 38% de mulheres (Fibbi et al., 2010).

Estes resultados são diferentes do nosso estudo, pois devem-se ao reagrupamento familiar praticado na última década, pelos emigrantes portugueses o que demonstra um aumento do número de mulheres de nacionalidade portuguesa, nos últimos anos na Suíça, daí a grande afluência de inquiridos do sexo feminino e também devido à procura da AACCP para a resolução de diversos problemas de integração que nas mulheres é mais difícil.

A idade varia entre os 19 e os 66 anos, numa média de 42, 78 anos o que reflete uma diversidade de inquiridos.

Relativamente ao estado civil (n=15) são casados, (n=5) são solteiros e (n=4) são divorciados, o que vai ao encontro de Fibbi et al., (2010), refere que os portugueses são na sua maioria casados, fomentando famílias tradicionais, o que demonstra em determinadas situações melhor integração do ponto vista social, tal como se verifica pelos dados apresentados, pois as famílias são, na sua maioria, tradicionais em que o número dos elementos do agregado familiar varia entre 1 a 5 elementos.

Quando analisadas as habilitações académicas, verificamos uma diversidade de graus académicos, em que dos (n=24) inquiridos, (n=1) possui doutoramento, (n=3) licenciatura, (n=1) mestrado, (n=1) curso técnico e os restantes (n= 18), possuem (n= 6) ensino secundário, (n=9) 2º ciclo do ensino básico e (n=3) 1.º ciclo do ensino básico (1.º

CEB), sendo visível nestes dados uma emigração tanto qualificada como não qualificada evocando uma realidade migratória heterogénea.

A emigração portuguesa qualificada é uma realidade, muito destes emigrantes vão, por opção, à procura de melhores condições de vida, mas essencialmente à procura de melhorar a sua carreira profissional ou concluir os seus estudos. Corroboramos a ideia de Góis, Marques e Pinho (2017) quando dizem que o aumento de licenciados portugueses emigrados se deve ao facto de a população portuguesa ser cada vez mais escolarizada e o mercado de trabalho não estar preparado para responder a este fenómeno.

A discrepância entre a emigração qualificada e não qualificada assenta em diversos fatores, nomeadamente os recursos que os emigrantes qualificados dispõem a nível laboral, educacional, económico e cultural são diferentes para os emigrantes não qualificados (Gomes, 2019).

É perceptível na nossa investigação que a emigração não qualificada é um indicador de difícil integração, contudo, depende também do número de anos que o emigrante se encontra no país e da sua capacidade de adaptação.

Os dados da residência e de autorização de residência são lineares, isto porque ao averiguarmos o número de anos e a autorização de residência, concluimos que a maioria dos emigrantes se encontram em situação regular e legal. Assim, dos (n=24) inquiridos (n=15) têm *Permi C*, (n=7) têm *Permi B/L* e (n=2), não têm qualquer tipo de residência. Pudemos constatar que a AACP apoia emigrantes em situação irregular, para que se evitem situações de deportação, de exclusão e de ilegalidade.

Perante os dados de residência, a situação profissional dos inquiridos é favorável pois (n=20) estão empregados, (n=2) estão desempregados, (n=1) está em situação de reforma e (n=1) encontra-se em situação de baixa médica. Os dados relativos ao tipo de emigração, demonstram que (n=20) inquiridos permanecem definitivamente na Suíça, já (n=2) permanecem temporariamente e os restantes (n=2) encontram-se em ambas as situações.

A emigração portuguesa para a Suíça regista, desde há muito tempo, segundo Marques (2016), uma afluência de entradas com o estatuto de residência permanente, devido a vários fatores, como os contratos de trabalho de longa duração, a mudança de residência temporária para definitiva e a possibilidade do reagrupamento familiar.

A AACCP nasceu em 2011, e desde então têm recebido pedidos sobre diversos casos para ajudar a comunidade portuguesa na Suíça. As respostas são muito variadas, pois existe um inquirido que no momento em que foi entregue o questionário era a primeira vez que estava na associação, porém as restantes respostas variam entre 1 semana e 8 anos.

Em seguida apresentamos e analisamos os dados referentes à parte II do inquérito por questionário (anexo1), em que pretendemos saber as causas que levaram os portugueses a emigrar e quais as maiores dificuldades para se sentirem incluídos numa nova realidade.

2. Processo migratório causas, dificuldades e in(ex)clusão social

Na parte II do inquérito - *O processo migratório, causas, dificuldades e in(ex)clusão social*, dispomos de questões com escolha múltipla, semiabertas em que cada inquirido escolheu a que lhe pareceu mais correta, porém, existem respostas com mais de que uma opção e com justificação da resposta. A análise desta parte é apresentada através das tabelas 2, 3 e 4.

Na tabela 2 verificamos os dados relativos aos motivos que levam os emigrantes a sair do seu país de origem.

Tabela 2

Motivos para emigrar

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
1.1. Condições económicas	13	54%
1.2. Mudança de emprego	8	33%
1.3. Reagrupamento familiar	8	33%
1.4. Catástrofes naturais/conflitos armados	0	0%
1.5. Conclusão de estudos	3	13%
1.6. Motivações políticas	0	0%
1.7. Outras/Quais?	6	25%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Perante as várias opções, a maior parte dos inquiridos escolheu a primeira, as *condições económicas* que obteve um total de 13 respostas, numa percentagem de 54%, a segunda e a terceira, respetivamente, mudança de emprego e reagrupamento familiar obtiveram o mesmo número de respostas 8, ou seja 33%. Quanto à opção *Outras*, foi

referida por (n=6) inquiridos, numa percentagem de 25% em que, I2 respondeu *Questões familiares*, I5 *Foi por amor*, I6 e I9 responderam *Experiência nova*, I13 *Oportunidade de trabalho* e I14 respondeu *Perspetivas de futuro*. As opções *motivações políticas e catástrofes naturais/conflitos armados* não obtiveram qualquer resposta.

Como é demonstrado na tabela 2, as condições económicas são apontadas como a razão mais significativa dos emigrantes portugueses. Este facto, segundo Góis e Marques (2018), deve-se às condições económicas que Portugal oferece à sua população, que encontra na Suíça melhores condições sobretudo a nível económico.

O reagrupamento familiar corresponde a 45% das entradas de muitos portugueses na Suíça e a procura constante de melhores condições de vida, levou a muitos emigrantes a escolherem este país como país de destino (Marques, 2010). O autor sublinha ainda que muitos portugueses ocuparam setores de atividade que outros grupos de migrantes rejeitavam, e os emigrantes portugueses foram ao longo dos tempos ocupar os trabalhos principalmente do setor secundário, onde os rendimentos são mais significativos do que no país de origem.

A opção de resposta *Conclusão de estudo* obteve 3 respostas, numa percentagem de 13%, devido aos inquiridos serem emigrantes qualificados, projetaram na Suíça uma oportunidade tanto a nível académico como laboral.

O “perfil académico e profissional de novos emigrantes, principalmente jovens licenciados constituem um traço distinto das antigas vagas de emigração” (Silva & Santos, 2014, p. 29). Tal, evidencia um novo panorama migratório ao qual os países de origem devem estar atentos, para se evitarem vagas significativas de emigrantes.

A tabela 3 mostra as dificuldades de integração na sociedade de acolhimento, com 5 opções de resposta e respetiva justificação.

Tabela 3

Dificuldades de integração na sociedade de acolhimento

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
2.1. Língua/Comunicação	17	71%
2.2. Cultura/Tradições	3	13%
2.3. Integração dos filhos na escola	2	8%
2.4. Conseguir emprego	9	38%
2.5. Integração no local de trabalho	3	13%
2.6. Outras/Quais	1	4%
2.7. Justifique a resposta	15	63%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Tentamos perceber quais as dificuldades imediatas que o emigrante sente ao chegar ao país de acolhimento, tendo sido assinalada pela maioria *Língua e Comunicação* com um número de total de 17 respostas o que equivale a 71% das respostas dadas, seguida de a opção *Conseguir emprego* com 38% das respostas. Apenas (n=15), ou seja 63%, dos inquiridos justificaram as respostas dadas.

Entre as respostas dadas pelos inquiridos quando salientamos a relação que alguns dos emigrantes tiveram com a Língua/Comunicação. Apesar de não falarem francês, I3 refere, *Quando cá cheguei ainda não falava a língua francesa, sendo que ao trabalhar num café era extremamente necessária para comunicar com os clientes* e I4 *Tive que fazer o reconhecimento do curso e compreender o sistema, pois comecei a trabalhar numa loja e fui compreendendo o francês.*

Contudo, outros não sentiram muitas dificuldades na adaptação, embora no início não tivesse sido fácil, como refere I5 e I6, enquanto o I7 menciona ter *Saudades da família, pois quando aqui cheguei era novo e tive de me adaptar às condições.*

Para os I9 e I10, unânimes na sua resposta, focam a *Falta do suporte familiar e ficar longe da minha família*, e o I11 diz, *Senti na pele o que era ser estrangeiro, mas fui ultrapassando.*

Mas, existe um único inquirido, I12, que contraria todas as respostas, quando afirma *Tive muita facilidade de integração, porque os meus patrões ajudaram-me muito.*

Outras dificuldades são mencionadas pelos inquiridos, tais como:

- I13 assegura que não conseguiu trabalho devido ao *Nível experiência profissional e possivelmente às habilitações elevadas;*

- I14 responde *A vida de um emigrante muda;*

- Para I16 a dificuldade mais sentida foi não conseguir emprego e responde *Devido à minha situação, não consegui autorização de residência;*

- I17 refere *Às vezes, somos prejudicados por não saber a língua;*

- Já I19 e I20 justificaram as suas opções com as dificuldades sentidas no local do trabalho *Dificuldades na língua, problemas no local e trabalho devido à burocracia.*

A aquisição da língua local por parte dos emigrantes no país de acolhimento é um fator importante para a integração na sociedade. Por este facto Fibbi et al., (2010) dizem que a comunidade portuguesa emigrante na Suíça é uma das comunidades com mais dificuldades de integração no que diz respeito à aquisição da língua local.

Em conformidade com os dados obtidos na tabela 3, (n=17), 71% dos inquiridos, referem que a dificuldade da língua local e da comunicação é um fator de exclusão social, e de dificuldade de integração social na sociedade de acolhimento.

Wanner (2004) relaciona a dificuldade de conseguir emprego com a dificuldade de domínio da língua local, a maior parte dos emigrantes residentes opta ou é inserido no mercado de trabalho em setores como a agricultura, construção, hotelaria e restauração e quando começam a dominar a língua é que conseguem mudar de emprego e ascender profissionalmente.

Relativamente ao conseguir emprego, a comunidade portuguesa é uma das comunidades que está mais integrada a nível laboral, contudo nos últimos tempos, devido a uma “nova vaga” de emigrantes e mão-de-obra mais barata, tornou-se mais difícil a muitos portugueses conseguirem emprego. Marques (2016) revela, que os desempregados da comunidade portuguesa, em comparação com os restantes grupos de emigrantes residentes na Suíça, tem vindo a aumentar, especialmente em setores como da indústria e construção.

Wanne, Neubauer e Moret (2002) referem que a taxa de desemprego em emigrantes residentes na Suíça é mais elevada em comparação com a população autóctone e o período de desemprego é mais longo e o conseguir emprego é também influenciado pela autorização de residência do emigrante e pela sua situação social. Estas são algumas variáveis que alguns empregadores têm em consideração para empregar um emigrante.

As justificações dos inquiridos evidenciam a necessidade do suporte familiar e das saudades da família no país de acolhimento. Reconhecem a importância de referências familiares no país de acolhimento, no sentido de ajudarem com o alojamento de residência, a informação de serviços e orientação, considerando um indicador de melhor integração. É ainda reconhecido que o apoio social e familiar é fundamental, para se conseguir desenvolver um papel social coeso e integrador na sociedade de acolhimento.

A última questão do grupo II (questão 3) leva-nos a refletir sobre o acolhimento dos portugueses na sociedade suíça.

A tabela 4 apresenta os resultados desta última questão, cuja finalidade é percebermos perante a nossa amostra, como é que os emigrantes portugueses recolhessem o acolhimento da sociedade suíça.

Tabela 4

Como a sociedade suíça recebe os emigrantes portugueses

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
3.1. Sim	21	88%
3.2. Não	3	13%
3.3. Justifique a resposta	17	71%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Os dados obtidos evidenciam que a maior parte dos inquiridos (n=21) entende que a sociedade suíça acolhe bem os emigrantes portugueses, pois 88% consideraram que os suíços são acolhedores e não sentiram qualquer tipo de discriminação ou racismo.

São apontadas como justificação, por alguns dos inquiridos, as seguintes:

- *Por uma parte sim, por outra, parte não. Alguns suíços recebem bem, outros são racistas e discriminatórios (I1);*

- *A sociedade suíça tem muito boa imagem dos trabalhadores portugueses (I2);*

- *Sempre fui bem recebida pela comunidade suíça com quem fui mantendo contacto ao longo do tempo (I3);*

- *Os suíços reconhecem o valor dos emigrantes portugueses (I4);*

- *São acolhedores, são um povo que sabe acolher emigrantes (I5 e I6);*

- *Como são necessários trabalhadores emigrantes, são acolhedores (I7).*

- *Os suíços precisam dos portugueses pois reconhecem o nosso trabalho, por isso, são acolhedores (I8, I9, I10);*

- *É uma população que está mais integrada a vários níveis (I12).*

As justificações de I14, I15, I17, I18, e I23 são coincidentes e referem que o acolhimento depende de muitos fatores como, *O cantão em que se reside; Os suíços precisam dos portugueses; São um pouco racistas, no cantão alemão é mais difícil; Nós é que temos de nos adaptar; O português rebaixa-se e fica calado, daí serem acolhedores.*

De referir que I13, I16 e o I22 optaram por selecionar a opção *não*, contudo, não justificaram o porquê da sociedade suíça não ser acolhedora.

Alguns dos aspetos essenciais de integração dos emigrantes são a abertura da religião, a assimilação da cultura de acolhimento, a transformação étnica e a integração cultural (Wanne et al., 2002).

Perante as respostas indicadas pelos inquiridos do nosso estudo, verificamos que a sociedade suíça acolhe bem os emigrantes, porém, é de ressaltar que as repostas apontam no sentido de os suíços também precisarem dos portugueses, o que é fator de aceitação por parte da sociedade de acolhimento.

Na sequência das questões formuladas no inquérito por questionário (anexo1) apresentamos a seguir os dados referentes à parte II – Educação e Formação.

3. Educação e Formação

A parte III - Educação e Formação foi estruturada no sentido de conseguirmos informação sobre a educação e formação dos inquiridos, quais as línguas que dominam, utilizam em cada ambiente que estão inseridos e se consideram importante aos luso-descendentes aprenderem o português como segunda língua.

Nas tabelas 5, 6, 7, 8, 9 e 10 apresentamos os dados obtidos nas questões relacionadas com a educação e formação, focando como se realizou o seu percurso escolar ou profissional na Suíça, se alguma vez sentiu algum tipo de discriminação na sua profissão, quais os idiomas que fala ou escreve e como os utiliza em cada ambiente que está inserido. A tabela 5 mostra o percurso escolar e a formação dos emigrantes portugueses na Suíça.

Tabela 5

Percurso escolar e formação realizada na Suíça

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
1.1. Sim	1	4%
1.2. Não	21	88%
Não responderam	2	8%
1.3.1. Académica	5	21%
1.3.2. Profissional	5	21%
Não responderam	14	58%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

É perceptível que mais de metade dos inquiridos não realizaram o seu percurso escolar no país de acolhimento, o que corrobora os dados analisados anteriormente, pois, em nosso entender, se assim fosse, as dificuldades de integração não se prendiam com a língua local.

Relativamente à formação de cada inquirido (n =14), 58%, não respondeu à questão o que indica que a maioria dos inquiridos já emigrou para a Suíça em idade adulta.

A amostra do nosso estudo é constituída, na sua maioria, por emigrantes em idade ativa que não frequentou o sistema escolar suíço. Contudo, os emigrantes portugueses de segunda geração são, da população estrangeira residente na Suíça, os que se apresentam com mais qualificações e que mais ocupa o setor terciário (Wanner & Steiner, 2018).

Mas a livre circulação de emigrantes europeus qualificados permitiu à Suíça preencher cargos no setor terciário, para o qual o sistema escolar suíço não conseguiu dar resposta (Meyer, 2018).

A tabela 6 apresenta a problemática da discriminação do inquirido, se sofreu ou sentiu algum tipo de discriminação na escola ou no exercício da sua profissão.

Tabela 6

Tipo de discriminação sentido na escola/profissão

Opções de resposta	Nº total de resposta	Percentagem (%)
2.1. Sim	3	13%
2.2. Não	21	88%
2.3. Justifique a resposta	10	42%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Nesta análise, verificamos que (n=21), 88% dos inquiridos indicam que não sofreram qualquer tipo de discriminação, tanto na escola como na profissão, o que corrobora o facto de a sociedade suíça ser acolhedora.

Entre os (n=10), 42% dos inquiridos que justificaram a sua resposta salientamos que as justificações, demonstram que a problemática da discriminação não é visível enquanto trabalhadores, contudo, existem alguns inquiridos que se dividem e relatam situações menos confortáveis, mas conseguem ultrapassar acontecimentos menos bons.

Assim, o I2 refere que *Os colegas, pelo contrário, incentivam, apoiam e ajudam nas dificuldades que passamos a encontrar*; o I3 diz *Não senti discriminação, o facto de no local de trabalho existirem diferentes nacionalidades é importante*; o I4 diz *Sim e não, os próprios portugueses são mais duros com os que acabam por chegar dizem frases do género, acaba de chegar e já quer ter um trabalho como doutora, quando cometemos um erro em francês, os colegas estrangeiros criticam de imediato, enquanto os colegas*

suíços preocupam-se em compreender as razões do erro. O I6 refere, Sempre fui capaz de me adaptar às condições; o I10 menciona Só falam, se for necessário, senti um pouco de diferença.

Já o I11 compara a diferença entre a escola e o trabalho dizendo, Na escola não, mas no trabalho senti um bocado que era estrangeiro pelo facto da língua, senti que quando queria atingir os meus objetivos não era bem vista.

I12 expressa a sua opinião, Sempre consegui ultrapassar os obstáculos, não considero que exista racismo, a única diferença é que o suíço é suíço e o português é estrangeiro. Na minha opinião isso não é racismo, devemos ter conta a adaptação à cultura.

Por último, I15, I16 e I17 consideram, respetivamente, Não senti discriminação no trabalho e após 1 ano de trabalho consegui obter o permi de residência permanente; Pelo contrário, fui bem recebido no meu local de trabalho; Senti na questão na língua, quando não sabemos falar somos emigrantes, faz parte.

Nestes depoimentos podemos constatar que, de alguma forma, existe uma desculpabilização em relação à discriminação pois, apesar de alguns emigrantes sentirem discriminação, consideram que é normal, na medida em que são estrangeiros e não estão no seu país, pelo que cada indivíduo deve conseguir adaptar-se à cultura do país de acolhimento.

Na tabela 7 são apresentados todos os idiomas de que o território helvético dispõe e pergunta-se quais dos idiomas o emigrante português consegue escrever e falar corretamente.

Tabela 7

Idiomas que consegue escrever e falar corretamente

Opção de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
3.1. Português	24	100%
3.2. Francês	16	67%
3.3. Alemão	0	0%
3.4. Italiano	1	1%
3.5. Romanche	0	0%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Verificamos que número total de inquiridos fala e escreve corretamente o português, pois é a sua língua materna, já (n=16) inquiridos, numa percentagem de 67%, falam o francês, existe (n=1) inquirido que fala e escreve corretamente italiano.

Os restantes idiomas não obtiveram qualquer seleção. É de indicar que (n=8) inquiridos, 33%, não falam nem escrevem o francês, sendo um problema do ponto de vista da integração.

As tabelas 8 e 9 estão relacionadas com a tabela 7, no sentido de constatar se existe ligação entre uma melhor compreensão e integração e a frequência de algum curso para a aprendizagem dos idiomas mencionados e se é importante para o emigrante aprender mais do que um idioma.

Tabela 8

Curso(s) para aprender idiomas

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
4.1. Sim	9	38%
4.2. Não	15	63%
4.3. Justifique a resposta	18	75%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Os resultados demonstram que (n=15) inquiridos, 63%, não frequentaram qualquer curso enquanto (n=9) inquiridos, ou seja 38%, dizem ter frequentado.

Apresentam como justificações de resposta entre aprender uma língua local, que por diversos motivos não conseguiram. Neste sentido, os inquiridos I1, I2, I3 e I4 viram a aprendizagem na língua local uma oportunidade no país de acolhimento. Os cursos de ensino de língua local são uma das ferramentas utilizadas em vários programas para a integração dos migrantes que chegam aos países de destino.

Assim, I1 refere que frequentou *Curso de francês A2, curso fornecido pelo centro de emprego*; o I2 *Curso de francês para o nível B2*; o I3 reforça que o *Curso de francês foi uma necessidade*; o I4 diz, *Sim, tirei um curso de relatórios sociais oficiais, em que tive de aprender o francês e o I12 diz Frequentei uma escola de línguas.*

Em contrapartida há opiniões que divergem das anteriores, pois o I5, I6, I7, I8, I9 dizem, respetivamente, *Não necessitei do curso de francês; Não tive escolha, tive mesmo*

de me desenrascar; Fui mesmo obrigada a aprender sozinha; Não quero frequentar e não tenho tempo.

Para I13 *Não foi necessário, porque nasci em França;* I14, I15 referem não ter sentido necessidade; I16 e I18 dizem, *Nunca tive oportunidade, por causa dos horários.*

As últimas respostas também são semelhantes pois os inquiridos invocam as associações como resposta à aprendizagem da língua local, o I17 diz *Sim frequento o curso de francês na AACP,* o I20 e I21 *Sim, frequentei numa associação/fundação em Lausanne.*

A análise das tabelas acima apresentadas, mostram a importância da aprendizagem da língua. O trabalho que é realizado na Suíça, para contornar esta problemática, nos jovens emigrantes recém-chegados, passa por estes serem integrados em turmas de aprendizagem da língua local oferecida por vários de cursos.

Liebig, Kohls e Krause (2012) demonstram que os filhos de emigrantes nascidos na Suíça têm mais oportunidades no mercado de trabalho, comparativamente com aqueles chegam e não frequentaram o sistema escolar. Esta realidade afeta muitos emigrantes e provoca problemas sociais que as sociedades de acolhimento tentam solucionar.

Na tabela 9 apresentamos a opinião dos inquiridos sobre a aprendizagem de um idioma estrangeiro, e os resultados não podiam ser mais idênticos, os (n=24) inquiridos concordam que o ser emigrante implica aprender mais do que idioma.

Tabela 9

A importância, como emigrante, em aprender mais do que um idioma

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
5.1. Sim	24	100%
5.2. Não	0	0%
5.3. Justifique a resposta	19	79%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

As justificações das respostas foram mais ou menos semelhantes. Assim, para o I1 *Convém saber, estamos bem aqui, mas é importante saber mais do que uma língua;* o I2 e o I3 descrevem a Suíça como um país diversificado em culturas, logo é necessário saber diversas línguas, pois *a Suíça é um país multilíngue e, assim sendo, quanto mais idiomas, mais possibilidades se abrem. É um país onde falamos 3 línguas e todos os dias nos*

deparamos com alguém que não fala francês. O I4 indica que *Dá-nos a possibilidade de partir e de nos instalarmos em outros cantões.*

I5, I7, I8, I9 e I10 referem que a língua é um meio de adaptação e de facilitar a inserção no mercado de trabalho, referindo, respetivamente, *Temos de nos adaptar; É sempre importante; Torna tudo mais fácil para a procura de trabalho, para as tarefas do dia-a-dia; Para nos adaptarmos bem no país e para obter mais conhecimento; Temos mais vantagens a nível profissional.*

I11, I12, I13, 14 e I15 indicam a aprendizagem de várias línguas, como um meio de comunicação e integração.

Se os dados apresentados nas tabelas anteriores demonstram como é importante a aprendizagem da língua local, como meio de integração, as tabelas 10, 11 e apresentam dados relativos à aprendizagem do português na Suíça.

A comunidade portuguesa, como referido ao longo deste estudo, é uma das mais antigas e mais integradas na Suíça, mas é importante que os emigrantes portugueses e luso-descendentes não esqueçam a sua língua materna. Ao longo dos tempos a rede do ensino português tem tido um papel importante através das associações recreativas e culturais.

A tabela 10 mostra como e onde os inquiridos concordam com o ensino do português no estrangeiro e se, na sua área de residência (cantão) existe alguma forma de o conseguirem.

Tabela 10

Como e onde aprender português

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
6.1. Sim	15	63%
6.1.1. Qual?	11	46%
6.2. Não	9	38%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Verificamos que para (n=15) inquiridos, 63% existe na área de residência, formas para aprender o português, o que indica claramente a forte presença de instituições a lecionar o ensino português na Suíça. Porém (n=9), 38% inquiridos responderam *Não*.

As indicações dadas por (n=11) dos inquiridos sobre onde é possível aprender português passam por considerarem que esta realidade se deve ao facto da rede de ensino

portuguesa, nos últimos tempos, ter desenvolvido estratégias para garantir a presença do ensino português em várias partes da Suíça, o que é incrementado tanto pelo governo como pelas associações, que têm um papel muito importante na conservação das tradições e costumes. As justificações indicam que o curso de português é ministrado em escolas particulares, fundações e associações.

Como nos informa Sousa (2017), a política da divulgação da cultura e aprendizagem da língua nas comunidades emigrantes é garantida pelo Instituto Camões que procura a preservação da língua e sobretudo incentivar a segunda geração na aprendizagem e formação para fomentar a cultura portuguesa na diáspora.

Na Suíça a rede do ensino português está implementada já algum tempo, tem uma oferta formativa variada, e garante juntamente com associações a continuidade e a possibilidade de o emigrante português continuar os seus estudos em Portugal.

Na tabela 11 são apresentados os resultados das respostas às questões 7 e 8 da parte III do inquérito por questionário, em que os inquiridos selecionam quais os idiomas que utilizam habitualmente tanto no seio familiar como social. Tanto o português como o francês são utilizados habitualmente, todavia o português é mais usual, sobretudo no contexto familiar, por razões abaixo expostas.

Perante estas justificações realçamos a importância do vínculo com o país de origem, e a importância de preservação da cultura.

Tabela 11

Língua mais falada no seio familiar/social

Ambiente familiar	Nº total de respostas	Percentagem (%)	Ambiente social	Nº total de respostas	Percentagem (%)
Opções de resposta			Opções de resposta		
Português	24	100%	Português	19	79%
Francês	10	42%	Francês	16	67%
Alemão	0	0	Alemão	0	0%
Italiano	0	0	Italiano	2	8%
Romanche	0	0	Romanche		
Justifique a resposta	15	63%			

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Constatamos, nos resultados desta tabela, que o número total de inquiridos utiliza o português como língua oficial, no seu contexto familiar, já (n=10) inquiridos, ou seja 42%, utilizam também o francês, e (n=15), numa percentagem de 63%, justificaram as suas opções.

No ambiente social a realidade é ligeiramente diferente, (n=19) inquiridos, equivalente a 79%, utilizam o português, (n=16), ou seja 67% utilizam o francês e (n=2) 8%, utilizam o italiano.

Esta realidade verificada no ambiente social tem a ver com o encontro diário com outras culturas, tornando-se inevitável por motivos profissionais. Porém muitos portugueses escolhem a língua materna para comunicar fora no contexto familiar, ora porque os amigos também são portugueses, ora porque frequentam associações portuguesas.

Silva (2016) refere a importância da língua materna como identificação de um indivíduo numa comunidade, partilhando os mesmos valores, tradições e crenças, permitindo construir um sentimento de pertença. Como tal, as razões apresentadas para utilizarem a língua portuguesa prendem-se com questões de natureza familiar, como querer que os filhos mantenham ligação com as suas raízes, assistir a programas da televisão portuguesa. No ambiente social dizem utilizar mais a língua francesa. Contudo, têm a convicção que, por vezes, misturam as duas línguas porque estão há já muito tempo na Suíça.

Estas respostas indicam que os emigrantes portugueses não esqueceram a sua língua materna, e é importante existirem mecanismos na diáspora, para os lusodescendentes, não perderam as raízes.

É visível a preocupação de manter a língua e cultura portuguesa como forma de preservar as origens dos emigrantes, pois “a política de língua e cultura, para além da orientação geral definida ao nível ministerial, é (...), desenvolvida para a aproximação dos emigrantes portugueses, como a política de cooperação para o desenvolvimento de uma ação cultural” (Sousa, 2017, p. 67).

Apresentamos, em seguida, os dizeres dos inquiridos sobre a parte IV do inquérito por questionário (anexo1), que trata do associativismo como fator de integração social.

4. Associativismo como fator de integração social

Neste ponto consideramos o apoio que é prestado aos emigrantes portugueses por parte das várias associações e a razão da procura da AACCP para a prestação de serviços e apoio social à comunidade portuguesa.

A primeira questão é uma questão aberta, tendo sido perguntado ao/às inquirido/as quais as várias associações mais importantes que conhecem para a integração na sociedade suíça. Foram mencionadas além da AACCP, os centros portugueses, lojas e comércios portugueses, associações desportivas, recreativas, escolas e o consulado em Genebra.

O/as inquirido/as que optaram por justificar a sua resposta foram 15, sendo que foram referidos aspetos que se prendem com orientação e apoio assistencial, associação folclórica, esta frequentada pelos portugueses de Vevey e até pelos suíços. A importância das associações tem como finalidade dar a conhecer as diferentes culturas.

De salientar que foi afirmado que todas as associações ajudam na integração e que quando surgem problemas, a AACCP faz uma grande diferença na vida de todos, sendo prestável na ajuda de resolução dos nossos problemas, sobretudo a quem e quando não se domina a língua. Acrescentam ainda que é bom ter uma associação como esta.

Isto não significa que não haja outras opiniões e 2 do/as inquirido/as, I10 e I20 apontam que embora as associações sejam importantes também leva a que os portugueses se isolem muito do resto da sociedade, tornando-se uma comunidade restrita, pelo que não consideram vantajoso existirem associações ou centros portugueses.

De uma forma geral podemos verificar pelas justificações que a maioria acha importante o papel das associações como meio de integração, contudo a divulgação da cultura não deverá ser feita somente para a comunidade portuguesa, mas para toda comunidade em geral, tanto para outras comunidades migrantes como para a sociedade de acolhimento. Sendo a Suíça um país de emigrantes é notório existirem associações fundadas pelas comunidades residentes, o associativismo é uma forma de reunir as pessoas, permitindo preservar a sua cultura em outros países.

A comunidade portuguesa é uma das comunidades em que o associativismo está presente, pois as associações têm um carácter de divulgação da cultura, de entreajuda e a comunidade cria uma “união” que permite a reivindicação dos seus direitos (Pereira, 2010).

Assim, ao longo dos tempos, as crescentes associações de apoio à comunidade migrante vão - se consolidando e progredindo, desenvolvendo ações entre a sua comunidade e a sociedade de acolhimento. As associações de emigrantes nos países de destino são como, “estruturas vitais de processos de socialização de reforço de laços culturais comuns, de afirmação identitária, de solidariedade e de práticas de entreatajuda, desempenhando um papel fundamental na vida dos migrantes face a situações de isolamento” (Horta, 2010, p. 11).

Nas tabelas 12, 13, 14 e 15 são apresentados os resultados sobre a intervenção e ajuda que os emigrantes procuram nas associações.

Na tabela 12 abordamos mais especificamente quais foram os serviços suíços a que recorreram os emigrantes portugueses.

Tabela 12

Pedidos de ajuda aos serviços suíços

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
2.1. Sim	12	50%
2.2. Não	12	50%
2.3. Quais	10	42%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário.

Nestes resultados podemos verificar que metade dos inquiridos já recorreu aos serviços sociais suíços e a outra metade não o fez, é de indicar que (n=10) inquiridos, 42%, descrevem quais os serviços a que recorreram, enquanto (n=2), 8% optaram por não justificar.

Assim sendo, os pedidos de ajuda aos serviços sociais são, na sua maioria ao nível do subsídio de desemprego, ajuda com o pagamento da segurança de saúde e apoio jurídico.

Tabela 13

Serviços a que os inquiridos recorreram na ACCP

Opções de resposta	Nº de inquiridos	Percentagem (%)
3.1. Responderam	13	54%
3.2. Não responderam	11	46%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Tendo sido perguntado, como se verifica na tabela 13, quais os serviços a que os inquiridos recorreram na AACP e para que fins, (n=13) inquiridos, numa percentagem de 54%, responderam que os serviços mais solicitados foram apoio assistencial, jurídico, psicológico, administrativo, traduções, organização de impostos, pagamentos de faturas, apoio escolar e apoio na elaboração de currículos, divulgação de festas e ajuda na procura de emprego.

A AACP dispõe de vários serviços à comunidade portuguesa e os portugueses, enquanto emigrantes, de uma forma geral, procuram esta associação para conseguir ajuda em diversas situações do seu quotidiano

Na tabela 14 são mostradas as respostas sobre como os inquiridos, consideram que a AACP contribui para a integração na comunidade suíça.

Tabela 14

Trabalho de integração realizado pela AACP

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
4.1. Sim	24	100%
4.2. Não	0	0%
4.3. Justifique a resposta	20	83%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Pela observação verificamos que o número total de inquiridos, concorda com o trabalho desenvolvido pela AACP para a integração da comunidade portuguesa, tendo apenas 20, numa percentagem de 83%, justificado as suas opções

As justificações de resposta são na sua maioria homogéneas, pois relatam que o trabalho desenvolvido pela AACP visa a integração, pois, a associação faz um bom trabalho, informando como funciona o sistema suíço. De uma forma abrangente mencionam a importância do associativismo também como meio de integração.

Para Fibbi et al., (2010) as associações de emigrantes portugueses na Suíça são, atualmente, confortadas com a presença de novas gerações, aquando da abertura das associações na sociedade de acolhimento, caracterizando-se por associações pluridimensionais.

A AACP desenvolve na comunidade portuguesa um trabalho social diferenciado das restantes associações, pois o seu trabalho é feito a nível cultural, desportivo e

religioso. Esta associação procura solucionar e ajudar a comunidade quando surgem dificuldades no seu quotidiano.

Concordamos que “É necessário que as associações incrementem e actuem na rede local, nacional e transnacional, com vista a articular as necessidades e os interesses dos emigrantes, num novo paradigma, que tem subjacentes os direitos plenos de cidadania e a interculturalidade” (Pereira, 2010, p. 239). Neste contexto, verifica-se o quanto é importante que as comunidades migrantes possam contar com as várias associações no país de destino, para que a integração social seja realizada da melhor forma possível, não permitindo a exclusão nem a discriminação das comunidades.

Quanto à integração social da comunidade podemos observar a tabela 15.

Tabela 15

Integração da comunidade portuguesa instalada na Suíça

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
5.1. Sim	20	83%
5.2. Não	3	13%
5.3. Justifique a resposta	22	92%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

A maioria dos inquiridos (n=20), numa percentagem de 83%, responde que a comunidade portuguesa está devidamente integrada, já (n=3), ou seja 13%, optaram pelo não, tendo (n=22), 92%, justificado a sua resposta.

Assim sendo, as justificações dadas são diversas:

- *Profissionalmente posso dizer que sim, mas socialmente menos pois ainda estão muito ligados aos grupos de portugueses (I2);*

- *As gerações mais recentes têm mais habilitações o que faz com que tenham postos de trabalho melhores e os mesmos facilitam a integração na cultura (I3);*

- *Uma parte sim, a que veio há mais tempo, outra parte não, os que emigram mais tarde não se sentem tão integrados (I11).*

Os inquiridos I4, I6 e I9, referem, respetivamente, *A integração depende de cada um; Nós, portugueses conseguimos adaptar bem; Ao longo do tempo fui-me adaptando; Depende de cada pessoa.*

I5, I12, I19 e I22 salientam, respetivamente, *Sim, somos uma comunidade trabalhadora; Estamos bem vistos a nível do trabalho; Somos bem vistos, como um povo unido, corajoso e trabalhador; A nossa comunidade por vezes ajuda.*

Os restantes inquiridos, I13, I14, I16, I22, tem a opinião de que existem portugueses que estão integrados, contudo existe também uma parte que não, respondem por isso, respetivamente, *Estamos integrados, contudo há portugueses que se isolam; Uma parte está integrada, outra não está, há portugueses muito orgulhosos; A maior parte está integrada, até há portugueses com nacionalidade suíça, Existe preconceito entre a comunidade, alguns portugueses têm atitudes de posse sobre os outros.*

No que concerne, à opção de resposta *não*, podemos verificar que (n=3) inquiridos, ou seja 13%, selecionaram esta opção, contudo (n=1) inquirido não justificou a sua resposta, já 2 inquiridos, 8%, indicaram as suas justificações.

- *Porque o português tem a tendência de ficar só com outros portugueses e formar grupos, não são abertos com as outras comunidades (I10);*

- *Estou aqui há 5 anos e não estou integrado (I20).*

A comunidade portuguesa instalada na Suíça como já mencionado é uma das comunidades mais integradas, em que as associações desempenham um papel importante na divulgação da nossa cultura, tanto para a população autóctone como para a comunidade portuguesa.

Perante esta análise podemos verificar as várias opiniões sobre a integração dos emigrantes. Como é descrito em algumas respostas a integração é influenciada por alguns indicadores, e Wanner (2004) diz-nos que os emigrantes com mais habilitações académicas são mais aceites socialmente e por consequência estão mais integrados.

Outro indicador apontado pelos inquiridos é o tempo que estão na Suíça, que tanto pode ser um indicador de integração, como pode não ser. Para o mesmo autor, ser emigrante residente, de longa duração ou nascer na Suíça mas ser filho de emigrantes, pode ser fator de melhor integração social, porém pode ser um indicador de diferenciação no mercado de trabalho. Assinala ainda que a integração social de emigrantes na Suíça é diferenciada, no que diz respeito à sua origem, ao seu percurso migratório e aos seus antecedentes quando chegam ao país.

A integração social dos emigrantes está também relacionada com fatores de resiliência, resistência e de adaptação de cada indivíduo.

Fibbi et al., (2010), são de opinião que a imagem que a população suíça tem da comunidade portuguesa é bastante positiva, pois os portugueses são bons trabalhadores, são uma comunidade discreta, vivem mediante as regras e não criam problemas de grande ordem.

A tabela apresentada na questão 6 da parte IV do inquérito por questionário (anexo 1) evidencia uma escala de atitude face à integração dos emigrantes portugueses na sociedade suíça. Apresenta cinco níveis da escala de Likert, *discordo totalmente, discordo, nem concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente*. O objetivo é avaliar a atitude dos inquiridos face à sua integração social e cultural na Suíça.

Tentamos compreender com esta escala, quais os mecanismos ou ferramentas para se conseguir uma integração completa e coesa nos países de acolhimento. Assim, mediante as questões elaboradas os resultados são apresentados na tabela 16.

Tabela 16*Escala de atitude face à integração dos emigrantes portugueses na Suíça*

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
6.1. A divulgação da cultura portuguesa na sociedade Suíça é um meio de integração.	(n=0) 0%	(n=1) 4%	(n=3) 13%	(n=18) 75%	(n=2) 8%
6.2. A comunidade portuguesa é uma das comunidades mais integradas na Suíça.	(n=0) 0%	(n=1) 4%	(n=6) 25%	(n=15) 63%	(n=2) 8%
6.3. Ter familiares já instalados na Suíça é um indicador de melhor integração.	(n=0) 0%	(n=5) 21%	(n=2) 8%	(n=7) 29%	(n=10) 42%
6.4. O casamento entre portugueses e suíços é um fator de melhor integração.	(n=0) 0%	(n=4) 17%	(n=6) 25%	(n=11) 46%	(n=1) 4%
6.5. As associações de portugueses na Suíça são um apoio à integração de emigrantes.	(n=0) 0%	(n=1) 4%	(n=0) 0%	(n=17) 71%	(n=6) 25%
6.6. Costumes e tradições desenvolvidas pela comunidade portuguesa ajudam na integração na sociedade Suíça.	(n=1) 4%	(n=0) 0%	(n=6) 25%	(n=17) 71%	(n=0) 0%
6.7. Os emigrantes portugueses contribuem para o desenvolvimento do país de acolhimento.	(n=0) 0%	(n=0) 0%	(n=2) 8%	(n=6) 25%	(n=16) 67%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Às respostas dadas à afirmação 6.1. *A divulgação da cultura portuguesa na sociedade suíça é um meio de integração*, a maioria dos inquiridos respondeu que concordam (n=18), numa percentagem de 75%, admitindo que a divulgação da nossa cultura pode ser uma ferramenta de integração, já (n=3), 13%, nem concordam, nem discordam, (n=1) inquirido, 4%, acha que a divulgação não é uma ferramenta de integração.

Na afirmação 6.2. *A comunidade portuguesa é uma das comunidades mais integradas na sociedade de acolhimento*, os resultados demonstram que (n=15), 63% dos inquiridos concordam que, a par de outras comunidades, a portuguesa considera-se integrada, (n=6), 25% dos inquiridos, nem concordam, nem discordam, enquanto apenas (n=1), 4% indica que a nossa comunidade não está integrada.

Na afirmação 6.3. *Ter familiares já instalados na Suíça é um indicador de melhor integração*, (n=10), 42% dos inquiridos concordam totalmente e (n=7), 29% concordam com esta afirmação, pois os vínculos familiares podem ser considerados um apoio no país de acolhimento. Já (n=5), 21% discorda desta afirmação, enquanto (n=2), 8% dos inquiridos nem concorda, nem discorda.

Na afirmação seguinte referente a 6.4. *O casamento entre portugueses e suíços é um fator de melhor integração*, verificamos que (n=2) inquiridos não responderam, enquanto (n=11), 46%, consideram que a realização do matrimónio entre portugueses e suíços é um indicador de integração na sociedade suíça, o que leva à criação e reforço de laços entre as duas comunidades, embora (n=4), 17% dos inquiridos, considera que o casamento não influencia a integração. Contudo, (n=6), 25%, não têm opinião.

Na afirmação 6.5. *As associações de portugueses na Suíça são um apoio à integração de emigrantes*, os dados indicam que (n=17), 71% dos emigrantes, entendem que o associativismo é um meio de integração social e cultural na sociedade de acolhimento, (n=6), 25% concorda totalmente, 4%, ou seja, (n=1) inquirido discorda, pois este revela que algumas associações podem ser prejudiciais à integração, pois colocam os portugueses como um grupo isolado da sociedade de acolhimento.

Na afirmação 6.6. *Costumes e tradições desenvolvidas pela comunidade portuguesa*, (n=17), 71% dos inquiridos concordam com esta afirmação, pois entendem que enquanto comunidade emigrante é positivo desenvolver iniciativas que estejam ligadas à divulgação dos nossos costumes e tradições, o que poderá ser um fator de integração, já (n=6), 25% nem

concordam, nem discordam, enquanto (n=1) inquirido, 4%, discorda da divulgação da cultura, costumes e tradições.

Na última afirmação, 6.7. *Indica o contributo dos emigrantes portugueses no desenvolvimento da Suíça*, a maioria, (n=16), 67%, concorda totalmente e validam que enquanto população migrante contribui para o desenvolvimento do país de destino a vários níveis, (n=6), 25% dos inquiridos concordam, já (n=2), 8% não têm opinião, pois entendem que enquanto emigrantes podem ou não contribuir para o desenvolvimento.

Os emigrantes são uma fonte de rendimento e desenvolvimento do país de destino, a divulgação da cultura de origem é considerada um indicador de integração, o associativismo também é um fator de integração e ter referências no país de acolhimento poderá ou não ser um fator de integração, dependendo das situações de cada emigrante embora Fibbi et al. (2010) refiram que os laços familiares e sociais contribuem para essa integração.

Costa (2016) refere que para uma integração eficaz e coesa de emigrantes é necessária uma intervenção múltipla, isto é, a ligação da comunidade migrante e do estado da sociedade de acolhimento. Não podemos olhar os emigrantes só como uma fonte de rendimento e como grupos que se inserem em trabalhos em setores menos apelativos.

As respostas do nosso estudo remetem para a importância da divulgação da cultura como uma ferramenta essencial para a integração da sociedade de acolhimento. As associações são um meio para essa divulgação, a aceitação e a permissão da sociedade de acolhimento é um passo para melhorar a integração das comunidades migrantes.

A seguir apresentamos os dados obtidos no referente ao regresso dos emigrantes, questão incluída na parte IV do inquérito por questionário (anexo1).

5. Regresso dos emigrantes

No que diz respeito ao regresso dos emigrantes apresentamos os dados das respostas expressos na tabela 17.

Tabela 17

Regresso a Portugal

Opções de resposta	Nº total de respostas	Percentagem (%)
7.1. Sim	17	71%
7.2. Não	7	29%
7.3. Justifique a resposta	23	96%

Fonte: dados obtidos através de inquérito por questionário

Colocada a questão aos emigrantes se pretendem ou não regressar a Portugal e qual o motivo que os leva a tomar uma decisão, verificamos que mais de metade, (n=17), 76%, dos inquiridos selecionaram o *sim*, já (n=7), 29%, optaram por dizer não quererem regressar a Portugal e (n=23), 96% dos inquiridos justificaram as suas opções.

A maior parte das justificações indicam que pretendem regressar a Portugal somente na reforma, outros referem que regressam a Portugal só quando tiveram numa situação mais equilibrada, pois consideram ainda Portugal como um país instável quando comparado com a Suíça. Contudo, Góis, Marques e Pinho (2017) referem que esta intenção é motivada pelo fator económico que o emigrante reformado possui.

Relativamente às justificações da opção *Não*, os emigrantes manifestam desagrado relativamente à instabilidade do país de origem, referindo que não pensam regressar:

- *Devido ao facto da deficiência do meu filho e do acompanhamento que tem aqui ao nível da saúde (I2);*

- *Tenho cá a minha família (I8);*

- *Tenho outros planos na vida (I9);*

- *Portugal não é sustentável nem tem oportunidades, a Suíça tem melhores oportunidades (I10).*

- *Gosto da vila de Vevey, sinto-me em casa, as condições são ótimas a vários níveis, na escola, mesmo no conforto das casas é melhor (I19).*

A intenção destes inquiridos é de não regressar a Portugal e apresentam alguns motivos como as escassas oportunidades e questões familiares. “Os emigrantes regressados não são um grupo homogéneo, há fatores estruturais que influenciam as intenções e decisões de regresso” (Góis, et al., 2017, p. 68).

O regresso dos emigrantes pode ser considerada uma forma de empreendedorismo, pois muitos optam por voltar e encontram na criação do seu próprio negócio e no conhecimento adquirido uma oportunidade no país de origem.

De imediato vamos proceder à análise de conteúdo da entrevista com guião, realizada pela autora do estudo ao presidente da AACCP, que teve como objetivo conseguir mais informação sobre a integração social e cultural dos emigrantes portugueses na Suíça.

6. Análise de conteúdo da entrevista com guião

Neste ponto é apresentada a análise de conteúdo da entrevista com guião (anexo 3). Esta entrevista foi realizada nas instalações na AACP, ao presidente da Associação.

A entrevista como já mencionado no ponto 3.2.2, capítulo II, é constituída por duas categorias (A e B), em que cada categoria é constituída por subcategorias. O objetivo geral desta entrevista foi conhecer as práticas integrativas a nível social, assistencial e cultural da AACP, na Suíça.

A análise de conteúdo de uma entrevista estruturada define-se como “Uma técnica que possibilita, o exame metódico, sistemático, objetivo, e em determinadas ocasiões, quantitativo do conteúdo de certos textos, com vista a classificar e a interpretar os seus elementos constitutivos” (Amado, 2017, p. 304).

Elaboradas as questões que enquadram a entrevista com guião, com um conhecimento prévio resultante do enquadramento teórico, e depois de feita a codificação referida no ponto 3.2.2. do capítulo II, procedemos a uma interpretação das falas do entrevistado, com a finalidade de encontrar e complementar mais informação sobre a integração social dos emigrantes portugueses na Suíça.

6.1. Análise da categoria A. Constituição da AACP

6.1.1. Análise da subcategoria A1. Razões pela qual surgiu a AACP

Nesta subcategoria estão enquadradas duas questões que, descrevem quais as razões/motivos que levaram à criação da AACP e quais foram os principais apoios a nível estatal, recursos financeiros e humanos que teve a AACP no início.

O objetivo destas questões é tentar perceber como surgiu e quais as razões que levaram à constituição da associação, tendo o presidente da associação referido:

- Quando cheguei à Suíça deparei-me com graves problemas a nível social na comunidade portuguesa (...)., A associação, não teve apoios estatais, aliás atualmente também não dispõem de grandes apoios, os únicos apoios que vão chegando são de instituições suíças ligadas ao meio social, (...) temos apoio só a nível de logística.

Nestas duas primeiras questões o entrevistado, recorda como é difícil ser emigrante e deparar-se com dificuldades do país de destino, foi por esta razão que o levou a constituir esta associação. Atualmente a associação, vai conseguindo apoios e ajudas de outras instituições e com os donativos dos sócios.

6.1.2. Análise à subcategoria A2. Dificuldades sentidas na criação da AACP

Esta subcategoria está relacionada com as dificuldades sentidas na criação da associação e *como foi feita a divulgação da AACP* na comunidade portuguesa, qual foi o processo de divulgação e a que órgãos, enquanto presidente, recorreu para fazer essa divulgação.

Relativamente às dificuldades sentidas, o entrevistado respondeu ter havido *Algumas dificuldades com o espaço, pois só recentemente conseguimos um novo espaço para abrir à comunidade portuguesa. Todo o lado legal foi fácil, só em termos de estrutura tivemos algumas dificuldades. Inicialmente reuníamos em casa ou então em instituições oferecidas pela cidade.*

Quanto à questão sobre a divulgação à comunidade portuguesa refere (...) *Foi difícil por parte de algumas instituições portuguesas, mas com o tempo, com as novas tecnologias, com a ajuda do consulado e com a embaixada portuguesa, conseguimos chegar à comunidade.*

Quanto ao processo de divulgação e aos órgãos ou estruturas a que recorreu foi foram referidas *A internet, o nosso site, as redes sociais, pedimos ao consulado que colocasse flyers de divulgação disponibilizados pelo consulado à comunidade que vai a esses serviços.*

Foi difícil ao longo dos tempos a AACP conseguir desenvolver o seu trabalho, mas atualmente já se encontra num novo espaço, e o consulado português em Genebra, juntamente com a AACP, apoiam os emigrantes.

6.1.3. Análise à subcategoria A3. A integração dos emigrantes portugueses

As questões desta subcategoria têm a finalidade de compreender como é a integração dos emigrantes portugueses na Suíça e, para tal, as questões colocadas vão desde os problemas sentidos na integração aos mecanismos de integração que a Suíça disponibiliza aos emigrantes, como a comunidade portuguesa consegue adaptar-se à sociedade de acolhimento, o exercício de cargos políticos, sociais e culturais e sua importância face à integração, o percurso escolar dos filhos, inseridos ou não no sistema de ensino em vigor nas escolas suíças ou em escolas para luso – descendentes e, finalmente, se os emigrantes são ou não uma mais – valia para o país de acolhimento.

Perante estas questões o entrevistado considera que os maiores problemas de integração prendem-se e refere que *Com o problema da língua, a nível social a comunidade portuguesa não sabe quais os serviços a que deve recorrer e tem vergonha de pedir ajuda, o que faz com os problemas se acumulem.* Daqui intuímos que a aquisição da língua local é fator determinante de integração social, além de fomentar a identidade cultural.

Corroboramos da ideia que “A língua é um dos traços culturais adquiridos em virtude de um indivíduo integrar um dado grupo social ou comunidade linguística (...), a relação entre a cultura e a língua em face da construção de uma identidade cultural” (Santana, 2012, p. 49).

Sobre os mecanismo e infraestruturas que a Suíça dispõe para ajudar as comunidades emigrantes residentes, foi dito que *Os serviços são eficazes, mas não são suficientes, ao longo dos tempos a Suíça tem criado mais e mais serviços para dar resposta ao grande fluxo de emigrantes/estrangeiros que precisam de apoio.*

Vários projetos são realizados para o acolhimento de emigrantes, pois há zonas na Suíça onde estes planos, a nível local, são mais evidentes e reforçados, como na região francesa que é uma das zonas com mais fluxo de emigrantes.

No que respeita à adaptação e integração na sociedade de acolhimento, o entrevistado respondeu que *Uma grande parte sim, outra parte não, existe uma parte da comunidade portuguesa que continua a fechar-se, não se integra devidamente. A maior parte das festas são feitas entre os portugueses, não há divulgação, nem convite, às outras comunidades, nem junto dos suíços. Mas esta ideia do passado vai sendo modificada com esta nova vaga de emigração.*

É perceptível que a integração da comunidade portuguesa na Suíça é influenciada pela pré-disposição que alguns grupos de emigrantes dispõem para se integrar na sociedade de acolhimento.

A comunidade portuguesa na Suíça distancia-se do resto das outras comunidades e da sociedade de acolhimento, pela razão de que existe bastante oferta de produtos, organizações e instituições que encaram a comunidade portuguesa como um nicho de negócio e daí a comunidade não sente necessidade de se inserir na sociedade de acolhimento (Marques & Góis, 2008).

Os emigrantes portugueses exercem alguns cargos políticos, sociais e culturais pois, *A Suíça acolhe bem e a prova disso é que no cantão de Vaud é dada a oportunidade dos emigrantes exercerem cargos políticos, votar e serem eleitos, este é um exemplo de integração e acolhimento, é uma iniciativa em que o emigrante pode evoluir.*

Esta é uma das formas que a Suíça encontrou para conseguir que os emigrantes se envolvessem no ambiente político, contudo, Marques e Góis (2008) salientam que a comunidade portuguesa se envolve pouco na esfera política em comparação com outras comunidades.

Relativamente ao sistema de ensino a lusodescendentes e qual o seu percurso escolar, na opinião do entrevistado, o sistema escolar suíço para emigrantes e a integração no ensino de jovens emigrantes, *Tem vindo a modificar-se ao longo dos tempos, pois, inicialmente os filhos dos emigrantes quando chegavam iam imediatamente para classes exclusivas de emigrantes, em que o nível de escolaridade era considerado baixo, contudo, foi reconhecido que os filhos de emigrantes portugueses são melhores do que alguns alunos suíços. Este fenómeno fez com que o sistema escolar suíço procedesse a algumas alterações no sentido de não promover a discriminação.*

A segregação dos alunos recém-chegados nas classes de ensino do grau I, a longo prazo, tem consequências no que diz respeito às competências e capacidades a nível escolar e social, o que é referido por Meyer (2018).

A mais – valia dos emigrantes no país de acolhimento consiste em *Os portugueses fazerem, no fundo, o trabalho que o povo suíço não faz e, portanto, ao longo dos tempos têm sido acarinhados sendo do ponto de vista laboral muito considerados.*

A seguir é apresentada a análise da subcategoria B. que constituem os apoios da AACCP a vários níveis, bem como, as parceiras que a associação tem.

6.2. Análise da categoria B. Apoios da AACCP

6.2.1. Análise da subcategoria B1. Apoio assistencial e social aos emigrantes

Nesta subcategoria abordamos quais os apoios a nível assistencial e social que a AACCP proporciona à comunidade portuguesa, ao que o entrevistado respondeu:

- Desde há dois ou três anos temos um número alargado de profissionais de áreas que até aqui não tínhamos, e atualmente dispomos de um leque de serviços, prestados por psicólogos, juristas, advogados e tradutores. Estes serviços foram necessários devido à grande afluência de pedidos de ajuda. Dispomos também de protocolos com instituições suíças a nível social, para que o emigrante português com necessidades educativas especiais (NEE) possa ser acolhido e ajudado a sair de situações embaraçosas.

Acrescenta ainda - *O cidadão português quando vem à nossa associação encontra profissionais que trabalham connosco, nas mais diversas áreas e procuramos que todos os que trabalham connosco falem português, expeto um colaborador que só fala francês.*

Na relação da comunidade com a AACCP refere que *Há muitos portugueses que têm dificuldades em chegar à associação, pois virem ter connosco pedir ajudar é para muitos,*

visto como uma humilhação e vergonha, porque de alguma forma falharam ou tiveram percalços na vida, vêm com medo, depois apercebem-se que não é preciso ter medo e aceitam a ajuda.

6.2.2. Análise da subcategoria B2. Divulgação da cultura portuguesa

Nesta subcategoria as questões são direcionadas para a importância da divulgação da cultura portuguesa, nomeadamente de que forma a AACCP promove e divulga a cultura portuguesa, ao que foi respondido que *A AACCP tem desde 2017 protocolos de cooperação com diversas instituições, o mais antigo foi realizado em 2012 com o Instituto Camões para o ensino da língua e cultura portuguesa, mais tarde foi realizado o protocolo com Instituto Politécnico de Bragança, a nível do ensino universitário/superior e recentemente fizemos um protocolo com o externato Séneca, que permite ao cidadão português de nacionalidade portuguesa, jovens e adultos, poderem fazer o ensino desde o 7.º ao 12.º ano de escolaridade.*

Pela resposta verificamos que a AACCP utiliza várias estratégias no sentido não só de preservar a língua como, ao mesmo tempo, divulgar a cultura portuguesa, fazendo chegar aos emigrantes portugueses uma diversidade de serviços.

A importância da língua e do ensino português na diáspora foi abordada tendo em conta a aprendizagem da língua e a rede de escolas no estrangeiro para emigrantes portugueses tendo o entrevistado manifestado que *A Suíça vê a língua portuguesa como uma língua de negócios, até porque existem empresas multinacionais que contratam professores portugueses para dar aulas de português aos funcionários, isto mostra que a nossa língua é valorizada bem como a nossa cultura.*

Será a cultura portuguesa uma forma de integração? A narrativa do entrevistado refere que *As instituições suíças dão valor à nossa língua, isto é uma forma de aproximação à nossa cultura, existem cada vez mais suíços a querer saber mais sobre Portugal e, em termos culturais, somos um país rico e isso contribui para a aproximação das duas culturas. Somos o terceiro país com mais emigrantes representados aqui na Suíça, somos um povo rico em cultura é muito importante os dois países manterem ligações.*

Mas é importante saber em que medida a comunidade promove e fomenta a divulgação da cultura, tendo – nos sido dito que *Atualmente existem iniciativas no âmbito literário, com isto os suíços têm-se aproximado da nossa cultura, temos também o privilégio de os vários embaixadores promoverem as ligações entre as duas culturas. Um exemplo da relação do povo suíço com nossa cultura é quando a cantora Marisa vem atuar à Suíça. Verifica-se uma*

grande afluência de suíços a assistir, querem saber o que é o fado, saber em que consiste e saber o significado da palavra saudade, existe uma enorme curiosidade em conhecer a cultura portuguesa.

A diversidade cultural existente na Suíça é um elemento fundamental para a agregação das diversas culturas e tal está expresso no que menciona o entrevistado.

- A cultura portuguesa é aceite na Suíça, ao longo dos tempos foi-se afirmando como uma cultura ímpar na sociedade de acolhimento, o povo suíço demonstra interesse por saber mais sobre os portugueses, pois também somos uma comunidade que acrescenta, multiculturalismo, desenvolvimento e dinamismo.

A seguir, na subcategoria B3, procuramos saber as parceiras e os protocolos que a AACCP vai estabelecendo para desenvolver e crescer o seu trabalho.

6.2.3. Análise da subcategoria B3. Parcerias e protocolos da AACCP com outras entidades

Nesta subcategoria procuramos saber quais as parcerias e protocolos que a AACCP tem estabelecido ao longo dos tempos, se considera importante existirem parcerias entre Portugal e a Suíça que visem uma melhoria na integração da comunidade.

Para além dos protocolos já anteriormente mencionados, foi-nos dito: *Assinamos recentemente um protocolo com uma editora de livros escolares para permitir aos alunos ter manuais escolares adaptados ao ensino que estão a frequentar, e com uma instituição/fundação suíça a nível social que dá apoio à população que sofre com as drogas e com o álcool, para que se tivermos emigrantes portugueses com estes problemas conseguirmos dar resposta. Temos protocolos com empresas de trabalho temporário para aos portugueses que chegam ou que ficam desempregados e continuamos à procura de estabelecer mais e mais para conseguirmos responder a todos os problemas que possam surgir. Pretendemos também realizar parcerias com instituições com espaços de abrigo, para além da Cáritas com quem já trabalhamos, queremos conseguir estabelecer mais parcerias.*

A existência de protocolos entre os dois países contribui para a integração, o que na visão do entrevistado, *É uma mais - valia, em especial para os emigrantes qualificados, a nível tecnológico.*

Nesta análise constatamos a importância que a AACCP, procura para dar resposta às diversas problemáticas que possam surgir na comunidade emigrante, sendo relevante a importância das parcerias entre os dois países como uma forma de integração.

Por último, analisamos a última subcategoria, que diz respeito ao apoio e regresso os portugueses.

6.2.4. Análise à subcategoria B4. Apoio ao regresso dos portugueses

Esta questão tem como finalidade entender se os emigrantes que procuram a AACCP, para obter informações sobre o seu regresso, se deve a dificuldades de integração social ou se é uma opção.

A resposta encerra dois aspetos, pois, nos últimos dois anos têm regressado a Portugal uma percentagem significativa, devido à declaração bancária e troca automática entre os dois países, mas tirando esses casos, há a necessidade de regressar, o valor da reforma na Suíça não chega para viver aqui.

O entrevistado fala sobre as medidas de apoio à reintegração em Portugal, dizendo que, *Neste momento temos casos de portugueses que são expulsos da Suíça devido a problemas de saúde, e que já não contribuem para a riqueza do país, tronam-se num peso. Em Portugal não há meios para estas situações, pois quando chega este emigrante não se sente integrado, referindo que se sente estrangeiro.*

Os mecanismos de apoio aos emigrantes que se encontram em situações menos favoráveis são também abordados, pois o entrevistado manifesta - se dizendo, *Segundo a informação que me foi transmitida, Portugal tem os mínimos necessários para dar apoio, mas a Suíça considera que Portugal tem meios para ajudar os emigrantes mais desfavorecidos.*

Mas o próprio coloca a questão e dá a resposta. *Será que esses mínimos são suficientes? Na minha opinião Portugal devia olhar mais para estas situações.*

Os projetos que a AACCP tem em vista para o futuro, diz o entrevistado, *Prendem-se com a questão de ter um espaço onde os portugueses possam ficar, no sentido de abrigo, para ajudar os portugueses com mais problemas sociais e conseguir ajudar com as necessidades imediatas.*

O trabalho desenvolvido pela AACCP, *É positivo, é um projeto que precisa de mais luta, pois a necessidade cresce, a prova disso são os casos que temos em mãos, é importante continuar a trabalhar.*

Após a apresentação e análise dos dados torna-se de vital importância proceder à sua discussão, o que faremos em seguida.

4. Discussão dos resultados

Apresenta-se a discussão dos resultados obtidos do nosso estudo, relacionando a questão-chave e os objetivos propostos, apresentados no ponto 1 do capítulo II.

Partindo da questão-chave - *Será que os portugueses a residir na Suíça (Cantão de Vaud), se sentem integrados cultural e socialmente?*, constatamos, pela análise dos resultados gerais obtidos que, na sua maioria, a integração social e cultural é uma realidade, apesar de ser uma comunidade identificada como “(...) o segundo maior receptor de fluxos de portugueses” (Malheiros, 2011, p. 138).

Foi possível conhecer e identificar o perfil dos emigrantes portugueses residentes no Cantão de *Vaud*, identificar quais os fatores que levaram os portugueses a emigrarem para a Suíça, compreender as dificuldades dos emigrantes portugueses para se sentirem integrados na sociedade de acolhimento e analisar como o apoio assistencial e associativo dado aos emigrantes portugueses facilitam a sua integração.

Esta análise permitiu dar resposta ao objetivo *conhecer o perfil dos emigrantes portugueses residentes no Cantão de Vaud*. São emigrantes em idade ativa, maioria são do sexo feminino e têm habilitações académicas variadas. Estes dados contrariam Fibbi et al. (2010), na medida em que consideram que os homens emigrantes representam uma percentagem mais elevada relativamente às mulheres. Esta realidade foi alterada com as novas leis sobre a emigração introduzidas há relativamente pouco tempo pela Suíça permitindo o reagrupamento familiar e também devido às novas vagas de emigração.

Segundo Marques (2016), o reagrupamento familiar tem sido uma das principais formas de entrada de mulheres na Suíça. Wanner e Steiner (2018) demonstram que nos últimos anos tem havido um equilíbrio entre homens e mulheres de nacionalidade portuguesa e que a emigração feminina altamente qualificada contribuiu para esta estatística, o que justifica a presença de mais mulheres portuguesas instaladas na Suíça.

As condições económicas são apontadas como um dos principais motivos de emigração, o que nos permitiu *identificar quais os fatores que levaram os portugueses a emigrarem para a Suíça*. Como sabemos, a Suíça é um polo atrativo para quem quer melhorar as suas condições de vida. No entanto, Portugal ainda não possibilita nem assegura as condições que

outros países dispõem, pelo que a emigração é uma solução encontrada para muitos que buscam melhorar as suas condições.

Os resultados obtidos através dos dois instrumentos de recolha de dados, inquérito por questionário e entrevista, são semelhantes no que respeita à consecução do objetivo, *compreender as dificuldades dos emigrantes portugueses para se sentirem integrados na sociedade de acolhimento*, pois apontam a língua e a comunicação como sendo uma das maiores dificuldades sentidas pelos emigrantes portugueses para a integração na sociedade de acolhimento. Marques e Góis (2008) entendem que a não aprendizagem da língua local, desenvolve uma forte probabilidade de desintegração social na sociedade de acolhimento. Contudo, os dados obtidos indicam que os suíços acolhem bem os portugueses.

Os fatores que contribuem para que esta realidade seja possível são a empregabilidade da comunidade portuguesa na suíça e o estatuto de residência que muitos emigrantes têm (Wanner, 2004). A comunidade portuguesa tem uma boa imagem junto da sociedade de acolhimento, caracterizada como sendo constituída por gente trabalhadora, cumpridora de regras e que não causa problemas.

No que diz respeito à cultura e à educação como fatores de integração, a comunidade portuguesa beneficia de alguns elementos para que seja coesa e eficaz. De um lado, dispõe da educação suíça e por outro lado beneficia da rede de ensino em português, com a finalidade de preservar a cultura e língua portuguesa nas comunidades emigrantes.

No sentido de dar resposta ao objetivo *analisar como o apoio assistencial e o apoio associativo dado aos emigrantes portugueses facilitam a sua integração*, verificamos que o associativismo é um veículo essencial para a promoção dessa integração pois, ao longo dos tempos, as diversas associações têm contribuído para a divulgação da cultura e preservação da língua portuguesa, destacando-se a AACP pelo papel que tem tido em apoiar, ajudar e orientar a comunidade portuguesa. Para uma integração eficaz, coesa e completa, torna-se necessário compreender o percurso do emigrante, ajudar na aprendizagem da língua local, orientar para os diversos serviços indo ao encontro das necessidades e colmatando as dificuldades que o cidadão emigrante sente quando chega a um país desconhecido.

Horta (2010) afirma que a importância do associativismo no processo da integração dos emigrantes nos países de destino é uma forma de identificação da cultura de origem, contribui para divulgação da própria cultura e, acima de tudo, permite ao emigrante sentimento de pertença.

O entrevistado revela-nos que, numa primeira fase, é difícil a constituição de uma associação de apoio aos emigrantes, bem como, conseguir a sua afirmação na sociedade de acolhimento. Neste sentido, “os desafios que o movimento associativo enfrenta nos tempos de hoje são diversos (...), havendo a necessidade de afirmação nas estratégias de promoção no domínio social” (Pereira, 2010, p. 237).

As respostas quer do/as inquirido/as quer do entrevistado, sobre a importância do associativismo na integração dos emigrantes, são congruentes, embora na realidade a integração dos emigrantes na sociedade de acolhimento seja considerada um desafio, nos dias de hoje. Para que essa integração possa ser eficaz tem de ser conseguida uma coesão social e cultural, pois

(...) a política de integração terá de ser multidimensional, incidindo sobre as esferas económicas, política e sociocultural e não poderá visar exclusivamente a promoção da igualdade da inclusão e da participação, pois deverá procurar gerar um sentimento de pertença e de identificação entre os residentes (Costa, 2016, p. 68).

Assim, as medidas e políticas de integração devem ser planificadas num âmbito geral, focadas não só a comunidade emigrante mas também fazer perceber que quando uma sociedade é constituída por diversas culturas deverá existir tolerância, respeito e um reconhecimento de que as comunidades emigrantes não podem ser apenas vistas como um meio de trabalho, pois os emigrantes, contribuem para o equilíbrio demográfico e para o rendimento de um país.

Considerações finais

Este estudo sobre *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses residentes na Suíça (Cantão de Vaud)*, permitiu analisar dados relativos à in(ex)clusão na sociedade suíça.

A análise dos resultados permitiu clarificar o problema e responder aos objetivos formulados e referidos anteriormente. A recolha de informação permitiu conhecer o perfil dos emigrantes portugueses, residentes no Cantão de *Vaud*, as dificuldades sentidas pelos mesmos quando chegam a um país desconhecido e a sua luta pela criação de dinâmicas conducentes a uma não exclusão social.

Assim, podemos considerar que o nosso estudo, embora não nos seja possível fazer generalizações, dado tratar-se de um estudo de caso, permitiu identificar quais os fatores que levaram os portugueses a emigrarem para Suíça, compreender as suas dificuldades para se sentirem integrados na sociedade de acolhimento e analisar como o apoio assistencial e o apoio associativo dado aos emigrantes portugueses facilitam a sua integração.

O/as inquirido/as destacam que um dos motivos mais apontados para emigrarem são as fracas condições económicas e as maiores dificuldades que sentem à chegada ao país de acolhimento têm a ver com o não saberem falar a língua, o que torna difícil a comunicação. Contudo, a sociedade suíça acolhe e integra bem os emigrantes portugueses, não sofrendo qualquer tipo de discriminação. A utilização da língua e a preservação da cultura portuguesa são consideradas pelos emigrantes uma forma de integração.

Suplantadas as dificuldades, com a ajuda e orientação da AACCP e de outras associações que vão surgindo de forma crescente, a obtenção de melhores empregos e o acesso a determinados serviços potenciam a inclusão social e conseqüentemente uma integração mais eficaz. O elevado número de associações portuguesas de âmbito desportivo, recreativo, comercial educacional e social, são importantes no contexto da integração, pois são uma mais – valia no apoio prestado. O seu trabalho é importante no sentido de preservar e divulgar a cultura de uma comunidade e permitir que a sociedade de acolhimento conheça essa comunidade. A diversidade cultural existente permite que as diferentes culturas se cruzem, troquem conhecimentos e tradições assentes na tolerância e respeito mútuo.

A AACCP acolhe os emigrantes portugueses, prestando ajuda, apoio e acompanhamento no que é considerado essencial, para que não se sintam como não fazendo parte de uma

sociedade com modos de ser, estar e pensar diferentes, contribuindo com o seu trabalho para a não exclusão de emigrantes.

A intervenção social em contexto migratório, apesar de ser complexa, pode e deve ser feita por um educador social, ao nível de uma prática social. Torna-se necessário compreender o processo migratório até à chegada do migrante, identificar quais os motivos que o levaram a deixar o seu país de origem e partir daqui, iniciar uma intervenção.

Temos presente que “o educador social deve adquirir competências (...) numa perspetiva inclusiva e promover o desenvolvimento (...), usando estratégias mobilizadoras do quadro sociocultural da comunidade e do indivíduo” (Mateus, 2012, p. 64). Assim, torna-se fulcral utilizar estratégias multiculturais, trabalhando em rede, evitando e combatendo problemas sociais como a xenofobia, o preconceito, a discriminação e a exclusão social. O educador social, ao lidar com migrantes deve operacionalizar a sua intervenção em algumas vertentes, nomeadamente na vertente pedagógica e social, preservando os seus valores culturais e aceitando os valores culturais da sociedade de acolhimento. É importante ajudar nas dificuldades procurando motivar para a tomada de decisões no sentido de se poder sentir integrado no novo contexto comunitário, sendo um mediador através do diálogo e fomentando a coesão social. Ao entender a cultura do emigrante e, sobretudo, a valorização da sua identidade, potencia um entendimento cultural que possibilita a ascensão da sociedade de acolhimento.

A migração poderá aumentar a liberdade, as oportunidades de decisão e o poder de escolha, melhorar as condições de vida, alargar o acesso aos serviços básicos, à escolaridade, à saúde e à participação e constituir um fator importante de desenvolvimento, se lhe for proporcionado acolhimento e contextos social, educacional e político adequados (Ramos, 2011, p.191).

Uma intervenção multidisciplinar apoiada na tolerância e na inclusão social de grupos vulneráveis permite o desenvolvimento das sociedades.

Um aspeto considerado importante na integração da população migrante são as parcerias com entidades de ambos os países, pois ajudam a que se encontre um ponto de equilíbrio, fazendo com que não se entenda a emigração como um problema, mas criando condições de igualdade de oportunidades e apoios para todos, quando é tomada a decisão de regressar ao país de origem.

Os programas e medidas implementadas para o regresso dos emigrantes ainda não são suficientes, e embora a maior parte dos inquiridos pense em regressar a Portugal no período da reforma, falta ainda implementar estratégias para prevenir a emigração massiva que o país evidencia há vários anos.

Sugerimos que se procurem desenvolver mais estudos e trabalhos sobre as dificuldades de integração e não exclusão das comunidades portuguesas instaladas em outros países. É necessário combater a massiva emigração portuguesa e criar condições para o retorno dos nossos emigrantes, não somente na reforma, mas incentivá-los enquanto ainda estão em idade ativa.

Com os resultados do nosso estudo é perceptível que o cidadão português instalado na diáspora encontra-se suscetível com problemas sociais que, por consequência, podem tornar – se graves, na medida em que nem sempre é reconhecido o esforço dos emigrantes para serem aceites numa nova sociedade.

Referências bibliográficas

- Alto Comissariado para as Migrações (2016). *Plano Estratégico para as migrações 2015-2020, 1-74*. http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724 (Acedido em 23-09-2018).
- Alves, M., & Azevedo, N. (2010). *Investigar em Educação: Desafios da Construção de Conhecimento e da Formação de Investigadores num campo Multi-Referenciado*. Faculdade de ciências e tecnologia. <http://hdl.handle.net/10362/528> (Acedido em 09-04-2018).
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- Azevedo, J., Candeias, P., Oliveira, I., Peixoto, J., & Malheiros, J., (2016). Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 11-35. <https://journals.openedition.org/spp/2287> (Acedido em 10-10-2017).
- Bader, D., & Fibbi, R. (2012). Les enfants de migrants: un véritable potentiel. *Forum Suisse pour l'étude des migrations et de la population*. Suisse: Université de Neuchâtel.
- Bandeira, M., Azevedo, A., Gomes, C., Tomé, P., Mendes, M., Batista, I., & Moreira, M. (2014). *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011. Evolução e Perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Blanch, A. (2005). El papel de las asociaciones de inmigrantes en la sociedad de acogida: cuestiones teóricas y evidencia empírica. *Revista Migraciones*, 17, pp. 1-32. Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones. <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistamigraciones/article/view/4219>. (Acedido em 20-01-2018).
- Boilard, A., & Leanza, Y. (2011). Pour une approche interculturelle en travail social: Théories et pratiques. *Revue Internationale de la Recherche Interculturelle*, 1 (1), 101-106. <http://www.cohenemerique.fr/medias/files/altersticerevue.internationale.de.la.recherche.interculturelle-vol1..n-1.pdf> (Acedido em 20-08-2018).
- Bundesamt für Migration (2011). “Bem - vindo (a) Suíça”: Informação para emigrantes. *Brochura apresentada aos emigrantes*. Berne: BFM.
- Casas, C. (2016). Os planos para a integração dos imigrantes e o novo plano estratégico para as migrações em Portugal: uma década (2007-2016) em retrospectiva. *Revista Migrações*, 13, 34-43. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.

- Cassarino, J. P. (2013). Teorizando sobre a migração de retorno: Uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. *Revista Interdisciplinar mobilidade humana*, 21 (41), 21 - 54. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198085852013000200003&script=sci_abstract&tlng=pt (Acedido em 15-05-2018).
- Castro, A., Vidigal, I., & Baracsi, K. (2015). Prospetiva sobre migrações, uma missão impossível?. *Revista Migrações*, 12, 9-37. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Comissão Europeia. (2015). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Agenda Europeia de Migração*, 1-24. Bruxelas. <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/b25d7add-c181-11e4-bbe1-01aa75ed71a1/language-pt>. (Acedido em 25-09-2018).
- Correia, G. (2015). Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal. *Revista Migrações*, 12, 39-67. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Costa, P. (2016). Os Planos Locais de Integração dos Imigrantes: a dimensão da participação cívica e política. *Revista Migrações- Planos de Integração para Migrantes*. (13), 67-88. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Dias, R. (2005). Processos de Aculturação e Auto - determinação de refugiados em Portugal: *Monografia de Licenciatura*, 1-74-. In *O Portal dos Psicólogos*. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0233.pdf>. (Acedido em 05-05-2018).
- Eckmann, M., & Bolzman, C. (2002). Quelle place pour l'interculturel dans la formation des travailleurs Sociaux ?. Écart d'identité, 28, 37-41. *Revue Trimestrielle sur L'integration*. https://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/6/98/ei_98_eckmann_bolzman.pdf (Acedido em 25-10-2018).
- Ferreira, M. (2013). A ética da investigação em ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*. Brasília. <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/07.pdf>. (Acedido em 10-02-2019).
- Ferreira, P. (2017). *Migrações e Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Fé e Cooperação.
- Ferreira, S., & Rodrigues, T. (2014). Portugal e a Globalização das migrações. Desafios de Segurança. *Revista População e Sociedade*, 22, 137-155.

- [https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/3289712/IPRI Teresa Ferreira Rodrigues Susana de Sousa Ferreira Portugal e a globaliza o das migra es. Desafios de seguran a.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/3289712/IPRI_Teresa_Ferreira_Rodrigues_Susana_de_Sousa_Ferreira_Portugal_e_a_globaliza_o_das_migra_es_Desafios_de_seguran_a.pdf). (Acedido em 10-12-2017).
- Fibbi, R., Bolzman, C., Fernandez, A., Gomensoro, A., Kaya, B., Maire, C., Mercay, C., Pecoraro, M., & Wanner, P. (2010). *Les Portugais en Suisse*. Bern: Office Fédéral des Migrations.
- Góis, P. (2010). Migração temporária e circular em Portugal. Factos, políticas e estratégias. *Rede Europeia das Migrações*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Góis, P., & Marques, J. (2016a). A emigração Portuguesa e o sistema migratório lusófono: Complexidade e dinâmicas de um país de migração. *Observatório Iberoamericano sobre Movilidad Humana, Migraciones y Desarrollo*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas.
- Góis, P., & Marques, J. (2016b). A cooperação e o seu impacto nas migrações de (e para) Portugal da Estratégia Política à Realidade na Ação. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 24, 1-15. Universidade Católica Portuguesa. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/34100>. (Acedido em 22-10-2017).
- Góis, P., & Marques, J. (2018). *Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos*. Coimbra: Centro de Estudos da Universidade de Coimbra.
- Góis, P., Marques, J., & Pinho, F. (2017). *Regresso de uma geração preparada: Diagnóstico da situação atual*. Porto: Fundação AEP.
- Gomes, R. (coord). (2019). *A Mobilidade académica e a Emigração Portuguesa Qualificada*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gomes, R., Lopes, J., Vaz, H., Cerdeira, L., Peixoto, P., Ganga, R., Silva, S., & Cabrito, B. (coords). (2015). *Entre a Periferia e o Centro: Percursos de emigrantes portugueses qualificados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gonçalves, J. (2006). O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas. *Cadernos de estudo*, 3, 111-118. Porto: ESE Paula Frassinetti.
- Horta, A. (2010). “Introdução”. *Revista Migrações- Associativismo Imigrante*, 6, 11-35. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.

- INE (2004). Emigração em Portugal (2003): Maioritariamente Temporária. *Estatística Migratórias - Emigração*, 1-6. [file:///C:/Users/Win%2010/Downloads/d040611-3%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Win%2010/Downloads/d040611-3%20(1).pdf). (Acedido em 20-11-2017).
- INE. (2017). Mantém-se o agravamento do envelhecimento demográfico, em Portugal que só tenderá a estabilizar daqui a acerca de 40 anos. *Projeções de População Residente*, 1, 1-19. <https://www.ine.pt>. (Acedido em 20-11-2017).
- Izacara - Palacios, S. P. (2014). *Manual de Investigación Cualitativa* [E-book]. Editorial Fontamar.
- Leonello, J., & Cosac, C. (2009). *O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social*, 1-14. <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>. (Acedido em 10-06-2019).
- Liebig, T., Kohls, S., Krause, K. (2012). L'integration des imigres et de leurs enfants sur le marché du travail en Suisse: *Documents de travail de L'OCDE sur les affaires sociales, l'emploi et les migrations*. France. Editions de L'OCDE.
- Malheiros, J. (2011). Portugal 2010: O regresso do país de Emigração? *Revista Notas e Reflexões*, 2 (1), 133-142. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://observare.autonoma.pt/janus.net/pt/n%C3%BAmeros-anteriores/32-portugues-pt/v-2-n-1-2011-primavera/notas-e-reflexoes-pt-pt-1/81-portugal-2010-o-regresso-do-pais-de-emigracao>. (Acedido em 27-11-2017).
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (5ª.ed). São Paulo: Atlas.
- Marques, J., & Góis, P. (2011). A evolução do sistema migratório lusófono: Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 24, 213-230. <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/1036>. (Acedido em 25-10-2019).
- Marques, J. (2000). A inserção dos Portugueses no mercado de trabalho suíço. *Comunicação apresentada em IV Congresso Português de Sociologia*, 1-10. Instituto Politécnico de Leiria. https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dc600bbfe8_1.pdf. (Acedido em 20-11-2017).
- Marques, J. (2008). *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Marques, J. (2010). A Emigração Portuguesa em tempos de Imigração. *Polígonos Revista de Geografia*, 20, 115-119. https://www.researchgate.net/publication/277146095_A_emigracao_portuguesa_em_tempos_de_inmigracao. (Acedido em 27-11-2017).
- Marques, J. (2016). Suíça. In *OEM Country Reports*, 3. Lisboa: Observatório da Emigração. DOI:10.15847/CIESOEMCR032016.
- Marques, J., & Góis, P. (2008). Pratiques transnationales des Capverdiens au Portugal et des Portugais en Suisse. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24 (2), 147-165. <https://journals.openedition.org/remi/4592>. (Acedido em 20-08-2019)
- Marques, J., & Góis, P. (2012). A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 24, 1-19. <http://hdl.handle.net/10400.8/1036>. (Acedido em 25-11-2017).
- Marques, J., Góis, P., & Castro, J. (2014). Impacto das Políticas de Reagrupamento Familiar em Portugal. *Observatório de imigração*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Mateus, M. (2012). O Educador Social na Construção de Pontes Socioeducativas Contextualizadas. *EduSer. Revista Educação*, 4 (1), artigo nº38, 60-71. <https://bibliotecadigital.ipb.pt>. (Acedido em 10-04-2019).
- Mateus, M. (2009). In(ex)clusão dos imigrantes em Bragança. *Eduser. Revista de Educação*, 1 (2), 5-51. <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/13>. (Acedido em 10-04-2019).
- Mateus, M. N. E. (2008). *O estudo do Meio Social como processo educativo de desenvolvimento local*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Meyer, T. (2018). De l'école à l'Âge adulte: parcours de formation et d'emploi en Suisse. *Revue Social Change in Switzerland*, 13, 1-14. www.socialchangeswitzerland.ch (Acedido em 17-08-2019).
- Morais, A., & Neves, I. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, 20 (2), 75-104. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087191872007000200004. (Acedido em 10-06-2019).
- Morais, C. (2005). *Escalas de medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística*. Bragança: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. <http://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/estdescr.pdf>. (Acedido em 10-06-2019).

- Morais, C. (2013). *Investigação: Do Problema aos Resultados*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- https://www.researchgate.net/publication/277943009_Investigacao_Do_problema_aos_resultados. (Acedido em 10-06-2019).
- Nolasco, C. (2016). *Migrações Internacionais: Conceitos, Tipologias e Teorias*. In *Oficina do CES nº 43*. Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Oliveira, A., & Freire, I. (2009). *Sobre A mediação sócio-cultural*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, A., & Galego, C. (2005). *A Mediação Sócio-cultural: Um Puzzle em Construção*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, G. (2015). *A interculturalidade: Um Paradigma sociocultural e Educativo a Construir*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, I., Candeias, P., Peixoto, J., Azevedo, J., & Malheiros, J. (2016). Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, 81,11-35. <https://www.researchgate.net/publication/303854241>. (Acedido em 15-10-2017).
- Oliveira, I., Candeias, P., Peixoto, J., Malheiros, J., & Azevedo, J. (2017). Regresso de emigrantes portugueses, 2001-20116. *OEM Working Papers*, 1-26. Observatório da Emigração.
- Ortega, M. (2007). A Europa face aos Novos Fluxos Migratórios. *Colóquio, Globalização, Pobreza e Migrações*, 1-15. Universidade de Coimbra. http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/ortega.pdf. (Acedido em 22-10-2017).
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos Migratórios em Portugal: Do Boom Migratório à Desaceleração no Contexto de crise. *Revista. Inter. Mob.Hum.* 39, 159-184. <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a09.pdf>. (Acedido em 22-10-2017).
- Peixoto, J. (2012). A Emigração Portuguesa Hoje: O que sabemos e que não sabemos. Comunicação apresentada no Congresso, “Portugal Emigrantes”. *SOCIUS Working Papers*, 5, 1-13. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. <http://hdl.handle.net/10400.5/4892>. (Acedido em 30-10-2017)
- Pereira, F. (2010). Associativismo migrante e participação política: que respostas para os novos tempos?. *Revista Migrações- Associativismo Imigrante*, 6, 237-240. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.

- Perruchaud, R. (2009). Glossário sobre Migração: Direito Internacional para as Migrações, 22, 1-90. *Organização Internacional para as Migrações*. <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b>. (Acedido em 19-10-2017).
- Pimentel, D., & Martins, F. (2016). A emigração nos últimos 40 anos: Reflexão a partir da experiência migratória de três gerações de portugueses. *Revista GeolNova*, 13, 83-97. <https://research.unl.pt/>. (Acedido em 03-11-2017).
- Pires, R., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. (2017). Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2017. Lisboa. *Observatório da Emigração e Rede Migra*.
- Praça, G. (2015). Metodologias de Pesquisa Científica: Organização Estrutural e os Desafios para Redigir o Trabalho de Conclusão. *Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos"*, 8 (1), 72-87. <https://www.researchgate.net/>. (Acedido em 07-05-2019).
- Ramos, N. (2006). Migrações, aculturação, stress e saúde: Perspetivas de investigação e de Intervenção. *Revista Psychologia*, 41, 329-350. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6833>. (Acedido em 10-05-2018).
- Ramos, N. (2007). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista portuguesa de Pedagogia*, 3, (41), 223-244. <https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1216>. (Acedido em 15-06-2019).
- Rastolo, F., & Evarard, A. (2016). L'intégration Scolaire des Jeunes migrants à Genève: Migration et Intégration , 4, 16-23. *Revue Suisse de Pédagogie Spécialisée*. [file:///C:/Users/Win%2010/Downloads/Rastoldo_Evrard_160416%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Win%2010/Downloads/Rastoldo_Evrard_160416%20(1).pdf). (Acedido em 25-11-2018).
- Rocha, T. (2010). Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações- Associativismo Imigrante*, 6, 39-58. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Santana, J. (2012). Língua, Cultura e Identidade: A Língua Portuguesa como Espaço Simbólico de Identidade no Documentário: Língua-vidas em Português. *Revista Linha d'Água*, 25 (1), 47-66. <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37367>. (Acedido em 23-09-2019).
- Santos, V. (2014). *O Discurso oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 a actualidade*. Lisboa: Alto-comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- Silva, C., Gobbi, B., & Simão, A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e Aplicação do Método. *Organização Rurais Agroindustriais*, 1 (7), 70-81. Minas Gerias: Universidade Federal de Lavras.
- Silva, F. (2016). Camões - Instituto Nacional da Cooperação e da Língua [Camões, IP] Português Língua de Herança [PLH]- Língua e Identidade. *E- Revista de Estudos Interculturais do CEI- ISCAP*, 4, 1-36.https://www.iscap.pt/cei/E-REI%20Site/4Artigos/Artigos/Fatima%20Silva_Camoes%20Instituto%20da%20Cooperacao%20e%20da%20Lingua.pdf. (Acedido em 20-09-2019).
- Silva, M., & Santos, Y. (2014). Discursos sobre a emigração em tempos de crise: uma abordagem comparativa. *Revista População e Sociedade*, 22, (73), 73-95. <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade-n-o-22/discursos-sobre-emigracao-em-tempos-de-crise-uma-abordagem-comparativa>. (Acedido em 19-09-2019).
- Simões, A., & Sapeta, A. (2018). Entrevista e Observação: Instrumentos Científicos em Investigação Qualitativa, *Revista Investigação Qualitativa*, 1(1), 43-57. https://www.researchgate.net/publication/326160654_Entrevista_e_Observacao_Instrumentos_Cientificos_em_Investigacao_Qualitativa. (Acedido em 25-09-2019).
- Sousa, P. (2017). A diáspora Portuguesa como prioridade da política externa de Portugal: entre o discurso e a prática, *Revista da FLUP*, 7(4), 57-78. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/2715>. (acedido em 20-05-2019).
- Wanner, P., & Steiner, I. (2018). Une augmentation spectaculaire de la migration hautement qualifiée en Suisse. *Revue Social Change in Switzerland*, 16, 1-12. www.socialchangeswitzerland.ch (Acedido em 05-10-2019).
- Wanner, P. (2004). Intégration professionnelle des populations d'origine et de nationalité étrangères en Suisse. *Revue Européenne des Migrations*, 20 (1),1-12. https://www.researchgate.net/publication/30436896_Integration_professionnelle_des_populations_d%27origine_et_de_nationalite_etrangeres_en_Suisse. (Acedido em 05-10-2019).
- Wanner, P., Neubauer, A., & Moret, J.(2002). *Caractéristiques de vie et d'intégration des populations issues de l'immigration*. Neuchâtel: Etude mandatée par le Fonds National pour la Recherche Scientifique, programme prioritaire "Demain la Suisse". <https://doc.rero.ch/record/6458/files/24.pdf>. (Acedido em 08-10-2019).

Anexos

Anexo 1- Inquérito por questionário

O presente inquérito por questionário tem como principal objetivo recolher dados que permitam concretizar o estudo empírico da Dissertação sobre *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses na Suíça*, sendo o seu preenchimento de extrema importância, pelo que solicito uma resposta sincera às questões colocadas.

O inquérito por questionário é anónimo e confidencial, pelo que a informação obtida será utilizada exclusivamente para esta investigação.

Agradeço a sua colaboração.

Assinale com um X ou escreva a resposta que considera correta para cada questão formulada.

Parte I - Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

1. Sexo:

1.1. Feminino

1.2. Masculino

2. Idade _____ anos

3. Habilitações académicas:

3.1. 1.º Ciclo do ensino básico

3.2. 2.º Ciclo do ensino básico

3.3. Ensino secundário

3.4. Licenciatura

3.5. Outras. Quais? _____

4. Estado civil

4.1. Solteiro

4.2. Casado

4.3. União de facto

4.4. Divorciado

4.5. Viúvo

4.6. Outro? Qual? _____

5. Quantos elementos compõem o seu agregado familiar?

6. Há quantos anos reside no Cantão de *Vaud*? _____

7. Há quantos anos frequenta a Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa (AACP)? _____

8. Qual é a sua autorização de residência, atualmente?

8.1. *Permi A*

8.2. *Permi B/L*

8.3. *Permi C*

9. Qual o seu tipo de emigração?

9.1. Temporária/sazonal

9.2. Permanente/definitiva

9.3. Ambas

10. Qual é a sua situação profissional?

10.1. Empregado(a)

10.1.1. Indique qual é o seu trabalho _____

10.2. Desempregado(a)

10.3. Reformado/a

Parte II – O processo migratório – causas, dificuldades e in(ex)clusão social

1. Quais os motivos que o/a levaram a emigrar?

1.1. Condições económicas

1.2. Mudanças de emprego

1.3. Reagrupamento familiar

1.4. Catástrofes naturais/conflitos armados

1.5. Conclusão de estudos

1.6. Motivações políticas

1.7. Outros? Quais? _____

2. Dificuldades de integração na sociedade de acolhimento:

2.1. Língua/Comunicação

2.2. Cultura/Tradições

2.3. Integração dos filhos na escola

2.4. Conseguir emprego

2.5. Integração no local de trabalho

2.6. Outras? Quais? _____

2.7. Justifique a resposta dada _____

3. Na sua opinião, a sociedade Suíça recebe bem os emigrantes portugueses?

3.1. Sim

3.2. Não

3.3. Justifique a resposta dada _____

Parte III - Educação e Formação

1. Todo o seu percurso escolar foi realizado na Suíça?

1.1. Sim

1.2. Não

1.3. Indique qual a sua formação:

1.3.1. Académica

1.3.2. Profissional

2. Sentiu algum tipo de discriminação na escola ou no exercício da sua profissão?

2.1. Sim

2.2. Não

2.3. Justifique a resposta dada _____

3. Quais dos idiomas indicados consegue escrever e falar corretamente?

3.1. Português

3.2. Francês

3.3. Alemão

3.4. Italiano

3.5. Romanche

4. Já alguma vez frequentou um curso para aprender algum dos idiomas acima mencionados?

4.1. Sim

4.2. Não

4.3. Justifique a resposta dada _____

5. Na sua opinião, como emigrante, é importante aprender mais do que um idioma?

5.1. Sim

5.2. Não

5.3. Justifique a resposta dada _____

6. Na sua área de residência (Cantão) existe alguma forma de aprender português?

6.1. Sim

6.1.1. Qual? _____

6.2. Não

7. No seio familiar é habitual falar que língua?

7.1. Português

7.2. Francês

7.3. Alemão

7.4. Italiano

7.5. Romanche

7.6. Justifique a resposta dada _____

8. No ambiente social em que está inserido é habitual falar que língua?

8.1. Português

8.2. Francês

8.3. Alemão

8.4. Italiano

8.5. Romanche

8.6. Justifique a resposta dada _____

9. Na sua opinião, é importante existirem, na Suíça, escolas ou associações onde possa aprender português?

9.1. Sim

9.2. Não

9.3. Justifique a resposta dada _____

Parte IV – O associativismo como fator de integração social

1. Na sua opinião, quais as associações portuguesas mais importantes para a integração na sociedade suíça? _____

1.1. Justifique a resposta dada _____

2. Já alguma vez teve de pedir apoio/ajuda aos serviços suíços?

2.1. Sim

2.2. Não

2.3. Se respondeu sim, indique quais e porquê? _____

3. O trabalho desenvolvido pela Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa (AACP), integra diversos serviços com o objetivo de ajudar os emigrantes portugueses.

3.1. Quais foram os serviços a que já recorreu na AACP? _____

3.2. Para quê? _____

4. Na sua opinião, o trabalho que a AACP desenvolve, visa a integração de portugueses na comunidade local?

4.1. Sim

4.2. Não

4.3. Justifique a resposta dada _____

5. A comunidade portuguesa instalada na Suíça está devidamente integrada?

5.1. Sim

5.2. Não

5.3. Justifique a resposta dada _____

6. A tabela abaixo apresentada, evidencia uma escala de atitude face à integração dos emigrantes portugueses na sociedade suíça. Apresenta cinco níveis da escala de Likert, pelo que deve assinalar, **com um X**, o nível que atribui a cada questão.

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
6.1. A divulgação da cultura portuguesa na sociedade suíça é um meio de integração.					
6.2. A comunidade portuguesa é uma das comunidades mais integradas na sociedade suíça.					
6.3. Ter familiares já instalados na Suíça é um indicador de melhor integração.					
6.4. O casamento entre portugueses e suíços é um fator de melhor integração.					
6.5. As associações de portugueses na Suíça são um apoio à integração de emigrantes.					
6.6. Costumes e tradições desenvolvidas pela comunidade portuguesa ajudam na integração na sociedade suíça.					
6.7. Os emigrantes portugueses contribuem para o desenvolvimento do país de acolhimento.					

7. Pensa regressar a Portugal?

7.1. Sim

7.2. Não

7.3. Justifique a resposta dada _____

Obrigada!

Anexo 2 - Termo de consentimento livre e esclarecido ao presidente da AACP

Exm.º Sr.º Presidente da Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa na Suíça:

Assunto: Pedido de autorização para a aplicação de um inquérito por questionário e de uma entrevista, com a objetivo de recolha de dados para um estudo sobre *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses na suíça (Cantão de Vaud)*.

Eu, Virgília Piedade Amaro Camões, mestranda do curso de Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança, estou a realizar uma dissertação de mestrado sobre o tema *A integração social dos emigrantes portugueses na suíça (Cantão de Vaud)*. O objetivo é compreender a integração social e cultural da comunidade portuguesa, pelo que para a sua prossecução será necessária uma recolha de dados, para a qual solicito a sua autorização para aplicação de um inquérito por questionário a emigrantes portugueses que frequentem a associação e uma entrevista ao presidente da Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa na Suíça (AACP). Todas as informações recolhidas serão confidenciais e os dados obtidos serão exclusivamente para utilizar nesta investigação, tendo o inquirido/entrevistado o direito de não responder a questões que considere serem de âmbito pessoal.

A autora do estudo

Bragança, 09 de abril de 2019

Anexo 3 - Termo de consentimento livre e esclarecido aos inquiridos/as

Assunto: Pedido de autorização para a aplicação de um inquérito por questionário a sócios da AACCP, com a objetivo de recolha de dados para um estudo sobre *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses na suíça (Cantão de Vaud)*.

Ex.mo (a) Senhor (a):

Chamo-me Virgília Piedade Amaro Camões, sou estudante de Mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, da Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança e estou a realizar um estudo sobre *A integração social dos emigrantes portugueses na suíça (Cantão de Vaud)*.

O objetivo é compreender a integração social e cultural da comunidade portuguesa, pelo que para a sua prossecução será necessária uma recolha de dados.

Para a prossecução deste objetivo será realizado um inquérito por questionário, pelo que solicito se digne participar no seu preenchimento, assegurando que todas as informações recolhidas serão confidenciais e os dados obtidos serão exclusivamente para utilizar nesta investigação, tendo o/a inquirido/a o direito de não responder a questões que considere serem de âmbito pessoal.

A autora do estudo

Eu, _____ tomei conhecimento e participo no preenchimento do inquérito por questionário sobre *A integração social dos emigrantes portugueses na suíça (Cantão de Vaud)*.

ACCPC, 9 de junho de 2019

Assinatura _____

Anexo 4 - Guião de entrevista estruturada

Tema: *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses residentes na Suíça (Cantão de Vaud)*

Objetivo geral: Conhecer as práticas integrativas a nível social, assistencial e cultural da Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa na Suíça (AACP).

Categoria	Subcategoria	Questões
A – Constituição da AACP	A1. Razões pela qual surgiu a AACP?	1. Quais as razões/ motivos que levaram à criação da AACP? 2. Quais foram os principais apoios a nível estatal, recursos financeiros e humanos que a AACP teve no início?
	A2. Dificuldades sentidas na criação da AACP	3. Quais foram as principais dificuldades sentidas na criação da AACP? 4. Foi difícil a divulgação na comunidade portuguesa? 5. Qual o processo de divulgação à comunidade portuguesa? A que órgãos ou estruturas recorreu?
	A3. A integração dos emigrantes portugueses.	6. Quais são os maiores problemas sentidos na integração da comunidade portuguesa? 7. Quais os mecanismos e infraestruturas que a Suíça criou para acolher e integrar os emigrantes? São suficientes e eficazes? 8. Considera que a comunidade portuguesa consegue facilmente adaptar-se e integrar-se na comunidade de acolhimento? 9. A integração passa pelos portugueses exercerem cargos políticos, sociais e culturais? Como vê a sociedade de acolhimento, estas situações? 10. Como vê o percurso escolar dos filhos dos emigrantes? Inseridos no sistema de ensino em vigor nas escolas suíças ou em escolas para luso - descendentes? 11. Os emigrantes são uma mais – valia para o país de acolhimento? Em que sentido?

B. Apoios da AACP	B1. Apoio assistencial e social aos emigrantes	<p>12. Quais são os apoios a nível assistencial e social que a AACP proporciona aos emigrantes?</p> <p>13. Quais os serviços e valências, que os emigrantes podem encontrar na AACP?</p> <p>14. Pretende criar mais serviços de apoio aos emigrantes? Quais?</p> <p>15. Quais os técnicos disponíveis para ajudar os emigrantes? São luso-descendentes?</p> <p>16. Como vê a relação dos emigrantes com a AACP?</p>
	B2. Divulgação da cultura portuguesa	<p>17. De que forma a AACP promove e divulga a cultura portuguesa?</p> <p>18. A aprendizagem da língua portuguesa e escolas para os luso-descendentes são importantes para a divulgação da língua portuguesa?</p> <p>19. De que forma é que a cultura portuguesa é um meio de integração? Pode mencionar exemplos?</p> <p>20. É importante que a sociedade suíça conheça a cultura portuguesa?</p> <p>21. É importante que luso-descendentes e emigrantes se envolvam em iniciativas que promovam a cultura portuguesa na comunidade suíça, como forma de integração?</p> <p>22. Considera que a sociedade suíça interage, frequenta e conhece a cultura portuguesa?</p> <p>23. A diversidade cultural existente na Suíça é um elemento fundamental para a agregação/integração das diversas culturas?</p>
	B3. Parcerias e protocolos da AACP com outras entidades	<p>24. Quais as parcerias e protocolos que a AACP tem realizado e qual a importância que têm para a integração e ajuda aos emigrantes?</p> <p>25. Pretende estabelecer mais parcerias com outras entidades, quais?</p> <p>26. Considera que parcerias e protocolos entre Portugal e Suíça ajudam na integração? Como?</p>
	B4. Apoio ao regresso dos portugueses	<p>27. Considera que muitos portugueses sentem necessidade de regressar a Portugal? Quais os motivos?</p>

		<p>28. O regresso de muitos portugueses requer medidas de apoio para a reintegração em Portugal?</p> <p>29. Considera que Portugal tem mecanismos para receber emigrantes portugueses, que se encontram em condições menos favoráveis?</p> <p>30. Quais os projetos para o futuro no sentido de continuar a trabalhar para a integração dos emigrantes?</p> <p>31. Que balanço faz do seu trabalho na AACP?</p>
--	--	---

Anexo 5 – Análise de conteúdo

Legitimação e motivação da entrevista - Apresentação pessoal; explicação dos objetivos do estudo; assegurar a confidencialidade; solicitar autorização para gravar a entrevista em áudio.

Categoria A. Constituição da AACP

Unidades de Registo

Subcategoria A1. Razões pela qual surgiu a AACP	
Questões	
1. Quais as razões/motivos que levaram à criação da AACP?	"Deparei-me com problemas a nível social na comunidade portuguesa, decidi criar esta associação".
2. Quais foram os principais apoios a nível estatal, recursos financeiros e humanos que a AACP teve no início?	" Não tivemos apoios, os apoios que temos são de instituições suíças ligadas ao meio social, o estado não fornece a nível financeiro, temos apoio a nível de logística
Subcategoria A2. Dificuldades sentidas na criação da AACP	
Questões	
3. Quais foram as principais dificuldades sentidas na criação da AACP?	"Tivemos algumas dificuldades com o espaço, só recentemente, conseguimos um novo espaço para abrir à comunidade, inicialmente reuníamos em minha casa"
4. Foi difícil a divulgação na comunidade portuguesa?	"Foi difícil, a aceitação também foi difícil por parte de algumas instituições portuguesas, com o tempo e com ajuda do consulado e embaixada portuguesa, conseguimos chegar à comunidade".

5. Qual o processo de divulgação à comunidade portuguesa? A que órgãos ou estruturas recorreu?	“O meio de divulgação <i>site</i> da internet e as redes sociais”.
Subcategoria A3. A integração dos emigrantes portugueses	
Questões	
6. Quais são os maiores problemas sentidos na integração da comunidade portuguesa?	“Problema da língua, a nível social a comunidade não sabe quais os serviços que deve recorrer”.
7. Quais os mecanismos e infraestruturas que a Suíça criou para acolher e integrar os emigrantes? São suficientes e eficazes?	“Os serviços são eficazes, mas não suficientes a Suíça tem criado mais serviços para o apoio aos estrangeiros”.
8. Considera que a comunidade portuguesa consegue facilmente adaptar-se e integrar-se na comunidade de acolhimento?	“Uma parte sim, existe outra parte que não se querem integrar nem viver junto de outras comunidades”.
9. A integração passa pelos portugueses exercerem cargos políticos, sociais e culturais? Como vê a sociedade de acolhimento, estas situações?	“A Suíça acolhe bem, é dada a oportunidade aos emigrantes no <i>Cantão de Vaud</i> exercerem cargos políticos”.
10. Como vê o percurso escolar dos filhos dos emigrantes? Inseridos no sistema de ensino em vigor nas escolas suíças ou em escolas para luso-descendentes?	“Os filhos de emigrantes quando chegavam iam imediatamente para classes exclusivas de emigrantes o sistema suíço modificou-se no sentido de não promover a discriminação”.
11. Os emigrantes são uma mais-valia para o país de acolhimento? Em que sentido?	“Os emigrantes contribuem para a riqueza da Suíça ao longo dos tempos os emigrantes portugueses têm sido acarinhados pelo povo suíço, do ponto de vista laboral.”

Categoria B. Apoios da AACP	
Subcategoria B1. Apoio assistencial e social aos emigrantes	
Questões	
12. Quais são os apoios a nível social e assistencial que a AACP proporciona aos emigrantes?	“Atualmente dispomos de um leque de serviços, prestados por psicólogos, juristas, advogados, médicos de família e tradutores dispomos também de protocolos com instituições suíças a nível social”.
13. Quais os serviços e valências, que os emigrantes podem encontrar na AACP?	“O cidadão português quando chega à associação encontra profissionais de diversas áreas, tradutores, médicos de clínica geral, professores e assistentes sociais”.
14. Pretende criara mais serviços de apoio aos emigrantes? Quais?	“Dispomos de protocolos a nível social, para permitir ao cidadão português com necessidades educativas especiais possa ser ajudado”
15. Quais os técnicos disponíveis para ajudar os emigrantes? São luso-descendentes?	“Todos os nossos profissionais são portugueses ou falam português, exceto um jurista é suíço”.
16. Como vê a relação dos emigrantes com a AACP?	“Há muitos portugueses que têm dificuldades em chegar à associação é visto por muitos como uma humilhação e vergonha vêm com medo, depois apercebem-se que não é preciso ter medo e aceitam a ajuda”

Subcategoria B2. Divulgação da cultura portuguesa	
Questões	
17. De que forma a AACCP promove e divulga a cultura portuguesa?	“Desde de 2017 protocolos de cooperação com o Instituto Camões, Instituto Politécnico de Bragança e externato Séneca”
18. A aprendizagem da língua portuguesa e escolas para luso-descendentes são importantes para a divulgação da língua portuguesa?	“Sim, porque a Suíça tem utilizado a língua portuguesa como língua de negócios a nossa língua e cultura são valorizadas”
19. De que forma é que a cultura portuguesa é um meio de integração? Pode mencionar exemplos?	“Em termos culturais como um país rico e isso contribui para a aproximação das duas culturas”
20. É importante que a sociedade suíça conheça a cultura portuguesa?	“Sim é, somos o terceiro país com mais emigrantes representados aqui na Suíça, os suíços têm uma grande estima por Portugal, querem saber mais sobre a nossa cultura”
21. É importante que luso-descendentes e emigrantes se envolvam em iniciativas que promovam a cultura portuguesa na comunidade suíça, como forma de integração?	“Sim aliás, tem havido algumas iniciativas a nível literário, é bom existir uma troca entre as duas culturas”
22. Considera que a sociedade suíça interage, frequenta e conhece a cultura portuguesa?	“Conhecem cada vez mais, exemplo disso, quando a cantora Marisa vem atuar à Suíça, verifica-se uma grande afluência de suíços assistir”
23. A diversidade cultural existente na Suíça é um elemento fundamental para a agregação/integração das diversas culturas	“Sim, a cultura portuguesa é aceite na Suíça foi-se afirmando como uma cultura ímpar na sociedade de acolhimento”.

Subcategoria B3. Parcerias e protocolos da AACP com outras entidades	
Questões	
24. Quais as parcerias e protocolos que a AACP tem realizado e qual a importância que têm para a integração a ajuda aos emigrantes?	“Recentemente assinamos um protocolo com uma editora de livros escolares, assinamos protocolos com uma instituição suíça que dá apoio à população que sofre com as drogas e com o álcool”
25. Pretende estabelecer mais parcerias com outras entidades, quais?	“Queremos conseguir estabelecer mais parcerias, com instituições com espaços de abrigo”
26. Considera que parcerias e protocolos entre Portugal e Suíça ajudam na integração, como?	“Sim, existe alguns protocolos entre Portugal e Suíça a nível na tecnologia em especial para emigrantes qualificados”
Subcategoria B4. Apoio ao regresso dos portugueses	
Questões	
27. Considera que muitos portugueses sentem necessidade de regressar a Portugal? Quais os motivos?	“Nos últimos anos têm regressado muitos portugueses devido às declarações bancárias, há necessidade de regressar na reforma devido à qualidade de vida”
28. O regresso de muitos portugueses requer medidas de apoio para a reintegração em Portugal?	“Requer, devido aos casos de expulsão por questões de saúde, Portugal não há meios para estas situações, o português que regressa nestas situações sente um pouco a discriminação”

29. Considera que Portugal tem mecanismos para receber emigrantes portugueses, que se encontram em condições menos favoráveis?	“Tem condições, as autoridades suíças garantem que Portugal não é um país de terceiro mundo, Portugal tem de olhar mais para estas situações”
30. Que projetos tem para o futuro, no sentido de continuar a trabalhar para a integração dos emigrantes?	“Predem-se com o meu sonho ter um espaço de abrigo, para acolher portugueses em situações de risco”
31. Que balanço faz do seu trabalho na AACP?	“Um balanço positivo, é um trabalho que vai precisar mais luta e ajuda, pois os casos não param de aumentar, há que continuar a trabalhar”